



Número: 45

Horta, Sexta-Feira, 26 de Novembro de 1982

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

III Sessão Legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino, substituído pelo Deputado Fernando Faria

Secretários: Deputados Fernando Dutra e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 10.00 horas.

Período da Ordem do Dia:

– Propostas do Plano e Orçamento para 1983:

Relativamente a estas duas propostas, intervieram nos debates, a diverso título, os Srs. Deputados: Álvaro Monjardino (*PSD*), Conceição Bettencourt (*PS*), o Sr. Secretário Regional das Finanças (*Raul Gomes dos Santos*), o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria (*Natalino Viveiros*), Daniel de Sá (*PS*), o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo (*Madruga da Costa*), Carlos Mendonça (*PS*), Joaquim Pontes (*PSD*), Martins Goulart (*PS*), Jorge Cruz (*PSD*), Pacheco de Almeida (*PSD*), Roberto Amaral (*PS*), o Sr. Sub-secretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (*Nunes Liberato*), o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais (*Costa Neves*), Adelaide Teles (*PSD*), Melo Alves (*PSD*), José Manuel Bettencourt (*PS*), o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social (*Vitor Macedo*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*Mota Amaral*), o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Adolfo Lima*), Manuel Valadão (*PSD*), João Medeiros (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Reis Leite*).

As propostas do Plano e Orçamento para 1983, foram aprovadas por maioria com 18 votos do PSD a favor e 8 votos do PS contra.

Após a votação fizeram declarações de voto, em nome dos respectivos Grupos Parlamentares, os Srs. Deputados Martins Goulart (*PS*) e Pacheco de Almeida (*PSD*).

– Proposta de Revisão do Plano de Actividades do GAR para 1982:

A proposta foi aprovada por unanimidade, sem quaisquer intervenções.

– Proposta do Plano de Actividades do Gar para 1983:

A proposta foi aprovada por maioria com 18 votos do PSD a favor e 8 abstenções do PS, não havendo quaisquer intervenções.

– Proposta de «Autorização do empréstimo alemão para o projecto agro-pecuário do Pico».

A proposta foi aprovada por unanimidade.

Fizeram declarações de voto, em nome dos respectivos Grupos Parlamentares, os Srs. Deputados Martins Goulart (*PS*) e Pacheco de Almeida (*PSD*).

– Proposta de Resolução sobre o fim do Período Legislativo de Novembro.

A proposta foi aprovada por unanimidade, sem quaisquer intervenções.

Os trabalhos terminaram às 19.00 horas.

Presidente: Vai proceder-se à chamada.

(Eram 10. 00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD – Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, Frederico Maciel, David Santos, Fernando Faria, Fernando Dutra, Altino de Melo, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, José Maria Cabral, Mário Freitas, Mário Silveira, João de Medeiros, Jorge Cruz, Manuel Valadão, Cinelândia Sousa, Fátima Oliveira, Melo Alves, Joaquim da Ponte, João Luís Borges; PS – Martins Goulart, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Daniel de Sá).

Presidente: Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

– Continuação do **Período da Ordem do Dia** da agenda que vinha da reunião de ontem.

Srs. Deputados, eu pretendo fazer uma pequena intervenção sobre a matéria em debate, pelo que solicitava ao Sr. Vice-Presidente o favor de assumir a Presidência da Sessão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fui daqueles que também estiveram na reunião de Comissões que apreciaram liminarmente as Propostas do Plano e Orçamento.

Fui daqueles que, nessa reunião, apresentaram comentários, críticas e sugestões que penso que vimos, com muito gosto, em parte substancial, acolhidas pelo Governo, nomeadamente no que respeita à Proposta do Orçamento.

Gostaria de, numa intervenção muito breve, deixar aqui algumas notas sobre as duas propostas que estão, neste momento, em apreciação.

Relativamente ao Plano para 1983, julgo que deve referir-se e notar-se que o mesmo ainda apresenta, formalmente, determinadas imperfeições que foram assinaladas a seu tempo, sem que isso, todavia, signifique a quebra numa linha que tem vindo a desenvolver-se, de há uns anos para cá, no sentido de se melhorar a qualidade formal do mesmo Plano.

Se é certo que ainda se notam determinadas insuficiências, nomeadamente quanto ao enquadramento internacional e nacional, que poderia estar mais completo, não podemos deixar de apontar que existem melhorias. Algumas são, até, o resultado de documentos aqui ulteriormente apresentados, tanto em termos de quantificação efectiva como em termos do seu acompanhamento.

Julgo que é de apontar e de pôr mesmo em relevo, o facto de, nesta Sessão já ter sido apresentado o relatório de execução do primeiro semestre do ano corrente, o que sucede pela primeira vez com um «timing» que me parece digno de louvor.

Desejo frisar também que pela primeira vez nos aparece um anexo, já há anos reclamado, com os programas de investimento de quatro das empresas públicas regionais.

Portanto, quanto aos aspectos formais do Plano, julgo que se deram, este ano, passos importantes. Não foram ainda todos mas fazem-nos esperar, com algum optimismo, que o próximo Plano siga dentro desta linha e desta progressão.

Uma vez que o assunto ainda vai ser objecto de debate relativamente longo, de natureza sectorial, não vou debruçar-me sobre os 52 programas do mesmo Plano.

Queria apenas deixar aqui uma referência muito geral sobre este assunto, acerca de três áreas importantes do ponto de vista regional.

Uma delas diz respeito à importância do sector da Educação. O mesmo continua a ser privilegiado no Plano, tanto no capítulo dos equipamentos como na preparação de professores, constituindo um conjunto de medidas cujos efeitos se sentirão forçosamente a longo prazo mas que em qualquer caso significam a efectivação duma política que, neste aspecto, me parece bastante clara e está a ser seguida sem quebras.

Relativamente aos outros recursos da nossa Região que são os naturais, se os virmos nos termos tradicionais em que costumavam ser vistos, teremos de reconhecê-los como muito limitados.

Julgo que é de realçar em dois programas – até nem sequer os mais espectacularmente dotados – uma linha que efectivamente, de há uns anos para cá, está a ser nova. Refiro-me especificamente ao Programa 28, sobre as pescas, e ao Programa 38, sobre a geotermia.

Relativamente ao Programa 28 que nem sequer está, repito, espectacularmente dotado, penso que tem que ser encarado de acordo com os factos que têm vindo a dar-se, de há um ano para cá, e que permitem começar a sentir-se que está a delinear-se uma política de pescas nesta Região.

Efectivamente, esta Região tem que ser encarada como um território muito especial.

Um território muito especial, como o nosso Estatuto afirma, porque é na sua maior parte constituído por mar e não por terra.

Portanto, há necessidade duma grande imaginação e duma grande ousadia que eu penso que tem existido e vai continuar a existir, possível e desejavelmente duma forma mais acentuada.

É necessário uma grande ousadia para encarar esta realidade, que tem expressão no nosso Estatuto, como sendo a duma aposta que tem que se fazer.

A nossa Região, em termos de terra firme, é extremamente limitada. A sua produção por muito que melhore, em quantidade e qualidade, nunca poderá responder às grandes exigências dum grande mercado. Contudo, o seu espaço marítimo, se houver a força, a coragem, a persistência e a capacidade de o agarrar, representa, esse sim, uma extensão territorial não convencional, que poderá ter um peso, mesmo no contexto económico internacional.

É por esta razão que eu desejava saudar este Programa e augurar-lhe, no futuro e nos próximos anos, um desenvolvimento ainda maior, com resultados efectivos em relação ao esforço que já se está a dispendir.

Quanto à geotermia, pois, é um Programa que não é novo mas que, iniciado ainda nos tempos da Junta Regional, tem vindo a ser sucessivamente dotado. Sentimos que está naquela fase em que o investimento feito é já grande, em que os resultados ainda não aparecem palpavelmente e em que, conseqüentemente, se levantam vozes de gansos do capitólio, pondo em causa todo o Programa.

Entendo, pessoalmente, que é um Programa que tem que ser mantido, uma vez que ousa lançar mão dum recurso natural da nossa Região que, até agora, tem sido apenas en-

carado em termos de calamidade pública e que, através dum esforço persistente, inteligente e orientado, poderá ser posto ao serviço do progresso económico e até do bem estar da mesma Região.

É um Programa que deve ser mantido, desenvolvido, como ainda ontem ouvimos referir e que, dado o contexto internacional em termos de crise energética, parece, hoje, perfeitamente aceitável apesar das áleas de certas dúvidas que acompanham sempre um projecto desta natureza, como tem acontecido em vários lugares do mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre o Plano não tenho mais nada a dizer.

Relativamente ao Orçamento, desejava também deixar aqui umas breves notas.

O Orçamento deste ano refere, em seu preâmbulo, factos que não podem passar despercebidos desta Câmara.

A circunstância de, pela primeira vez na nossa história, a problemática aqui levantada dos custos da insularidade ter tido, no corrente ano de 1982, uma expressão financeira concreta, significa um passo qualitativo que tem que ser aqui muito vivamente assinalado.

De 1980 para cá nós tínhamos realmente um instrumento legal muito importante, que é o artigo 80.º do Estatuto. O mesmo cria uma obrigação para o Estado.

Todavia nunca a tínhamos visto efectivada como tal, conquanto já o sabemos que, de há vários anos, certas tomadas de posição e a existência de alguns preços tivessem enquadramento no conceito dos custos da insularidade. São exemplos, a existência de preços nacionais e os auxílios prestados pelo Fundo de Abastecimento, que já vinha de há longos anos. Só que representavam uma política que nunca encarara, bem especificamente, o problema da insularidade. Eram preços nacionais para o País inteiro — para o País metrópole dessa altura, porque estávamos ainda num período muito anterior à revolução do 25 de Abril — mas nada mais do que isso.

Ora, este ano conseguiram-se dois passos importantes:

1. — A atribuição efectiva duma verba a título de suporte dos custos da insularidade;

2. — A desistência de determinados argumentos — que eu acredito terem sido meramente tácticos — no sentido de, duma vez por todas, ficar entendido que não compete à Região suportar, nem indemnizações compensatórias nem quaisquer acréscimos de despesas ao Fundo de Abastecimento, justamente porque tudo isso se deve também incluir no conceito de custos da insularidade.

Porém, o artigo 80.º do Estatuto não nos traz limites e sendo um artigo que prevê, de uma forma expressa, explícita e indesmentível, um compromisso efectivo do Estado numa ajuda financeira, em áreas vastíssimas da nossa vida sócio-económica, é evidente que não poderia, de maneira nenhuma, partir de nós o estabelecimento de um limite máximo para os custos de insularidade, quando ainda não estão completas as definições de quais são, em termos de números ou da participação total nacional efectiva, as verbas, desses custos a suportar pelo Estado.

Obviamente que nunca partiria de nós, Região, que nos batemos pela inclusão desta obrigação no nosso Estatuto aliás de acordo com os princípios constitucionais, e é por isso que a alteração introduzida pelo Governo na sua pro-

posta de orçamento no sentido de não prever empréstimos para este ano, porque a problemática dos custos está em aberto, nos parece uma medida politicamente certa e que a esta Câmara, toda, assim me parece pelo menos, cabe veementemente apoiar. O apoio dado a esta tomada de posição está em estreita conformidade com a posição da Assembleia Regional dos Açores quando, há perto de dois anos, aprovou a proposta de lei sobre os custos da insularidade, que jaz na Assembleia da República à espera de quem sobre ela legisle, mas que teve, pelo menos o condão de desencadear o processo político-administrativo, que já levou aos primeiros frutos positivos este ano.

Julgo que é importante que a Assembleia Regional tome sobre este ponto, uma posição extremamente clara de suporte à actividade do Governo, a quem é devida uma saudação muito especial, pelo passo qualitativo, repito, que conseguiu que fosse dado este ano.

Dentro deste contexto, as outras verbas que são esperadas, via transferências, e que provêm das obrigações resultantes dos artigos 84.º e 85.º do Estatuto, têm que ser encaradas num contexto diferente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Enquanto que não está dito, em parte nenhuma, que os auxílios dados ao abrigo do artigo 80.º sejam só para despesas correntes, de capital ou, especificamente, para despesas do Plano, porque cobrem, efectivamente, uma área que vai das despesas correntes até às despesas do Plano, conforme aqui já foi miudamente explicado, as verbas do artigo 84.º, ou sejam as provenientes de benefícios de acordos, apontam só para despesas de desenvolvimento sócio-económico.

Portanto, exclui pelo menos à partida as despesas de administração corrente.

As próprias verbas, ao abrigo do artigo 85.º, são as verbas do último recurso, aquelas que se destinam aí, de acordo com princípios que já estão definidos segundo o princípio da capitação — que aliás não deixará de tomar em linha de conta também as verbas provenientes de acordos internacionais — que significa completar o financiamento da Região. Porém, realiza-se também, sempre dentro duma perspectiva de desenvolvimento económico o que, no caso, significa de funcionamento do Plano.

Deste modo se, nos primeiros anos, era ao abrigo do artigo 85.º que se conseguia o financiamento do «déficit regional» — sempre o pusemos entre aspas, porque nunca considerámos que tivessem sido tomadas em linha de conta todas as verbas previstas na Lei e na Constituição para a sua cobertura — nós entendemos que, com o andar do tempo, cada vez o artigo 80.º dará mais, o artigo 84.º dará o que for justo e o artigo 85.º dará apenas o que for indispensável, na medida em que os outros ainda não tiverem sido totalmente explorados.

A nossa posição é de que, aproveitada e assumida integralmente pelo Estado a obrigação decorrente do artigo 80.º, e cumprida pelo Estado a obrigação decorrente do artigo 84.º, é absolutamente de prever que o artigo 85.º nem sequer precise de ser invocado e aguardamos que alguém nos demonstre o contrário.

Até agora o Estado ainda não o demonstrou, não estamos aqui a desafiar-lo mas por isso é que nos sentimos muito seguros e muito à vontade dentro da nossa razão.

A dinâmica está lançada, convém que, nomeadamente nesta Câmara, ela continue a ser apoiada para que se leve a uma vitalização completa destes preceitos estatutários.

Queria apenas deixar aqui uma referência final.

Com relação ao artigo 84º, não gosto de repisar muito sobre o valor estratégico da nossa Região, ou não pode servir de alibi para nada? Porém, não pode, de maneira nenhuma, ser ignorado.

Tenho dito, e repito, que nós não teríamos as instituições que temos se não vivessemos na região estratégica em que vivemos.

As reivindicações que levaram às instituições que hoje estão consagradas na Constituição e no Estatuto, foram suportadas na realidade pela vontade dos açorianos, mas inserida no território atlântico em que se implantou.

Nós não podemos esquecer que somos habitantes, quiçá, votados a um sacrifício, do mais oceânico arquipélago do Atlântico, do mais afastado dos continentes, do mais disperso e, precisamente por tudo isso, do mais estratégico.

Não podemos, de maneira nenhuma, ficar na contemplação desta ajuda que a natureza nos dá em contrapartida de tantas outras coisas em que não nos ajuda. Contudo, não podemos calá-lo e julgo que também é uma obrigação desta Câmara vincar este aspecto, porque temos consciência deste que é, talvez, o principal capital territorial que temos.

Temos outros. Não podemos ficar por aqui mas também não podemos ignorá-lo porque, meus senhores não haja ilusões, não serão os outros que nos virão dizer, o valor que nós temos, de uma maneira ou doutra, directa ou indirectamente, em uso directo ou indirecto de ajudas financeiras para tirarmos partido desta situação privilegiada, porque as há!

Temos que ser nós, até ao presente, a sublinhá-lo e a reivindicar as contrapartidas que ele merece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era esta a minha intervenção.

Desejo apenas sublinhar mais um pequeno pormenor, dentro deste ponto de vista.

Não podemos esquecer que tudo quanto se fizer para valorizar a situação estratégica que temos pode significar, em si, um investimento reprodutivo.

Faço esta referência para saudar a definição, feita após o Plano do ano passado, do que iria ser o porto da Praia da Vitória. Há um ano não se sabia ainda o que ele iria ser. Agora já se sabe. Devo dizer que só compreendo, e penso que de acordo com todos, um porto daquela dimensão enquadrado no contexto duma Região com enorme valor estratégico.

Um porto daqueles tem toda a razão de ser na Região em que estamos e, mesmo que ninguém fale nisso, ele justifica-se como acentuação e potenciação do valor estratégico regional.

A obra está a concurso, vai realizar-se, a Região vai enriquecer com ela e terá aqui um trunfo adicional quando, para seu próprio desenvolvimento, na medida do possível com todos os riscos e para a paz dos seus próprios habitantes, poder pôr no prato da balança das negociações uma infraestrutura portuária que, neste lugar do Atlântico e nas circunstâncias em que o mundo vive, não pode ser esquecida por ninguém que queira tirar partido integral desta Re-

gião.

Muito obrigado, Srs. Deputados, pela atenção.

(*Palmas do Governo e da bancada do PSD*)

Presidente: A Sra. Deputada Conceição Bettencourt pede a palavra para?

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A pergunta que formulo ao Sr. Deputado Álvaro Monjardino dirige-se também ao Sr. Secretário Regional das Finanças, caso julgue conveniente e deseje completar a resposta.

O Sr. Deputado referiu, embora levemente, que alguns preços já estavam, de certa maneira, abrangidos — penso que desde a Junta Regional e outros até antes — constituindo uma primeira conquista.

Seja como for, ficou estabelecido e negociado esse princípio com mais firmeza, desde os tempos da Junta Regional, quanto a certos produtos como o ferro, o cimento, os adubos, as rações e até os combustíveis embora estes últimos, à excepção do gás, sejam aqui mais baratos.

Tendo sido estabelecido, ao que parece, um protocolo que se quer ver cumprido, em que o Estado concorrerá com um milhão e meio de contos;

Tendo, o Sr. Deputado Álvaro Monjardino tirado daí a ilação de que, com essa verba, talvez se possa dispensar o recurso ao crédito ou pelo menos diminuir o seu montante,

Gostaria de ser esclarecida sobre se esse milhão e meio de contos não representa uma consignação de rendimentos, no sentido de ser aplicado a outros produtos essenciais ao desenvolvimento, ao alcance e com benefício do consumidor e investidor, ou destina-se a entrar no saco comum das receitas públicas desta Região sem esse destino?

Não haverá, pelo menos, uma percentagem dessa receita conferida a título de custos da insularidade, para diminuir os custos da intra-insularidade?

Ninguém desconhece que, especialmente as ilhas pequenas que não dispõem de portos em condições, pagam preços excessivos.

Cada qual refere aquilo que mais conhece e eu refiro os preços de Santa Maria, sem dissociá-los de iguais problemas que afectam a Graciosa, o Corvo, as Flores e São Jorge.

Chegado que seja um carregamento de cimento a São Miguel, é descarregado e toma normalmente outra embarcação para Santa Maria. Seja como for nós, para além do preço Lisboa-São Miguel, pagamos São Miguel ao largo de Santa Maria e a descarga em barcaças.

Isto significa que, sobre o preço dos transportes pagamos mais 40% de qualquer grão de trigo ou milho e qualquer saca de cimento desembarcada naquele cais chamado de Vila do Porto ou «Vila sem Porto».

Eu pergunto se não será aplicada nenhuma percentagem dessa verba, obtida a título de suprimento de custos da insularidade, no debate dos custos inter-ilhas?

Portanto aplicar-se com igual justiça, atendendo às mesmas e justas reclamações, no sentido dos produtos mais essenciais terem o mesmo tratamento inter-ilhas, que têm en-

tre Lisboa-Ponta Delgada, Angra do Heroísmo ou Horta.

Presidente: Tem a palavra para responder, o Sr. Deputado Álvaro Monjardino.

Deputado Álvaro Monjardino (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Conceição Bettencourt:

Conforme a Sra. Deputada terá notado, o que se saudou aqui foi a atribuição a esta Região — pela primeira vez e no corrente ano, não para o ano que vem — duma verba de um milhão e meio de contos, a título de primeiro passo, como suporte nacional dos custos da insularidade.

O que, justamente quiz apontar, foi o interesse político, para esta Região, em não se contentar, de maneira nenhuma, com isto. Antes tomar isto, apenas como a brecha final e legitimamente aberta na muralha para que, a partir do próximo ano, já se possa contar com verbas muito mais substanciais.

Sabemos que o contar-se com verbas muito mais substanciais não significa que as mesmas sejam garantidas. Porém, como continua em pé o que dispõe o artigo 80.º, e aquilo que nós propusemos à Assembleia da República, é absolutamente legítimo, à face destas duas circunstâncias, criar a expectativa de que sejam satisfeitas, em termos reais, as necessidades relativas aos custos da insularidade, que são muito elevadas.

Os mesmos, como a Sra. Deputada disse e muito bem, são intra-regionais e têm que ver com a ligação com a Região exterior. Na proposta de lei, que nós aprovámos aqui, essas duas realidades eram previstas muito claramente, embora as definições não tenham sido feitas a esse nível, e não estou em condições de lhe dar muito mais informações sobre este assunto.

Suponho que o Sr. Secretário Regional das Finanças poderá informar em que pé se encontra o andamento das discussões — que têm sido até agora, que eu saiba, de natureza técnica — numa Comissão conjunta que teve várias reuniões durante as quais se discutiu o que era e o que não devia ser custos da insularidade, tanto em termos internos da Região como com referência ao exterior.

Esta proposta que todos nós, aqui, aprovámos previa igualmente, a forma como essa verba nos devia ser atribuída. Previa que parte dessa verba seria directamente retida, pelo Estado, para efectuar determinados pagamentos fora da Região e que outras partes deveriam ser entregues ao Governo Regional, sob uma determinada consignação e, para determinados fins específicos.

Suponho que, o facto de não se ter ainda conseguido, sem culpa da Região, essa definição, poderá significar que — nesta fase que temos de considerar forçosamente transitória — a verba seja entregue em globo e tenha que ser administrada pelo Executivo Regional.

Isto é uma tentativa de explicação mas que fique muito claro que, para nós, também não é satisfatória.

Consideramos, apenas, que o passo dado este ano, é um primeiro passo com todas as imperfeições dum primeiro passo.

É um primeiro passo do qual, se não pode recuar.

É um primeiro passo ao qual têm que se seguir outros passos, não só em termos quantitativos como também em termos de definição administrativa.

Neste sentido, penso que a prazo, estarei mesmo de acordo consigo, mas o que estou a pedir é a compreensão para a situação presente. Ela ocorreu este ano e nem estava prevista no Orçamento. Este milhão e meio de contos não estava previsto no Orçamento para 1982, e é ele que permite que este ano não se recorra ao crédito.

É esta situação que nos permite recusar, à partida e nesta data, que para o ano se tenha que recorrer ao crédito. Se o Estado falhar na sua obrigação — hipótese que de maneira nenhuma podemos excluir — podemos dizer, com inteira avontade, que se recorrermos ao crédito, é como se recorressemos a uma dívida flutuante, para compensar aquilo que o Estado, devendo, não cumpriu para com a Região.

Muito obrigado.

Presidente: A Sra. Deputada deseja usar da palavra?

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Eu desejava formular mais um pedido de esclarecimento.

Presidente: Eu dou a palavra a todos os Srs. Deputados, só que recordo que os pedidos de esclarecimentos e as respostas aos mesmos deviam ser sintéticas, porque eu tenho estado a cronometrar e constato que são verdadeiras segundas intervenções.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Pois é, mas a minha pergunta vai ser rápida, espero que a resposta o seja.

Presidente: Apenas chamei a atenção porque senão nunca mais saímos daqui.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Embora esta pergunta seja sobre o mesmo assunto, tendo um carácter mais técnico, dirija-a ao Sr. Secretário Regional das Finanças.

Tendo sido atribuída, este ano, uma verba de um milhão e meio de contos — tanto quanto o Estado pôde dispôr ou permitiu um cálculo por baixo e pela rama — sem contar com o OGE e independentemente de se ter chegado a um acordo sobre critérios rigorosos dos custos da insularidade, o mesmo não significa que essa verba não esteja sujeita aos critérios da proposta, embora não represente um resultado dum estudo minucioso, acordado por ambas as partes, sobre os custos da insularidade. Logo ela, verba, foi atribuída à Região para que esta fizesse face aos custos gerais da insularidade e da intra-insularidade, e portanto vem sem letreiro.

De acordo com o que recordou o Sr. Deputado Álvaro Monjardino, pois, existem critérios de distribuição entre os custos gerais da insularidade e da intra-insularidade. Qualquer que seja a verba atribuída a esses critérios, compete ao Governo Regional dar execução.

Eu pergunto se não há uma proporção, que entra no saco geral das receitas públicas, para ser aplicada aqui e além, evitando assim o recurso ao crédito, ou se já se contempla que seja dedicada à cobertura dos custos da intra-insularidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças para responder.

Secretário Regional das Finanças (Raúl Gomes dos Santos): Eu peço desculpa mas não estou em condições de poder falar.

Tenho uma amigdalite, estou cheio de febre e, realmen-

te, não posso reunir ideias para lhe poder dar resposta.

Contudo qualquer um dos meus colegas, Comércio e Indústria, por exemplo, pode responder-lhe, se não vir nisso inconveniente.

Presidente: Tem a palavra, então, o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que a Sra. Deputada colocou uma questão que se situa no saber, concretamente, qual o critério da aplicação dos custos da insularidade, se para o investimento ou se para o consumo?

Quanto aos custos intra-regionais, apontou, por exemplo, que determinados produtos chegam a Santa Maria mais caros do que a outras ilhas.

Devo dizer-lhe que isso acontece apenas em relação a alguns produtos. Nós próprios, a nível interno regional, temos feito com que certas ilhas mais densamente povoadas, nomeadamente aquelas que possuem os centros de produção, suportem determinados custos adicionais, afim de permitir que alguns produtos alimentares cheguem a todas as ilhas ao mesmo preço. Cito, por exemplo, o caso dos óleos, do açúcar, do sabão e das rações, que constituem alguns dos produtos que têm preços uniformes por via da derrama que se faz no ponto de origem da sua produção.

A nível nacional, neste momento, apenas os adubos e os cereais têm uma incidência no Fundo de Abastecimento.

A Sra. Deputada referiu que, por exemplo, os cereais chegavam a Santa Maria a preços diferentes daqueles com que chegam a outros pontos da Região. Penso que não, uma vez que chegam a toda a Região ao mesmo preço.

Enquanto que tenho a certeza em relação aos cereais, devo dizer que o mesmo não se passa com o cimento, em relação ao qual existem custos adicionais. Por esta razão, nós entendemos que a cobertura dos custos da insularidade deve fazer-se prioritariamente para os investimentos e não para o consumo.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): E em matéria de construção?!

O Orador: Tem uma representação diminuta de apenas 5% no contexto da mesma. É uma pequena parcela.

Da minha parte, é este o esclarecimento que deixo aqui como achega à preocupação manifestada pela Sra. Deputada.

Presidente: Penso que este ponto está esclarecido, portanto dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Daniel de Sá, para uma intervenção.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ontem defini, nesta Assembleia, a liberdade de imprensa como a liberdade de se dizer aquilo que se pensa. Hoje digo, com a mesma razão, que julgo ter, que a liberdade de um parlamento democrático pode ser entendida por uma definição semelhante. Claro que devemos sujeitar os nossos pensamentos, antes de transformá-los na palavra que os comunica, a um julgamento calmo e ponderado, para o que nem sempre há tempo e daí que, por vezes, chegue a dar a impressão de que nos excedemos, de não nos respeitarmos. Nesta Sessão Legislativa houve a oportunidade de provar

que não é assim. Quando foi possível o entendimento, ele apareceu. Estamos de parabéns, talvez tenhamos dado mais um passo para vencer a inércia desta Assembleia — e os Srs. Deputados sabem que não existe apenas inércia na quietude, já que o movimento é outra forma da mesma. Temos de ser nós a dominar os acontecimentos parlamentares e não estes a dominarem-nos a nós. O que por vezes não tem acontecido.

Daí que, e usando da liberdade, já ponderada, de dizer o que penso, vou lembrar-vos, Srs. Deputados, que o Governo, sempre que se senta nesta Assembleia, é tratado pela maioria com a deferência da convicção de infalibilidade, ratificado sempre, nunca rectificado. Sei que a situação é difícil, não seria cómodo criticar negativamente o Governo que se apoia, mas este barco de nove mastros — passo a expressão alegórica geográfica forçada — se afundar-se é com todos nós. E a crise, a invabilidade de se manter uma governação assim, está à vista, confessa-a o Governo, reconhecemo-la facilmente.

O Plano que analisamos prova-o à evidência. Nele há um défice financeiro e um défice de capacidade criadora, quer pela falta inventiva, quer pela inoperância na execução.

O défice financeiro deve-se, em parte, também a uma pesada máquina governativa, onde talvez as funções criadas sejam, como disse o Sr. Secretário Regional das Finanças, as decorrentes das transferências dos serviços periféricos. Mas há, sem dúvida, demasiados funcionários para cada função.

Seria possível fazer uma longa análise ao Plano para 1983, onde as intenções aparecem frequentemente camufladas numa pesada roupagem de palavras, num gongorismo que só prova que nem sempre falar muito é dizer muita coisa. Por isso, e para não cair no mesmo defeito, vou tentar ser breve, conciso, e chamar a atenção apenas para um sector onde eu penso que a minha mensagem pode ser útil, porque ouvida. O que não anula que a respeito de outros casos, me assista a mesma convicção.

É que uma das dificuldades desta Assembleia cumprir integralmente a sua missão — ou a missão que deveria pertencer-lhe — é a impossibilidade de acompanharmos a execução do Plano. Assim, o Governo traça, em linhas gerais, os seus programas e só nos fica o tentar crer no seu bom senso e nada mais.

Dou um exemplo: O Programa 44 — Divulgação e Animação Turística — a respeito do qual esta Assembleia não saberá antecipadamente, como, quando, com quem e com que proveito se gastará os 55 000 contos orçamentados. Resta-me pôr um voto de confiança no Sr. Secretário do sector e na justiça do seu critério. Assim como, aliás, no Governo inteiro, para bem gerir o nosso défice de mais de 9 milhões de contos.

É certo que — e perdoe-me Deus a brincadeira — o Criador devia estar num momento de má disposição quando dispôs 2 344 km² de terra por nove ilhas, inviabilizando «ab aeternum» a economia delas. O que não invalida a possibilidade de as valorizar, bem mais do que se vem fazendo.

Uma coisa continua a ser esquecida por este Governo — e o Plano/83 prova-o, até pelas verbas de cada programa — é que a cultura é que gera o progresso e não o progresso, en-

tendido como riqueza material, que motiva aquela. Assim, temos por exemplo, destinados a propaganda turística 30 000 contos, para a cultura 29 000 contos.

Destes se empregarão 7 000 contos para restauração do Colégio dos Jesuítas em Ponta Delgada. Parece-me indiscutível até para o fim a que se destina. E que depressa a igreja anexa se transforme na secção de arte de que o Museu Carlos Machado tanto carece.

4 000 contos são para a montagem de casas de etnografia. Importante. Que se as faça bem e que não fiquem fechadas, ainda que tendo a porta aberta. Espero que o recado, resumido nestes termos, fique entendido. As crianças e adolescentes em idade escolar, sobretudo estes, não esquecendo os adultos, a quem será, no entanto, mais difícil de motivar — devem conhecê-las e estudá-las. Conhecer o que fomos ajuda a saber o que somos e podemos vir a ser.

18 000 contos são para filarmónicas. Fardas, trombones, bombardinos, clavicórnios, etc.. Tudo necessário, embora umas coisas mais do que outras. Mas eu penso que havia que repensar as bandas de música como associações de interesse cultural. Mantê-las a tocar em concertos e procissões as marchas e «passos dobles» que se repetem desde que foram fundadas, é permitir a estagnação da cultura musical do nosso povo. O difícil, no nosso povo, é associá-lo. Somos, os açorianos, individualistas por temperamento, regra geral. Por isso, e aproveitando os grupos que já existem — cada uma das sociedades filarmónicas — há que tentar aproveitá-las para algo mais.

Para já, e de imediato, incentivar a realização de concertos públicos e frequentes, o que servirá para que as populações se encontrem mais vezes, se distraiam e dialoguem, que mais não seja pelo simples facto de uma presença colectiva. Depois, a pouco e pouco, na medida do possível da nossa — nossa, repito — capacidade inventiva e realizadora, transformá-las em centros de irradiação de cultura mais alargados como, por exemplo, criando tunas dentro das mesmas associações — o que diversificará a qualidade da música e aumentará os motivos de interesse dos executantes e ouvintes. E, porque não pensá-lo, aproveitar os músicos mais capazes para criar pequenas orquestras ou conjuntos — quartetos por exemplo de música de câmara — o que não tem nada a ver com um projecto eleitoral camarário que também fala de um jardim zoológico.

É que manter o nosso povo a ver a banda passar ou o rancho folclórico dançar sempre a chamarrita ou a sapateia, é permitir a sua estagnação cultural nesse campo. Isso são formas de cultura que devem co-existir com outras e não ser quase somente aquilo a que a população tem acesso.

No que respeita aos ranchos folclóricos, e pensando em casos concretos que conheço, poder-se-á aproveitá-los para a criação de grupos de teatro dando-lhe, entre outros, o apoio oficial de quem lhes dirija os ensaios. (Sei de uma peça de teatro, encenada por um grupo folclórico que custou para pagar ao ensaiador 37 contos). E sabe-se como o nosso povo gosta de teatro — e não só do cómico, do trágico ou dramático, género «Rosa do Adro» ou «D. Inês».

Mas nisto da cultura, a Rádio, a TV e os jornais têm um papel importantíssimo. Neste momento, pouco mais se ouve, na nossa Rádio, que música «bobinada» e de má quali-

dade. O Emissor Regional, então, passa por uma crise que, se não fosse o serviço de informação e os programas do Sílvio do Couto, quase não valia a pena pensar que ele existe. (Digo-o numa perspectiva meramente pessoal que oxalá não fosse verdade). E naquela casa — de péssimas condições materiais — há capacidade intelectual para muito mais, sobretudo quando os departamentos de informação e produção deixarem de ser estanques.

Na TV, quando há cultura, é um acaso. E se ela acontece com o rótulo de produção regional, em via de regra, é um desastre. Excepção foi, por exemplo, o programa sobre o património do Sr. Director Regional dos Assuntos Culturais. E a prova de que o nosso povo menos culto tem sede de cultura está em que, posso garantir que, o Dr. Jorge Forjaz teve uma audiência enorme, mesmo de pessoas de poucas ou nenhuma letras.

Nos jornais, há quantidade. A qualidade é pouca e, infelizmente, é um facto indesmentível, que eles não chegam à generalidade dos menos diplomados. O que não obsta a que se lhes tente elevar a qualidade talvez pelo apoio económico a páginas específicas de cultura generalizada.

No desporto, há o futebol. Que é espectacular, que é o mais querido, visto e ouvido. Mas não o mais completo como educação física e é talvez o desporto que abrange um menor leque etário de praticantes. Também aqui havia muito a valorizar. Uma forma, talvez fosse favorecer as equipas de prática desportiva diversificada em relação às de tipo inglês que só se dedicam ao futebol. Mas aí, na Inglaterra, não faltam motivações para outras modalidades.

A educação física nas escolas primárias foi privilegiada, este ano, com três tempos semanais de 50 minutos. Como cumpri-la se muitos professores não têm uma preparação específica mínima ou motivação para o fazer, se os recintos próprios não existem na maior parte dos casos, se o material de apoio é praticamente nulo? E o Plano não a contempla!

E porque acabei a mensagem, termino. Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo para a sua intervenção.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madru-ga da Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A apresentação anual à Assembleia Regional do Plano e Orçamento é ocasião privilegiada para que o Governo apresente em sede própria as linhas de orientação da sua actuação, explicando e explicitando as razões que fundamentam as suas opções e as suas prioridades.

O Plano para 1983 vem na linha dos documentos anteriormente apresentados e aprovados nesta Assembleia, o Programa do Governo e Plano a Médio Prazo (1981-1984), e exprime a vontade firme do Governo em prosseguir no caminho do desenvolvimento económico e social da Região.

Não cabem dúvidas a ninguém que numa Região como a nossa, qualquer esforço de desenvolvimento passa necessariamente pelo sistema de transportes que tem ao seu serviço e aqui tomado como todo um sector de actividade que promova a fácil e eficaz deslocação de pessoas e bens. Convém, no entanto, realçar que os transportes em si, constituem o elo de uma extensa cadeia que assegura a ligação entre uma qualquer origem e um qualquer destino integrando porventura vários modos de transporte, mas à volta da qual gravi-

tam normalmente vários agentes económicos, que jogam um papel importante, que nem sempre se entrosam da melhor maneira, já que os interesses em presença são, por vezes, potencialmente contraditórios ou não coincidentes, o que explica muitas vezes a fácil tentação de fazer recair sobre o sistema de transportes — elo de uma cadeia — o ónus do deficiente funcionamento dos elementos que lhe são periféricos.

De qualquer modo o objectivo que se pretende alcançar é encontrar um sistema de transportes racionalizado e viável, que garanta um serviço eficaz, seguro e que se realize com a necessária frequência e regularidade.

Para alcançar esse objectivo torna-se necessário actuar sobre o sistema em si e sobre as infraestruturas que o servem. É isso que o Governo tem feito e é isso que o Governo continuará a fazer.

A verdade é que uma observação desapaixionada e imparcial poderá confirmar as alterações qualitativas que se tem operado no campo dos transportes. Sabemos que estamos longe do óptimo, mas também temos a noção clara dos progressos que se tem conseguido. E o que se verifica é que a cada melhoria de infraestruturas, corresponde uma melhoria do serviço efectuado, senão com a alteração radical de hábitos e de processos de trabalho.

Conviria antes de mais e na abordagem desta questão estabelecer dois pontos de referência: o transporte de mercadorias e o transporte de passageiros. Não valerá grandemente distinguir questões relativas aos transportes inter-ilhas e destas para o exterior, pois em muitos casos as situações em que nos debatemos são na maior parte das vezes, casos sobreponíveis.

Desde logo pode constatar-se que os fluxos de mercadorias não são uniformes, nem regulares, conhecem as suas sazonalidades, as suas épocas de grande procura e outras em que a oferta supera aquela. Por outro lado, convém assinalar que, para além deste facto, também existe uma forte componente de direcionalidade. Com isto pretende-se dizer que as próprias necessidades de transporte são afectadas por um volume muito elevado de carga embarcada no Continente e destinada a cada uma das nossas ilhas, sendo certo que nem todas podem receber o mesmo tipo de navios, ao que se deverá juntar, ainda, a necessidade de proceder ao transporte de gado vivo para o Continente. Todas estas acções condicionam, como é de bem de ver, todo o esquema de transportes marítimos que serve a Região, mas que poderá ainda melhorar muito mais com a introdução de novos meios, uma vez concluída a rede de infraestruturas portuárias que se estão a construir e que se irão construir.

É, portanto, nesta perspectiva de promover a melhoria do sistema de transportes que o Governo tem vindo a desenvolver um vasto programa de construção de infraestruturas de transportes, que certamente virão contribuir para se conseguir uma maior rapidez e regularidade dos transportes, e de alguma forma contribua para a estruturação da actividade económica.

No que se refere à construção de infraestruturas portuárias, aquisição de equipamento portuário e obras de protecção da orla marítima, o Plano prevê uma verba de 1.080.000 contos, que contemplam os projectos já contidos

no Plano de Médio Prazo, e que se fizeram o ajustamento de verbas julgadas adequadas às necessidades de financiamento dos empreendimentos em causa.

Assinala-se a abertura do concurso público da construção do molhe de defesa do porto da Praia da Vitória, cujo prazo de entrega de propostas termina a 29 do corrente mês.

De igual modo deve referir-se a adjudicação das obras de construção do porto de Vila do Porto, cujo prazo de execução é de 24 meses.

Cumpra aqui referir o esforço que tem sido feito e que se continuará a fazer no sentido de dotar os portos da Região com o equipamento destinado à movimentação de cargas e rápido desembarço dos navios.

O Governo tem vindo também a promover a realização de pequenas obras de protecção da orla marítima em algumas ilhas. Prevê-se que no tempo de vigência deste Plano se possa resolver algumas situações desta natureza em Santa Maria, Faial e Graciosa.

É sabido que, hoje, se o transporte de mercadorias se continua a fazer por via marítima, o transporte aéreo tem-se vindo, cada vez mais, a responsabilizar pela movimentação de pessoas, quer entre as nossas ilhas, quer para o exterior da Região.

Esta situação tem sido possível por força do programa da construção de infraestruturas aeroportuárias nas ilhas que as não possuíam.

Este programa continua no Plano 83, prevendo-se nele uma verba de 540 000 contos. Nele estão contidos os projectos já incluídos no Plano a Médio Prazo, caso da nova pista do aeroporto de Ponta Delgada, caso do aeroporto de São Jorge, da pista do Corvo. Neste programa se incluem verbas para aquisição de equipamento aeroportuário, bem como verbas destinadas ao financiamento das obras de ampliação da aerogare das Lajes, e à construção, em curso, da aerogare do aeroporto das Flores.

Sendo o transporte um serviço público de maior relevância e que no nosso caso assume em algumas circunstâncias características de serviço social, o Governo continua e considera a importância de proporcionar formas de apoio ao transporte terrestre, ao transporte marítimo e ao transporte aéreo, daí a existência do programa «Apoio aos Transportes» onde se prevê uma verba de 550 000 contos.

Com este programa pretende-se proporcionar às empresas de transporte os meios financeiros suficientes para realizarem a sua actividade quer ao nível da exploração do tráfego a seu cargo, quer ao nível de investimentos relativos à manutenção e à reformulação das frotas que utilizam. Deve, aliás, acrescentar-se que na maior parte dos casos os apoios financeiros revestem a forma de compensação ao tarifário praticado que, na maioria dos casos fica aquém dos custos reais praticados.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de deixar aqui algumas notas sobre a questão, quase sempre polémica, da SATA, dos serviços que presta e dos que poderá prestar.

Ninguém desconhece que a SATA é uma empresa pública, o que significa que é, do ponto de vista do seu capital, propriedade da Região, mas também significa que a empresa tem uma gestão que, sem perder o sentido do serviço so-

cial desta empresa, deverá prosseguir uma actuação que atene o esforço que o Orçamento Regional tenha a fazer para apoiar a sua exploração. Mais uma vez se reafirma que o Governo apoia em relação a esta empresa os projectos que correspondam à nossa realidade geográfica e humana, mas não pode, em consciência, apoiar esquemas de exploração que não se realizem em projectos económicos e financeiramente viáveis de interesse para a Região que não de qualquer outro.

Passaria a abordar o sector do turismo. Como tem sido largamente referido o Governo Regional pensa que esta actividade sem assumir uma prioridade ao mesmo nível da agro-pecuária e pesca, pode representar uma boa aportação ao desenvolvimento económico e social da Região. Neste sentido se explicam as verbas inscritas no Plano-83 que se destinam ao apoio aos investimentos, de acordo com a legislação em vigor e que está sob revisão e da conservação de melhoramentos das unidades a cargo da Região e à promoção da Região como destino turístico. Nesta matéria valerá a pena assinalar os mercados que têm vindo a ser objecto do esforço promocional. Por um lado tem-se procurado atingir e assim se continuará a fazer, o mercado do Continente e no estrangeiro, os mercados ligados a determinadas actividades, concretamente o caso das pescas — actividades náuticas e sub-aquáticas — com excepção da caça submarina que de modo nenhum nos interessa, desportos de ar livre como o golf que é um mercado potencialmente riquíssimo, para além do segmento que procura o termalismo e um destino que se caracteriza pela sua tranquilidade e equilíbrio ambiental.

Valerá a pena voltar a referir que o esforço promocional que se tem feito no País e no estrangeiro tem tido os seus reflexos positivos no aumento de visitantes que vêm aos Açores e esperamos francamente que o esquema tarifário agora em vigor proporcione um maior fluxo de turistas que nos visitem.

Constitui, por outro lado, a promoção profissional uma outra área de actuação privilegiada do Governo e aí têm sido tomadas medidas que proporcionam aos interessados a aquisição de conhecimentos básicos ou especializados que garantam o lançamento no mercado de trabalho de profissionais que assegurem o nível de qualidade de serviço que se oferece e que, em nosso entender, tem de constituir uma das valiosas componentes do nosso produto turístico.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A exemplo do que até aqui tem acontecido, e as realizações e empreendimentos existentes assim o confirmam, o Governo continuará a executar com seriedade e entusiasmo o seu Programa e o Plano que agora submete à apreciação desta Câmara.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para pedir esclarecimentos.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar, muito sinteticamente, três ou quatro questões ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

A primeira prende-se com a Sociedade GRACITUR. Foi-me entregue, ontem, o ofício de V. Exa., número 4.382, datado de 24 do corrente mês, no qual o Sr. Secretário dá conhecimento, em resposta a um requerimento que oportunamente deixei nesta Câmara, de que tinha sido recebido, na Secretaria, o projecto de adaptação a residencial do edifício já adquirido pela GRACITUR, que está a ser apreciado pelos serviços competentes da Direcção Regional de Turismo.

Face a este ponto da situação, eu perguntaria ao Sr. Secretário, qual a perspectiva da Secretaria no sentido de se ver transformado e operacional o objecto social da referida empresa?

Isto, considerando os 6.000 contos que estão consignados no Plano e que se não tiverem, no fundo aplicação, constituem capital morto a juntar aos não sei quantos, mil contos que existem a favor da administração da referida empresa. Salvo erro 8 000 contos, não sei concretamente, mas sei que são bem uns milhares largos.

Face à problemática que tem sido suscitada em quase todos os órgãos de Comunicação Social, do « Ponta Delgada », em breve, deixar de fazer escala na Graciosa, eu perguntaria ao Sr. Secretário, qual a sua perspectiva e se o mesmo navio, na óptica da Secretaria, tenderá a deixar de fazer escala ou continuará a fazê-la?

Em terceiro lugar, tive oportunidade na intervenção feita ontem no debate, de referir alguns aspectos relacionados com a SATA, circuito Graciosa. O Sr. Secretário não estava presente, não teve oportunidade de me responder, eu tive alguns esclarecimentos bastante oportunos feitos pelo Sr. Deputado Pacheco de Almeida, no entanto gostaria de ouvir pelo Sr. Secretário, muito sinteticamente, a resposta a esta questão:

Prevê ou não, que na época alta, Julho/Agosto concretamente, se aumente o número de vôos para o circuito Terceira-Graciosa-Terceira, no ano de 1983?

É tudo, muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Pontes para formular as suas perguntas.

Deputado Joaquim Pontes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejava colocar também três questões ao Sr. Secretário dos Transportes e Turismo, que agradecia que esclarecesse na medida do possível.

A primeira refere-se ao porto da Praia que, suponho que para agrado de todos nós, Deputados e Governo, já se encontra a concurso.

Gostaria de saber se é possível prever para quando será a adjudicação da obra e se a verba, que neste Plano/83 se encontra inscrita para ela, será suficiente para satisfazer as necessidades imediatas?

Gostaria também de perguntar ao Sr. Secretário, para quando se prevê o início das obras da aerogare das Lajes? De facto, como tivemos ocasião de verificar no anterior Plano, a mesma encontra-se absolutamente inadequada e tendo sido dotada para o ano em curso, julgo que não será muito fácil executar, pelo menos a dotação prevista.

A última questão prende-se, igualmente, com um as-

sunto que já foi trazido aqui, e diz respeito à Estalagem da Serreta. Por aquilo que me pareceu depreender através do relatório de execução para o 1.º semestre, nota-se pelo menos, que há um dispêndio na participação do sector público em empreendimentos turísticos, destinado ao projecto de adaptação da mesma.

Eu perguntava, ao Sr. Secretário, se de facto é assim e se ainda se prevê que este ano se possam iniciar alguns trabalhos de remodelação da dita infraestrutura.

Presidente: Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Martins Goulart para formular igualmente os seus pedidos de esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo:

Permita-me que desça a algum pormenor na medida em que muitas pessoas me têm procurado para veicular algumas dúvidas, relativas a questões respeitantes a obras em curso, ou a realizar, na Ilha do Faial.

Sem pretender descer a tanto pormenor que transforme esta Assembleia numa Assembleia Municipal gostaria, todavia, de não deixar de respeitar o interesse manifestado por esses concidadãos que legitimamente procuram um esclarecimento através de quem, também legitimamente, os representa.

Assim gostaria de perguntar a V. Exa., em que ponto se encontra o processo de construção da marina da Horta. Quais as dificuldades surgidas na sua implementação e se a aparente paragem que se verifica, para quem por ali passa, significa uma paragem forçada para eventual procura de soluções correctivas ou se é natural e, neste momento, normal que a obra não esteja em curso por razões que também eu desconheço?

Em segundo lugar, gostaria de saber quais as medidas, preconizadas pelo Governo, para efeitos de revitalizar o porto da Horta?

Gostaria de perguntar, igualmente quanto à finalização do apetrechamento do aeroporto da Horta, em que ponto se encontram as «demarches», eventualmente em curso pelas partes competentes, no sentido de resolver o problema, especialmente a fim de que possa estender a sua utilização a períodos nocturnos garantindo uma maior segurança ao tráfego aéreo?

Gostaria também de lhe perguntar em que ponto se encontra a resolução do jardim e parque infantil da freguesia das Angústias. Pode parecer um pouco pormenorizado demais, para debater nesta Assembleia, mas uma vez que esta questão tem, em certa medida, apaixonado a opinião pública, a sua apresentação justifica-se.

Em que medida é que o Governo autorizou ou se prestou a colaborar com a Câmara da Horta, a fim de executar o que, em princípio, já se comprometeu a fazer possibilitando à freguesia das Angústias possuir um jardim e um parque infantil?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Castanheira, para pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo.

Deputado Jorge Castanheira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turis-

mo:

A pergunta que eu desejava formular é a seguinte:

Em que fase se encontra actualmente o programa relativo à construção do aeroporto de São Miguel e quando pensa o Governo proceder ao início da obra?

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais Srs. Deputados que queiram pedir esclarecimentos, eu dou, agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, para fazer o favor de responder às questões que lhe foram formuladas.

Secretário Regional dos Transportes e Turismo (Madru-Costa): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Responderia, em primeiro lugar, às perguntas que me foram postas pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Relativamente à GRACITUR, no final do mês de Outubro foi recebido na Secretaria o projecto relativo à transformação duma propriedade, já adquirida pela GRACITUR, em residencial. O mesmo está a ser apreciado, do ponto de vista da regulamentação relativa à indústria hoteleira, com vista à posterior classificação desta instalação, de acordo com a legislação em vigor, sobre esta matéria.

Calculamos que no próximo ano seja possível que a sociedade GRACITUR — composta pelo Governo, autarquia de Santa Cruz e entidades privadas — possa concretizar a transformação do imóvel em causa.

Relativamente à operação do navio «Ponta Delgada» gostaria de dizer-lhe que o mesmo navio foi concebido para o transporte de passageiros inter-ilhas. Tem servido, até agora e de maneira notável todas as ilhas que não possuíam aeroporto. Verifica-se que quando as pessoas necessitam de deslocar-se, a sua preferência vai para o avião. É um facto que a introdução do avião em algumas ilhas, nos casos concretos da Graciosa, Flores e Pico, retirou ao «Ponta Delgada» uma grande faixa do mercado que o utilizava. Posso deste modo dizer que, segundo creio, nesta última viagem o «Ponta Delgada», ontem ou anteontem, deve ter passado na Graciosa para deixar dois passageiros.

É evidente que isto, para um navio que tem gastos grandes em cada viagem, é uma situação difícil de manter.

A ideia que temos em relação a esta matéria é a de que a Região não poderá ficar, segundo creio, sem um meio de transporte marítimo que faça ligações, sobretudo no Grupo Central, em termos de poder transportar igualmente passageiros. O que temos vindo a diligenciar, junto da CTM, é no sentido de se conseguir encontrar um tipo de embarcação que possa transportar carga, comportando alguns passageiros e destinando-se essencial e primordialmente ao tráfego inter-ilhas.

Esta é uma questão que temos vindo a debater e é possível que se encontre solução para isto.

De qualquer forma não há, neste momento, qualquer posição tomada relativamente ao facto do «Ponta Delgada» deixar de escalar a Graciosa, mas devo-lhe dizer, Sr. Deputado, com toda a sinceridade que não vamos manter o navio «Ponta Delgada» a fazer a escala pela Graciosa, uma vez que, efectivamente, não tem clientes para transportar.

Relativamente ao problema da SATA, acerca do horário da estação alta, nomeadamente nos meses de Julho e Agosto, eu creio que poderei dizer, com todo o à vontade,

que a SATA, na passada época alta, serviu a Graciosa perfeitamente.

Há que distinguir duas situações concretas em relação ao tráfego e exploração duma linha aérea. Uma é o seu horário normal e outra é a necessidade de, em determinadas pontas, fazer-se voos extraordinários.

No caso concreto da Graciosa, e aliás de todas as ilhas, eu creio que a SATA ainda que com algum sacrifício e algumas dificuldades, conseguiu, durante este Verão, transportar aos seus destinos todos os passageiros que chegavam ao aeroporto das Lajes, ou Ponta Delgada, com destino às diversas ilhas.

Se o Sr. Deputado me pergunta, neste momento, quantos vão ser os voos que a SATA vai programar para o próximo Verão, eu efectivamente não lhe posso responder. Não o posso fazer porque o esquema do horário da SATA é feito e elaborado nos serviços da mesma, aprovado pelo seu Conselho de Gerência e submetido por este à aprovação do Governo.

Portanto, só em face dum documento dessa natureza é que o Governo se poderá pronunciar, aceitando o horário proposto ou rejeitando-o, por qualquer razão que o justifique. O que é preciso atender, nesta matéria, é que qualquer empresa de transportes determina as suas frequências de acordo com as necessidades do transporte e da capacidade que tem que oferecer para realizar o mesmo.

A colocação dos voos, depois, durante a semana é uma questão que também diz respeito à gestão da exploração da empresa. Contudo, o que lhe posso garantir, Sr. Deputado, é procurar realizar, para cada uma das ilhas, os voos que sejam os necessários e suficientes para resolver o transporte das pessoas inter-ilhas e assegurar as ligações das diversas ilhas com os aeroportos através dos quais se sai ou se entra na Região.

Parece-me que esta situação é extremamente simples e é, aliás, desta maneira que a SATA tem actuado e continuará a actuar.

Relativamente às perguntas que me são feitas pelo Sr. Deputado Joaquim Pontes, em relação ao porto da Praia, pois, a abertura das propostas, se Deus quizer, far-se-á no próximo dia 30. Elas serão depois submetidas à apreciação duma comissão, que já está nomeada para o efeito e que levará naturalmente o seu tempo.

Trata-se duma obra de grande vulto cujas propostas têm que ser cuidadosamente analisadas, após o que será submetido à apreciação do Conselho do Governo que procederá à adjudicação da obra.

Eu penso que os trabalhos da construção do molhe de defesa do porto da Praia da Vitória terão o seu início no primeiro trimestre do ano que vem, em termos de instalação de estaleiro por parte do empreiteiro, a quem vier a ser adjudicada esta obra.

A verba, que está contida no Plano, creio que, pela experiência que já se vai tendo nesta matéria, será suficiente. Como o Sr. Deputado deverá saber, o pagamento destas obras marítimas faz-se duma forma ligeiramente diferente daquela usual para obras em terra, porque os componentes que são construídos em estaleiro, são pagos apenas numa percentagem do seu valor, uma vez que depois o acerto para

o custo total desses elementos, só é pago depois da colocação no local da obra, portanto no próprio molhe.

Portanto, julgamos que a verba será suficiente para financiar este primeiro ano de construção deste empreendimento.

Relativamente à aerogare das Lajes, posso adiantar ao Sr. Deputado que já tenho em mão o projecto arquitectónico relativo à aerogare das Lajes.

Durante o mês de Dezembro espero ter o projecto de execução e os cálculos de engenharia para a construção desta obra. Uma vez que tudo isso esteja pronto, lançaremos o concurso para a execução da ampliação.

Entretanto posso adiantar que — com vista a uma melhor movimentação de tráfego dentro da aerogare das Lajes — pensa-se realizar brevemente pequenos arranjos que, de alguma forma, possam ordenar de melhor forma o tráfego que frequenta o aeroporto das Lajes, estando, aliás, já em curso a encomenda dos materiais necessários.

Relativamente à Estalagem da Serreta, a verba que veio consignada no relatório de execução do Plano, relativo ao primeiro semestre, trata-se efectivamente do pagamento duma primeira tranche, ao arquitecto que está a elaborar o projecto de ampliação. Julgamos que, de acordo com o combinado, o mesmo poderá ser entregue no primeiro trimestre do próximo ano, naturalmente à Secretaria.

Relativamente às perguntas que me faz o Sr. Deputado Martins Goulart, eu respondo-lhe gotosamente.

No que se refere à construção do sector de recreio náutico, aqui do porto da Horta, houve, na verdade, uma paragem da obra por uma circunstância que não se prende com a vontade das pessoas, mas com aquilo que a terra nos deu.

Como o Sr. Deputado sabe, todas as obras marítimas, nesta terra, foram feitas com a exploração duma pedreira que existe nuns terrenos conhecidos por «Pedreira da Doca». Acontece que a partir de certa altura, a mesma deixou de ser explorada, uma vez que sobre ela se construíram habitações. Durante algum tempo teve-se grande dificuldade em encontrar pedreiras que pudessem produzir pedras capazes de servir para aquela obra.

Há coisa de duas ou três semanas, felizmente, encontrou-se finalmente uma pedreira, junto à estrada que vai para Santo Amaro, onde, pelo menos através dos estudos e sondagens já feitas, se poderá produzir a pedra suficiente para a continuação das obras.

No que se refere à revitalização do porto da Horta, o Sr. Eng. e eu que somos, mais ou menos, da mesma geração e que, talvez, retenhamos na nossa memória alguns aspectos do que foi esta nossa baía durante os últimos anos da guerra, todos nós, olhamos para trás e sonhamos com alguns navios, se calhar, ainda a tomar carvão. Ora, não há mais carvão no porto da Horta para abastecer. Os navios, hoje, movem-se de outra maneira e falar em revitalização do porto da Horta é falar em alguma coisa que tem muito a ver com recordação do passado.

De qualquer maneira, eu penso que este porto pode ser aproveitado e revitalizado. Julgo que a obra que nele se está a construir significa e aponta para uma revitalização possível do mesmo.

É no âmbito da oferta, que este porto pode ter, como

base para actividades ligadas também ao turismo que o mesmo se pode revitalizar. Não creio que tenhamos nem circunstâncias, nem sequer há uma conjuntura ao nível do transporte marítimo, que permita que pensemos em revitalizar o porto da Horta pela via do apoio à navegação transatlântica.

Como o Sr. Deputado sabe, os navios hoje abastecem-se à partida, tornando a fazê-lo nas melhores condições, nos sítios onde fornecem os combustíveis mais baratos procurando, por vezes, as próprias refinarias onde se abastecem aos mais baixos de todos os custos.

Portanto, creio que é na exploração deste espaço que na verdade, do ponto de vista natural e ambiental é muito bonito, que se pode fazer deste porto da Horta uma base para tudo aquilo que sejam actividades náuticas ou ligadas até ao desenvolvimento turístico da Região.

É neste sentido que eu o vejo e é também nesse sentido que algumas coisas, que se estão a fazer, apontam. Por outro lado, creio que não será, de maneira nenhuma, negado ao porto da Horta, apesar da construção e funcionamento dos portos do Pico, um apoio importante ao sector das pescas, sobretudo durante a campanha do arum.

É neste sentido que temos vindo a desenvolver alguns esforços para tentar conseguir uma situação que nos permita proceder à limpeza da baía. Como sabe, está um bocado assoreada, sobretudo no fundo do saco, simplesmente nos contactos que fizemos quanto à possibilidade da deslocação dum draga do Continente para efectuar este trabalho, constataámos que os montantes exigidos são de tal modo elevados que a relação de custo-benefício disto é um pouco proibitiva.

De qualquer modo estamos tentando encontrar meios para resolver este problema.

No que se refere ao apetrechamento do aeroporto da Horta, é uma matéria que tem vindo a ser debatida com a empresa pública que explora alguns aeroportos na Região, creio eu que desde, talvez, do tempo da Junta Regional. Isto tem avanços e retrocessos porque ora aparecem ou desaparecem verbas no orçamento dessa empresa. Portanto, não tem sido muito fácil de levar este processo de maneira fluída e seguida por forma a podermos, na verdade, apetrechar o aeroporto da Horta com aquilo que mais necessita neste momento — um «ILS» e a balizagem do Morro de Castelo Branco.

Dentro do projecto NAV2, que a ANA está a implementar, prevêem-se a introdução de algumas melhorias de apoio à navegação, concretamente a instalação de algum equipamento relacionado com a localização do aeroporto, em termos de ajuda à navegação aérea, pela emissão de sinais que localizam o avião relativamente à entrada do aeroporto.

É, contudo, uma situação de que não se desiste. Quando me encontro com o Conselho de Gerência da ANA tenho vindo a pôr solução a este problema. É natural que vá estar proximamente com alguém do Conselho de Gerência da ANA novamente e voltarei a pôr esta questão porque julgo-a importante, não só em termos do melhor apetrechamento, mas também pelo que significa na própria exploração da SATA, que tem custos elevadíssimos cada

vez que tem que cancelar um voo para esta zona da Região, por falta de instrumentos que possam proporcionar uma melhor operação.

Portanto, continuaremos a bater-nos nesse sentido até que as pessoas acabem por satisfazer, na verdade esta nossa pretensão, que me parece inteiramente justa a este propósito.

Relativamente ao parque infantil da freguesia das Angústias, eu creio que não há grandes dificuldades. Há, na verdade, um princípio assente de que serão cedidos terrenos para o mesmo, simplesmente, quando se passou desta fase à fase de apresentação dum projecto relativamente ao parque infantil, os terrenos misteriosamente cresceram. O projecto, melhor dizendo, desdobrava-se para além daquele espaço que havia sido combinado.

Como o Sr. Deputado sabe, em termos de locais de possível apoio ao porto só se contam aqueles espaços, naquela zona, junto do campo do Sproting e parque de combustíveis e, eventualmente naquela pequena faixa de terrenos onde se pensa que se poderá vir a construir uma edificação para funcionamento da Junta Autónoma do Porto.

Creio que não vai haver problemas e que se encontrará consenso em relação ao espaço mas, na verdade, entre aquilo que foi combinado e aquilo que depois apareceu no projecto há uma certa diferença que tem que ser rigorosamente acertada, como é óbvio, para que não fique tudo em parque, sem qualquer outro terreno aproveitável para algo naquela zona.

Portanto, creio que, por aí não vai haver qualquer tipo de problema.

Relativamente à pergunta que me faz o Sr. Deputado Jorge Castanheira, acerca do aeroporto de São Miguel, dir-lhe-ei que, aliás como é do seu conhecimento, foi adjudicado a uma empresa um estudo sobre esta matéria. A mesma em tempo oportuno e nos prazos estabelecidos, entregou o seu trabalho que mereceu, por parte do Governo, alguns reparos no sentido de se procurar uma melhor explicitação para algumas noções e conceitos nele contidos.

Portanto, logo que esse trabalho foi apreciado foram feitas, à empresa em causa, uma série de perguntas, de pedidos de esclarecimento e de pormenorização, acerca de muitas coisas que estavam no trabalho. A resposta já foi recebida um dia destes. Para além destes pedidos, feitos à própria empresa, submetemos este trabalho à apreciação de entidades ligadas à vida aeronáutica.

Portanto, aguardamos, a todo o tempo a resposta a estes últimos e temos conhecimento de que, muito brevemente, serão entregues, ficando o Governo em condições de tomar, sobre esta matéria, uma decisão.

É tudo, muito obrigado.

Presidente: Parece que não é tudo porque o Sr. Deputado Carlos Mendonça não se encontra, talvez, devidamente satisfeito.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejava formular um pedido de esclarecimento complementar.

O Sr. Secretário afirmou que a SATA serviu perfeitamente a Graciosa nos referidos meses e, como aliás referi

ontem, estou também totalmente de acordo consigo.

O Sr. Secretário informou-me acerca da tramitação, que ocorre na elaboração dos horários. Agradeço-lhe a informação uma vez que fiquei a saber como ela é feita.

Penso que para os futuros horários a Gerência da SATA terá em consideração o movimento que se efectuou, no período referido do ano anterior.

Nessa circunstância, eu recorro que nesse período o número de voos extraordinários foi de 44. Portanto, tomando isto em consideração, pergunto se será ou não de sensibilizar quem de direito no sentido de se considerar, num espaço de dois meses — oito semanas — a nível de programação de horário, mais um voo semanal o que corresponde a oito voos que se vai contrapor ao número de 46 voos extraordinários.

Presidente: Se o Sr. Secretário Regional dá licença, antes de responder daria a palavra ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida que, também já deveras sensibilizado, pediu a palavra para falar sobre este assunto.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Se nos permitisse prestar o esclarecimento talvez se poupassem outros esclarecimentos, trazendo aqui alguma utilidade.

A informação é simples. A SATA, a partir da primeira semana de Dezembro, terá um grupo de trabalho a trabalhar na organização dos horários do próximo Verão.

Os horários do próximo Verão, na sua elaboração, passam pelo conhecimento de todas as aporções que são trazidas ao conhecimento da opinião pública.

Nesse sentido tive oportunidade de recolher a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça, que fará parte do «dossier», a estudar por esse grupo de trabalho, que na primeira semana do próximo mês começa a trabalhar, em termos de meios a utilizar, linhas a servir e objectivos a atingir no próximo Verão.

Presidente: Parece que a questão ficou esclarecida, portanto dou agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Castanheira, para uma intervenção.

Deputado Jorge Castanheira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Numa concepção tão ampla quanto a exposta no Decreto-Regional n.º 5/78/A mas de maneira mais sintética, podemos dizer que o Plano define uma política e é dele que na Região se parte para prosseguir o caminho de desenvolvimento dos Açores.

Porém não podemos deixar de ter presente que a execução da política de desenvolvimento económico e social da Região, não se esgota, nem na programação, nem nas altas taxas de execução verificadas nos seus Planos anuais, pois ao lado das acções e investimentos neles previstos, muitas outras se verificam largamente.

A forma participativa na ligação entre o Governo e as populações é um importante factor dinâmico de desenvolvimento que não podemos esquecer. O Plano para 1983, é o resultado, com uma ou outra inflexão, dum planeamento a médio prazo em progressivo aperfeiçoamento, em que metódica e pertinazmente se tem vindo a trabalhar.

Dai que, aperfeiçoar um plano é aperfeiçoar uma polí-

tica, sem improvizações falseadoras da realidade e se acaso pudéssemos medir a viabilidade dum plano numa circunstância dada do processo de desenvolvimento em curso, talvez o indicador mais seguro seja o da vontade política do seu contínuo aperfeiçoamento.

Ao cepticismo e decepções de alguns, teremos de contrapor o trabalho e a esperança sempre renovada de uma mudança para melhor, que mais não traduz do que a vontade expressa de bem servir a Região.

Servir esta Região, significa, não um plano ambicioso numa situação orçamental difícil, mas um plano regional enquadrado realisticamente em perspectivas internacionais e nacionais sombrias.

Nas conjunturas atrás referidas, o Plano para 1983, mais não constitui do que a seriação de projectos fundamentados e realizáveis, segundo critérios da nossa realidade económica e social e das evidentes particularidades de cada ilha.

As opções de desenvolvimento, estas, já estavam traçadas, pelo menos num quadro de médio prazo e o Plano para 83, em nada as altera.

No Plano a Médio Prazo, define-se princípios e opções básicas:

O reforço da unidade regional, a igualdade de oportunidade e de acesso aos benefícios da cultura e do desenvolvimento económico e o reforço do sector produtivo sem se subalternizar os sectores sociais, constituem assim o quadro real da política de desenvolvimento.

Nos sectores sociais, as medidas postas em prática ao longo deste anos, reflectem já resultados positivos.

No campo demográfico, o decrescimento emigratório tem-se vindo a verificar, sendo a taxa actual de emigração à volta de 1% da população residente.

No campo do emprego, as perspectivas não são preocupantes, não sendo porém animadora a procura de primeiro emprego e a colocação de pessoal feminino.

A promoção cultural e o acesso ao serviço de saúde têm tido os seus resultados positivos.

A taxa de escolaridade global cresceu de 48% em 1977 para 55,4% em 1982.

O número de professores profissionalizados, aumentou igualmente de 32,9% em 79 para 43,3% em 82.

No que respeita à rede de saúde e muito embora não se tenha ainda concluído a instalação de novos estabelecimentos de saúde, no espaço de 2 anos criaram-se 15 novos postos de saúde.

O pessoal médico, cresceu 25% também em 2 anos.

Em termos de índice, médicos/ 1 000 habitantes, o aumento tem sido assinalável em todas as ilhas, com excepção de São Jorge e Corvo, revelando o esforço efectuado para a cobertura médica da Região.

Em termos de pessoal de enfermagem, em meados do corrente ano tinha-se já registado um acréscimo de 20% em relação ao ano de 1980.

No campo das infraestruturas, elas aparecem a olhos vistos e seria fastidioso enumerá-las.

Porém, os resultados atingidos não nos fazem deixar cair os braços. Temos a perfeita consciência de que muito há a fazer!

Temos a perfeita consciência que erros se cometeram. Mas temos a perfeita consciência que todo o esforço de desenvolvimento requer aperfeiçoamento, fôlego e continuidade.

Nada mais prejudicial do que enveredar por medidas de política que tenham como objectivos, meros impactos imediatistas.

Se entre planear e não planear não há meio termo, nada mais prejudicial do que elaborar um plano desfocado da realidade e para ocorrer apenas a situações de momento.

Se entre planear e não planear não há meio termo, as execuções materiais e financeiras e as medidas de política encetadas têm provado com segurança quanto tem sido útil a actividade de planeamento na Região. Não obstante não se deve perder de vista a necessidade de se lhe dar uma maior qualidade.

Após os esforços efectuados nos primeiros 4 anos a nível dos sectores sociais, o reforço dos sectores produtivos, sem subalternizarem aqueles, surgiu-nos devidamente contemplado no Plano a Médio Prazo e agora obviamente seriado no Plano para 1983.

Retomam-se os princípios, apontam-se directivas e desenvolvem-se programas específicos e instrumentais visando,

- o desenvolvimento da produção agro-pecuária e das pescas
- o aumento do investimento e da produção do sector industrial e paralelamente

a criação de infraestruturas adequadas de transportes, de energia e a melhoria dos sistemas de ensino, da saúde e das condições de habitação.

Porém, não podemos descurar, que no quadro económico os efeitos decorrentes das medidas de política previstas, são mais alongadas no tempo.

E a este respeito não poderemos fomentar ilusões mágicas.

A realidade peculiar de cada ilha, a sua dimensão social e económica, os meios materiais e humanos disponíveis, devem constituir pontos de contínua e permanente reflexão e de enquadramento crítico. Porque é igualmente na percepção clara da real dimensão regional, que se deve encarar o Plano para 1983, como a selecção de acções e de projectos prioritários para os domínios considerados fundamentais de modo a que os recursos disponíveis se concentrem nos empreendimentos de maior produtividade económica e de mais forte e duradouro impacto social.

À margem do Plano, torna-se necessário, para complementarizar a estratégia de reforço do sector produtivo, e de modernização da economia regional, fazer aderir e participar com maior actividade o sector privado, eliminando-se para isso, estrangulamentos e assegurando as iniciativas nos ramos de actividade considerados motores de desenvolvimento.

O Plano para 1983 será assim mais uma etapa na batalha de desenvolvimento regional mas não se esgota na sua execução a sua tarefa.

Teremos pois, de unir esforços para continuar a grande obra de desenvolvimento regional, não contemporizando com derrotismos, não dando ouvidos a lamentos de desânimo,

mas através do trabalho e de um diálogo útil e concertado investirmos em certas linhas de acção com muito maior vigor.

Disse.

(*Palmas da bancada do PSD e do Governo*)

Presidente: Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É ainda numa conjuntura económica internacional não muito favorável que os planos de desenvolvimento nacional e regional para o próximo ano de 1983 vão ser implementados.

As expectativas de retoma da actividade económica internacional não serão ainda plenamente realizadas no próximo ano, não obstante se verificarem indícios de um crescimento económico mais acelerado nos principais países da zona da OCDE onde estamos inseridos.

Na realidade, enquanto o crescimento do P.N.B. no conjunto de países na zona da OCDE está estimado este ano de 1982 em apenas 0,5% — consequência directa da adopção generalizada de políticas monetárias restritivas — já para o próximo ano de 1983 se prevê uma taxa de crescimento de 2,5%.

Como é evidente, estas taxas estão fortemente condicionadas pelo comportamento da actividade económica dos EUA que provavelmente registará no corrente ano de 1982 uma taxa de crescimento de menos 1,5%, esperando-se para o próximo ano de 1983 uma taxa de crescimento já positiva de 2%. O recente comportamento das taxas de juro praticadas nos EUA parecem efectivamente confirmar estas previsões. No passado mês de Outubro a taxa de juro preferencial para empréstimos a empresas — a prime rate — caiu para os valores que tinha em 1978 — 12% — tendo a taxa de desconto do Banco Central atingido o valor de 9,5%.

Estas decisões das autoridades monetárias dos EUA provocaram já comportamentos semelhantes em outros países da OCDE e terão certamente como consequência imediata uma reanimação da actividade industrial e económica da globalidade da economia dos países da zona.

Relativamente aos países da CEE, comunidade em que desejamos integrar-nos e com a qual temos o grosso das nossas relações comerciais, as previsões de reanimação da actividade económica são igualmente imodestas.

Prevê-se para 1983 uma taxa de crescimento de 1% (no corrente ano apenas 0,3%) uma taxa de inflação de cerca de 9% (10,5% no corrente ano) e uma diminuição do déficit da Balança de Transacções Correntes.

Mas se o contexto internacional aponta no sentido de uma certa melhoria, embora situados abaixo dos níveis anteriormente previstos, já o mesmo se não poderá dizer no que toca ao comportamento esperado para a economia nacional, que viu no ano de 1981 e no corrente ano de 1982 a sua situação deteriorar-se substancialmente, nomeadamente no que se refere ao desequilíbrio interno, taxa de inflação, agravamento do déficit da Balança de Pagamentos e consequente endividamento externo.

O comportamento destas variáveis tem vindo, de facto, progressivamente a agravar-se a partir de 1980.

Assim:

– de um desequilíbrio interno de 102,3 milhões de contos em 1979, passou-se para desequilíbrios internos de 182,3 milhões de contos em 1980 e 281,9 milhões de contos em 1981;

– de uma Balança de Pagamentos equilibrada em 1979, em que o déficite da Balança de Transacções Correntes era de apenas 52 milhões de dólares, passou-se para déficits de 1,2 biliões de dólares em 1980 e 2,7 biliões de dólares em 1981, esperando-se para o corrente ano de 1982 um déficite superior aos 3 biliões de dólares;

– como resultante imediata deste grave desequilíbrio externo temos o progressivo agravamento da dívida externa. Em apenas 3 anos os Governos da AD conseguiram a proeza de duplicar a nossa dívida externa, que de 6,5 biliões de dólares em 1979 passou para 10 biliões em 1981, era já de 11,6 biliões em Junho do corrente ano e deverá abeirar-se dos 13 biliões de dólares no final deste ano. Contudo, perante a opinião pública, a única diferença que se fez constar é que enquanto antes eram os Governos que estavam a empenhar o País ao estrangeiro, agora é o País que tem credibilidade e os Governos que têm a confiança do estrangeiro para a obtenção de crédito;

– quanto aos valores assumidos pela taxa de inflação, constata-se que a recuperação ocorrida em 1980, ano de eleições, foi efémera e não teve qualquer consistência. O seu valor este ano deverá atingir os 25% e apenas encontra um valor superior em 1977, ano muito semelhante ao actual e em que a degradação de todos os indicadores económicos determinou as medidas de austeridade e de estabilização económica que se lhe seguiram.

As perspectivas de evolução para a economia nacional são pois francamente pessimistas: baixas taxas de crescimento, agravamento do desemprego, taxas de inflação elevadas, quebra dos salários reais, elevados déficits da Balança de Transacções Correntes, agravamento do endividamento externo, quebra do investimento, deterioração da situação financeira das empresas, etc., etc., etc..

Avizinham-se pois tempos difíceis; difíceis mas decisivos para o nosso futuro.

Tempo de adopção de drásticas medidas económicas e financeiras – que ainda não foram tomadas devido ao desconchavo político-partidário que se vive no Continente, em especial na maioria parlamentar da AD – e que serão tanto mais gravosas quanto mais tarde forem adoptadas.

Tempo de definição de soluções políticas que sejam capazes de assegurar o esforço concertado das diferentes forças económicas e sociais no sentido da estabilização e do desenvolvimento económico e social.

É, pois, neste contexto nada brilhante, principalmente no que se refere à situação nacional, que a Região Autónoma dos Açores, através do seu Governo, se propõe implementar no próximo ano de 1983 o Plano e Orçamento agora aqui em apreciação.

Um Orçamento que ascende a 16 milhões de contos e que integra um Plano de investimentos e de capital de 7,6 milhões de contos.

Um Orçamento que nos conduz a um déficite global de 9,1 milhões de contos, dos quais 3,3 milhões se refere ao

defícite corrente e 5,8 milhões ao déficite de capital.

Um Orçamento que admita já à partida o recurso a empréstimos num total de 4,4 milhões de contos.

Antes, porém, de nos determos mais em pormenor sobre estas questões ligadas ao Orçamento e que são, a nosso ver, fundamentais para o futuro da nossa Região e da nossa Autonomia, vejamos o que o Governo Regional se propõe realizar através do seu Plano de investimentos.

É evidente que numa intervenção desta natureza o pouco tempo que dispomos não nos permite analisar em pormenor cada um dos sectores de actividade e cada um dos programas de investimento. Nem isso seria, aliás muito importante. Quem se detém muito no pormenor perde a visão do conjunto; quem se detém muito na observação duma árvore perde a visão da floresta. Tentaremos, pois, focar apenas alguns aspectos gerais mas que consideramos importantes e decisivos para o nosso futuro.

Antes, porém, não queremos deixar de sublinhar que os montantes globais de investimento previstos no PMP 81/84 e nos seus diferentes Planos anuais já apreciados por esta Assembleia, quando confrontados com os elaborados no âmbito do PMP 77/80, se apresentam mais conformes com a capacidade de execução material do Governo Regional.

Deve no entanto sublinhar-se que estes elevados montantes de investimento público planeados pelo Governo, não estão muito em concordância com os valores estimados para o PIB regional, o que faz com que o seu efeito multiplicador no rendimento regional seja muito reduzido, isto é, grande parte dos efeitos indirectos provocados por este grande esforço de investimento público vão produzir resultados fora da Região, não sendo, por conseguinte, integralmente absorvidos pela actividade produtiva regional.

Mas este é um preço (leia-se ausência de benefícios) que teremos de pagar pelas carências em infraestruturas básicas e pelo atraso económico herdadas do anterior regime.

Este esforço suplementar da Região, consubstanciado em investimentos vultosos mas concebidos dentro dos limites tecnicamente admissíveis, terá que ser prosseguido ainda por mais alguns anos, e é com um certo agrado que registamos ter o Governo Regional substituído, neste campo, o irrealismo e a demagogia usados num passado recente, por objectivos mais programáticos e materialmente exequíveis.

Mas se este juízo é válido para os montantes anuais de investimento previstos no âmbito do PMP 1981/84, já o não é no que se refere às fontes de financiamento consideradas e que, todos nós estamos lembrados, apenas admitia o recurso a empréstimos num total de 3,7 milhões de contos durante todo o período da sua execução.

E estranha-se mesmo a facilidade com que o Governo Regional abandonou aquele quadro de financiamento deveras optimista e que está relacionado com a cobertura pelo OGE dos custos derivados da insularidade.

Foi na verdade com uma certa estupefacção, *mas sem qualquer surpresa*, que depois da constituição de comissões mistas especiais, que depois de inúmeras idas e vindas a Lisboa sempre devidamente publicitadas por todos os Órgãos da Comunicação Social da Região, que depois de

outras tantas declarações à Imprensa, RTP e RDP, vimos o Governo Regional dar por encerrado o dossier «custos da insularidade». E isto não obstante a magreza dos resultados alcançados. Chegou-se até ao ponto de considerar uma vitória o *adiamento* da imputação à Região dos prejuízos da TAP, da CTM, da ANA e do Fundo de Abastecimentos. Sentiu-se mesmo a necessidade de lembrar que a Região dispõe já de preços nacionais para alguns produtos essenciais como o ferro e o cimento há já muito tempo consignados.

Mas voltemos ao Plano para 1983.

Como era já de esperar, o Plano apresentado pelo Governo Regional para o próximo ano não nos traz novidades de maior em relação ao previsto no PMP. Ele é na verdade portador das mesmas virtudes e dos mesmos defeitos já apontados àquele Plano.

É assim que todas as acções e programas do Governo Regional continuam sem enquadramento numa estratégia global de desenvolvimento, ou mesmo em estratégias sectoriais, não se vislumbrando, por conseguinte, uma articulação coerente e consistente entre o planeamento dos diferentes sectores de actividade.

Dentro de cada sector não existe uma enunciação clara e quantificada dos objectivos a atingir, quer para o sector no seu todo quer para cada um dos programas de investimento.

Projectos há que apresentam a mesma lógica de concepção e ritmo de execução, semelhanças essas determinadas por razões totalmente alheias a critérios de racionalidade económica.

O próprio objectivo de integração na CEE, que continua defenido como prioritário, não se vê tenha preocupado em demasia os responsáveis governamentais dos diferentes sectores. Não fossem as constantes deslocações a Bruxelas e outras capitais europeias de alguns membros do Governo, muito em especial do dinâmico Subsecretário do Planeamento e Integração Europeia, e julgaríamos que o objectivo de integração na CEE tinha já sido relegado para a última das prioridades.

Assim, por exemplo, no domínio da Agricultura e Pecuária, não se vê que tenha sido claramente defenida uma política sectorial e que se tenha previsto as necessárias medidas com vista à preparação do sector para a integração na Europa Comunitária.

E muito há a fazer neste sentido . . .

Secretário da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Concorde!

O Orador: . . . principalmente quando pensamos que é no sector primário que fundamentalmente assenta a nossa economia e que este é um sector extremamente sensível, de difícil intervenção e de resposta lenta aos estímulos e medidas de política programados, principalmente no que se refere a transformações estruturais.

Bastará efectivamente pensarmos um pouco sobre a grande percentagem de mão-de-obra empregue no sector, sobre o grande número de explorações agrícolas existentes e sua reduzida dimensão, sobre o excessivo parcelamento e forma de exploração — predominantemente de arrendamento, sobre o progressivo aumento da percentagem de superfície agrícola útil ocupada por pastagem e consequente

diminuição das culturas agrícolas e de cereais, para facilmente concluirmos da urgência na tomada de medidas adequadas para preparar a economia regional para o confronto com economias muito mais evoluídas que a nossa.

Com efeito, enquanto que, por exemplo, a dimensão média das explorações agrícolas nos Açores é de 4,8 ha, na CEE é de 26 ha, verificando-se o valor mais elevado na Inglaterra com 58 ha e o mais baixo na Itália com 11 ha. Estando a exploração orientada para a pecuária, o número de vacas que esta dimensão permite é de apenas 7/8 vacas, o que é francamente pouco quando também comparado com as médias comunitárias.

Como consequência de tudo isto, temos que os níveis de produtividade e de qualidade das produções são também baixos quando comparados com os alcançados nos principais países europeus.

Assim, por exemplo, o nível de produtividade, medido pela relação população activa/superfície agrícola útil, é nos Açores de 1/4 enquanto que nos países agrícolas da CEE, nomeadamente Holanda e Dinamarca, essa relação atinge os valores de 1/12 e 1/15 respectivamente. Quer isto dizer que enquanto nos Açores um trabalhador agrícola trabalha 4 ha de terra, na Holanda e Dinamarca trabalha 12 e 15 ha. Significa isto que se quisermos elevar para o dobro o número de ha trabalhados por cada agricultor ou lavrador açoriano (e este objectivo situa-se ainda a cerca de metade do já conseguido nos países agrícolas da CEE) teremos que reduzir para metade a população activa do sector.

Este ou outro qualquer objectivo que vise aumentar a produtividade do sector e o valor acrescentado bruto nele gerado terá inevitavelmente como consequência uma diminuição da população nele empregue e dele dependente.

Servem estas considerações também para evidenciar a inter-dependência existente entre os diferentes sectores de actividade económica e a necessidade de um planeamento global para a Região, por forma à mão-de-obra liberta do sector primário ser absorvida pelos restantes, nomeadamente o secundário. Caso contrário, a única saída que restará aos trabalhadores açorianos será a emigração. Foi esta a solução usada no passado, nos anteriores regimes. Não é esta a solução que se quer no presente e para o futuro. . .

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nem está a ser!

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Como?! Se não estão a fazer nada.

O Orador: . . . Durante todo este ano de 1982 esperamos, em vão, que o Governo Regional fizesse publicar a «Lei de Orientação Agrícola» anunciada no seu PMP. Não sabemos mesmo se os estudos e trabalhos preparatórios dessa lei estão adiantados ou mesmo em curso.

E no entanto é esta uma lei de capital importância para o desenvolvimento do sector, que terá necessariamente de passar por uma reforma das suas estruturas. Somente com uma clara definição dos princípios orientadores das mudanças estruturais a operar, se conseguirão alcançar níveis de produção e de produtividade mais elevados e uma modernização das explorações agrícolas, *sem que estas percam o carácter familiar de exploração, que deve ser protegido e incentivado.*

Por outro lado, somente depois de definidos os objectivos a prosseguir no sector primário é que as próprias unidades produtivas do sector, bem como as actividades situadas a juzante, poderão planear com segurança o seu próprio desenvolvimento. Sem esta clarificação, continuamos ao sabor do imprevisto e das flutuações de conjuntura. E esta situação será tanto mais preocupante quanto mais próxima estiver a nossa adesão ao Mercado Comum, com a consequente alteração do quadro de funcionamento de toda a nossa actividade económica.

Por ser esta uma matéria de grande importância e com profundos reflexos no nosso futuro é que reclamamos do Governo Regional a definição urgente das grandes linhas de orientação para a agricultura açoriana e das consequentes medidas de acção.

O mesmo é de exigir do Governo Regional em relação a todos os outros sectores de actividade.

Será esta, aliás, a única forma de resistir a certas pressões de interesses e de ultrapassar crises pontuais, que a não serem resolvidas com coerência e no âmbito mais vasto de uma estratégia de desenvolvimento, correm o risco de se agravarem e se generalizarem, acabando por comprometer todo o desenvolvimento.

E os sintomas de crise são já vários e cada vez mais evidentes.

Nestas circunstâncias, o mínimo que se pode exigir do Governo Regional, já que não foi capaz ou não soube obstar ao surgimento desses sintomas, é determinação política e competência técnica para as superar, no quadro da autonomia democrática em que vivemos e dentro dos princípios de concórdia, de diálogo e de paz que caracterizam a índole das nossas gentes e que compete ao Governo defender e preservar.

Tenho dito.

(Palmas da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário do Planeamento para um pedido de esclarecimento.

Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (Nunes Liberato): Ouvimos com muita atenção os considerandos que o Sr. Deputado Roberto Amaral resolveu fazer em relação ao Plano.

Alguns deles, nomeadamente os respeitantes à coordenação entre os vários aspectos do Plano e à sua coerência global, são opiniões do Sr. Deputado não coincidindo, evidentemente, com o entendimento do Governo. Aliás, o Sr. Deputado não teve ocasião de justificar plenamente as razões da sua opinião.

Porém, não era sobre essa questão que eu gostaria de intervir, mas sim mais no sentido dos enquadramentos que o Sr. Deputado teve ocasião de realizar, que, aliás, coincidem em grande medida com o próprio enquadramento do Plano, exceptuando alguns adjectivos, sobretudo relacionados com a situação nacional, que talvez tivessem mais cabimento noutra assembleia.

Gostaria de dar conta, nessa linha, do enquadramento que o Sr. Deputado fez ao Plano e Orçamento do ano passado e que conduziu a uma situação, em que adivinhava uma certa melhoria para as condições internacionais deste ano de 1982 e fazia, por outro lado, o quadro da situação nacio-

nal. Nessa perspectiva augurava ao Governo grandes dificuldades, do ponto de vista financeiro, e falava do impasse tremendo em que o mesmo se veria envolvido.

Gostaria de perguntar ao Sr. Deputado como concilia isso com a situação já descrita pelo Sr. Secretário Regional das Finanças, em relação à situação financeira dos investimentos do Plano para este ano, em que não veio confirmar, efectivamente, essa situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral para responder.

Deputado Roberto Amaral (PS): É com muito gosto que responderei ao Sr. Subsecretário do Planeamento e Integração Europeia.

Na realidade, o ano passado — na análise que fiz nesta Assembleia e num debate televisivo, que tive o prazer de ter com o Sr. Secretário Regional das Finanças — defendi e tenho aqui a intervenção produzida na altura, uma certa reanimação da actividade económica ainda neste ano de 1982.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E as obras dessa.

Deputado Roberto Amaral (PS): Exacto. Contudo, também previ a queda das taxas de juro nos Estados Unidos, que já se verificou.

Foi precisamente a partir deste raciocínio que, prevenido uma descida das taxas de juro que iam mobilizar ou canalizar e incentivar o investimento produtivo, assentei o meu raciocínio na retoma da actividade económica.

Isto não se verificou o ano passado por razões conjunturais. Verificou-se, já, no passado mês de Outubro. É evidente que, em matéria de previsão, podemos falhar. Em todas as previsões conhecidas da retoma da actividade económica dos principais países da OCDE, as mesmas têm vindo a ser sucessivamente adiadas. Pode ser que aquilo que se prevê aqui, as taxas de 2,5%, não coincidam com as do Plano, certamente porque este foi apresentado a esta Assembleia, numa altura anterior, o que é normal.

De maneira que os números que eu apresentei estão mais actualizados do que aqueles que o Plano apresenta. Eu não quero dizer com isto que o Plano está mal feito, de maneira nenhuma, só que foi feito com mais antecedência do que a minha intervenção.

Quanto à maneira de encarar e perspectivar, presentemente o futuro, pois, eu alinho com aqueles que o fazem com optimismo porque não há dúvida que os sintomas de crise mundial são também idênticos aos que antecederam a II Guerra Mundial.

Porém, perante estes factos, surgem-nos apenas duas opiniões ou posições:

— Encará-los com optimismo e, se eles não se vierem a verificar, então, estamos preparados para o desenvolvimento que irá ocorrer;

Ou então:

— Encará-los com pessimismo, e como única solução e saída, comprar um abrigo atómico e instalarmo-nos no quintal.

Disse.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Nós somos da parte optimista!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cruz para um pedido de esclarecimento.

Deputado Jorge Cruz (PSD): O Sr. Deputado Roberto Amaral a dado passo da sua intervenção, comparando a Comunidade com a Região através do indicador «número de hectares por população do respectivo sector», tirou a conclusão de que eram necessárias reformas estruturais no sector agrícola.

Eu queria perguntar-lhe:

1.^a — Acha que este indicador é suficiente para daí tirar essa conclusão?

2.^a — Teve em conta as características do sector agrícola regional, nomeadamente a agro-pecuária?

3.^a — Teve em conta o ponto de partida do indicador comunitário e o estado em que se encontra a Região?

4.^a — Se os agricultores açorianos estivessem ao nível comunitário, em termos de condições e apoio, acha que a necessidade de reforma estrutural seria outra que não aquela, muito abreviada, de reduzir a população para a metade?

Presidente: Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Devo dizer que, para já, não entendo as lamentações ou perguntas do Sr. Deputado Castanheira.

É evidente que, se os trabalhadores açorianos se encontrassem numa situação semelhante àquela existente na CEE — embora os próprios reconheçam que esta precisa de algumas mudanças estruturais — as reformas necessárias seriam substancialmente diferentes.

O trabalhador açoriano quando vai trabalhar nos Estados Unidos da América, possui uma produtividade muito superior àquela que ele próprio efectua aqui.

Isto é evidente, Sr. Deputado Castanheira.

Quanto à suficiência do indicador que tomei para concluir da necessidade das mudanças estruturais, pois, ele é necessário, sem contudo ser suficiente, e teríamos que ir buscar, para isto, outros indicadores como por exemplo:

O parcelamento agrícola da nossa Região, que é exageradíssimo;

O número de explorações sobre a forma de arrendamento que também é muito elevado, portanto quem trabalha a terra não é o dono mas sim o rendeiro que está submetido a todas as pressões do próprio senhorio e densidade populacional do próprio sector.

Não sei se o Sr. Deputado sabe mas nos anos 60, o que sucedia era que o próprio rendeiro é que ia ter com o senhorio para lhe oferecer uma renda superior. Isto era originado pelas pressões que existiam sobre a terra.

Hoje, felizmente, isto não sucede na nossa Região porque a população do sector é muito menor e existe uma lei de arrendamento, aprovada por esta Assembleia, que obsta, em certa medida, a que aconteça, embora haja ainda muitas fugas à mesma.

É evidente que o indicador que lhe dei é insuficiente, porém é necessário e, para as conclusões que eu tiro, mais que suficiente.

Muito obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais para a sua intervenção.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves):

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tal como acontece com a generalidade dos departamentos do Governo, também à área sob a responsabilidade directa da SRAS na proposta do Plano para 1983 não pode ser vista de forma isolada.

Representa uma etape, viabilizada pela actividade anteriormente desenvolvida constituindo a sua sequência lógica, coerentemente enquadrada dentro do Plano a Médio Prazo aprovado por esta Assembleia, e tendo como objectivo final o cumprimento do programa de Governo.

De forma genérica poderei afirmar que a proposta agora em análise reflecte os seguintes parâmetros:

— No domínio do Plano a Médio Prazo, portanto entre 1981 e 1984, as áreas da saúde e da segurança social não são das que, em termos relativos, dispõem de maior percentagem do investimento total previsto.

Aliás, manda o realismo que se reconheça que as condicionantes da economia, pela sua natureza, tendem a pesar na disponibilidade de meios que seriam necessários para os sectores referidos. A solução de alguns dos problemas relacionados com a satisfação de necessidades sociais tem que atender às envolventes internas e externas da economia.

Há que aceitar o carácter imelutável das incidências dos factores económicos na política social, sendo, contudo de ter também em conta que os factores sociais condicionam, por sua vez, a política económica, com a reserva de que, em caso algum, será desejável fazer apoiar no exclusivismo oficialista ou no colectivismo despersonalizante a satisfação das referidas necessidades sociais. De qualquer forma, mesmo que com carácter subsidiário, os programas a executar, nomeadamente no domínio do sector da saúde, não dispensam significativos meios públicos.

É dentro deste equilíbrio de conceitos que se compreenderá que a execução do Plano de 1983, nas áreas à responsabilidade da SRAS se traduza fundamentalmente em acções que visem melhor organizar para melhor responder com aquilo que temos, preparando-se simultaneamente as condições para que venham a ser possíveis investimentos que se terão de realizar.

Obviamente que isto não significa que ainda assim não haja um esforço de investimento nas áreas à nossa responsabilidade, como facilmente se constata da leitura da proposta de Plano para 1983.

Mas passemos à análise do fundamental que, sector por sector, caracterizará a actuação da SRAS no próximo ano, bem como dos princípios que a nortearão.

Começemos pelo sector de saúde.

No seu âmbito a actuação que contamos desenvolver e que consta da proposta de Plano não é apenas subsumível à realização de investimentos que consideramos um dos meios a utilizar na realização da política a que nos propomos, mas não o único e em caso algum um fim em si.

Genericamente continuará a atender-se aos seguintes grandes princípios:

— O sector de saúde deve ser abordado como um sistema de componentes interdependentes.

É natural que na utilização dos vários instrumentos à disposição dos profissionais do sector, cada um parta da li-

mitada perspectiva da sua especialidade. Assim, o economista encarará as possibilidades de aumentar a eficácia do custo do sistema; o engenheiro sanitário estará mais sensibilizado para os problemas do saneamento básico; o nutricionista para questões relativas à dieta alimentar do indivíduo e da comunidade; o médico especialista tenta pôr as técnicas mais complexas à disposição dos doentes que lhe são enviados.

Mas cabe ao departamento do Governo competente ter em conta e utilizar todos esses instrumentos e atender ao facto de que uma alteração em qualquer parte do sistema afectará todos os outros elementos desse mesmo sistema.

— O segundo princípio é de que o sistema de serviço de saúde deve partir da mais pequena unidade de distribuição.

Os cuidados de saúde devem ser acessíveis ao habitante do lugar mais afastado e como ponto de partida deve-se tentar levar ao habitante, «in loco», a mais ampla gama de serviços, não se deixando de atender, obviamente aos condicionamentos impostos pela ponderação de custos.

Com este princípio se relaciona a consideração de que o sistema de saúde deve estar de acordo com os valores da cultura e os da organização e estrutura da sociedade actual. A família e a pequena comunidade que é a freguesia são as bases do nosso trabalho.

Esta concepção leva a que:

-- Aos cuidados primários, à prevenção, seja dada pelo menos a mesma importância e dignidade que à medicina curativa.

O modo mais eficaz e suave de tratar um mal é evitar que ele aconteça. As medidas preventivas, normalmente repetitivas e não envolvendo custos muitos significativos têm vantagem sobre procedimentos intensamente tecnológicos.

Pelo que fica dito, o sistema de saúde não poderá deixar de ser estruturado em pirâmide; na sua base situam-se serviços de grande amplitude, à responsabilidade de profissionais sensibilizados para o trabalho na comunidade e profundamente conhecedores das suas realidades. Os serviços mais complexos estarão centralizados nos três Hospitais da Região.

— Claro que o que fica referido terá de ser encarado no contexto das amplas necessidades da população açoriana e atendendo aos condicionamentos impostos pela limitação de recursos.

Os cuidados de saúde devem ser vistos à sua real dimensão — isto é, como um elemento de um programa multiforme para melhorar as condições de vida e proporcionar o completo aproveitamento do potencial criador da população da Região.

É à luz deste entendimento que serão enquadradas as acções que continuaremos a desenvolver a nível da organização de serviços. É uma actividade que, nas suas várias facetas, não se esgota num ano, mas importa nunca perder de vista os princípios que a enformam, os objectivos a atingir e que impõem nomeadamente uma profunda transformação estrutural. E isso é referido de forma sistemática na proposta do Plano para 1983. E portanto dispense-me de o repetir. Claro que, em alguns casos, é indispensável a imediata melhoria das infraestruturas de que dispomos, daí os investimentos propostos, havendo também que considerar como elemento fundamental os recursos humanos.

Tem a Região dificuldades sensíveis no que toca ao número disponível de profissionais de saúde — médicos, enfermeiros e técnicos auxiliares — com que pode contar.

E se nada nem ninguém poderá, por artes de mágica, ultrapassar as dificuldades referidas, o que é certo é que as soluções estão em grande medida nas nossas mãos e como tal temos que as assumir, não se deixando de contar com o empenho de todos.

É sintoma animador vermos a capacidade das nossas escolas de enfermagem ter sido aproveitada na totalidade, para o primeiro ano, em 1982, tanto mais que o mesmo acontecerá em 1983.

Estão a decorrer na Região cursos para técnicos auxiliares de raio X e de laboratório com uma frequência que nos perspectiva a solução da carência que temos a curto prazo.

Estão no Continente a frequentar alguns outros cursos de técnicos auxiliares, vários candidatos da Região.

— Foi assinado recentemente um protocolo com o departamento competente do Governo da República que, segundo esperamos nos trará os instrumentos adequados à resolução dos problemas que nos cria, a nós, à administração e à população em geral, a falta de médicos especialistas. Estou convicto que desde que existam candidatos esta carência poderá também ir sendo ultrapassada, prevendo nós evolução positiva sensível a médio prazo.

Mas não nos iludamos. Em todos os casos se não for com candidatos da Região — se a todos os níveis não esgotarmos a nossa capacidade de formação — dificilmente veremos resolvido o problema que hoje nos preocupa. Bons exemplos temos disso no passado.

Estou cada dia mais convicto que com a execução do que vos referi com o envolvimento da comunidade e a colaboração dos profissionais do sector, será possível continuar a responder melhor, cada dia que passa, àquilo que a população de nós espera. É a isso que nos propomos.

Passemos agora em revista o que de mais saliente entendemos desenvolver em relação à proposta do Plano para 1983 no domínio do sector da Segurança Social.

Como é sabido tem este sector três instrumentos essenciais para a realização dos seus fins:

- As Prestações Pecuniárias
- A Acção Social
- Os Equipamentos Colectivos

Estes instrumentos devem ser utilizados simultaneamente ou deverão ser pelo menos de disponibilidade conjunta e permanente, pelo que é indispensável conjugar equilibradamente as medidas de política relacionadas com as prestações pecuniárias com as que se referem à acção social ou aos equipamentos colectivos, promovendo efeitos integrados.

Toda a acção a desenvolver no âmbito do próximo ano continuará a ter em conta alguns grandes princípios:

Assim pensa-se que os fins da segurança social devem ser atingidos com o envolvimento de todos. O indivíduo, a família, a comunidade são os primeiros interessados, logo devem ser os primeiros intervenientes na busca de soluções.

Não alimentaremos a passividade e o comodismo.

Estamos no domínio privilegiado de responsabilização de toda a colectividade em termos de solidariedade irrecusável.

vel, que exige empenhamento dos poderes públicos actuando subsidiariamente, mas que não pode dispensar a acção das iniciativas das instituições privadas e muito menos o papel das famílias.

Reafirmamos a necessidade de reconhecer a carga mítica e enganadora do Estado protector, combatendo toda a propensão para nele fazer sediar o primado da resposta a situações de carência social, primado que a família não pode deixar de assumir responsabilmente, intervindo em todo o processo de intregação social e de protecção preventiva e reparadora das situações de desequilíbrio sócio-económico ou de reconhecidas carências em serviços e equipamentos sociais.

Nesta linha continuaremos a estimular o desenvolvimento da iniciativa e criatividade dos cidadãos e das instituições privadas que constituem afinal uma emanção da própria comunidade, procurando-se simultaneamente favorecer soluções que visem cada vez maior humanização, combatendo os riscos de massificação e de marginalização social e promovendo a redução de custos.

Há que dar lugar à iniciativa da comunidade!

Há que dar lugar à imaginação!

Passemos à análise mais concreta da acção a desenvolver. E comecemos pelas prestações pecuniárias.

Fruto da nossa orgânica do sector, todas as prestações pecuniárias são hoje processadas pelos mesmos serviços, quer as regulamentares, quer as que resultam de situações não passíveis de tipificação e que portanto contam com a intervenção dos serviços da Acção Social.

O nosso sistema de prestações é qualificativamente, em termos comparativos, bastante bom e não nos envergonha quando o comparamos com outros.

Quantitativamente não podemos deixar de reconhecer que algumas delas se apresentam com valores baixos, embora possam ser melhoradas na medida que se fôr caminhando para a construção dum único regime, embora considerando a diferença e as especificidades que deverão ser tidas em conta com os independentes, em relação aos trabalhadores por conta de outrem.

Por outro lado é indispensável que, em relação às pensões haja maior correlatividade entre os descontos realizados efectivamente, os anos de desconto e o montante da pensão, o que hoje não é suficientemente claro.

Mas também não podemos ignorar que é hoje um problema universal o conflito da relação entre o crescimento incessante das aspirações de satisfação das necessidades sociais de cada país e a efectiva capacidade de resposta das respectivas economias.

Não se conhece aliás nenhum sistema de segurança social cujos meios cresçam ao ritmo das aspirações de segurança e das correspondentes necessidades de protecção social a satisfazer. É aliás nossa preocupação constante a de manter o equilíbrio financeiro do sistema.

Há que continuar a prevenir e a combater a fuga e a fraude. Estimular a consciência social.

São os utentes que alimentam o sistema. O que ele redistribui aos utentes pertence.

Continuaremos a aperfeiçoar o funcionamento dos serviços processadores.

Com esta preocupação especial consegue-se hoje com grande rapidez processar a maior parte dos benefícios das prestações. Pagam-se assim de imediato todas as prestações que podem, quer no subsídio de casamento, nascimento ou funeral e pagam-se regra geral, no mês devido todas as prestações que devem ser periodicamente satisfeitas com processamento normal.

Em relação às prestações diferidas, às pensões, também se conseguiu uma grande evolução em termos de rapidez de processamento.

Assim, enquanto que alguns anos atrás, há dois anos atrás, ainda se esperava entre 8 e 15 meses para receber o primeiro processamento duma pensão, agora o tempo de espera, médio, é de cerca de 3 meses.

Estes resultados foram possíveis com base no estudo crítico, numa mudança de circuitos e implicou também com mudança de impressos, com um pôr constantemente em causa aquilo que encontramos com criatividade, com participação, com o trabalho de todos, com uma grande proximidade entre a gestão e a produção.

Foi isto, aliás, que aconteceu também no processo de descentralização onde deram contributo importante as Casas do Povo.

Centralizou-se a gestão, descentralizou-se a execução.

Não foi preciso nem mais dinheiro, nem mais pessoal, foi preciso muito empenho, mais organização, mais imaginação.

Hoje é indiferente para o utente o local onde vive.

Perante o sistema de segurança social obtém sempre a mesma resposta.

Tudo isto terá resultado com o contributo, como referi, das Casas do Povo, com o seu aproveitamento e com a sua revitalização.

Elas são hoje terminais de segurança social, na execução da política que referi.

São hoje terminais de saúde na execução da política que referi.

Tem preocupações na área sócio-cultural.

Tudo isto enquadrando a procura da resolução do problema de instalações, através dos edifícios polivalentes, cujos investimentos vêm contemplados neste Plano.

O objectivo será sempre melhor servir a pessoa e será sempre ela, a razão, a justificação da existência do sistema. Agora com a informática que contamos ter em funcionamento durante o primeiro trimestre de 1983, será consolidado todo o processo que referi e daí virá um contributo importante para a desburocratização e para o tornar ainda mais leve.

Quanto à acção social a orientação que manteremos será virada para a comunidade, para um trabalho activo, junto do indivíduo e da família, fazendo com que a passividade que se traduz no acolhimento seja residual. Continuaremos a promover o acompanhamento das instituições de tal forma que consigamos complementar as dificuldades técnicas, que essas instituições possuem, com a nossa acção, dando respostas nessas áreas, mas, sempre com a preocupação que os técnicos intervenientes sejam considerados, não como um objecto estranho mas como alguém da casa. Mas passemos à área dos equipamentos colectivos.

Também aqui, e recordando o que já atrás ficou dito, não deixaremos de afirmar o primado da família na integração social e na responsabilidade de protecção de situações de carência dos seus membros; o reconhecimento do papel humanizante, mobilizador e criativo das instituições privadas; o carácter subsidiário do Estado.

Continuaremos a contrariar a opção imediatista pelo internamento — o acesso injustificado a equipamentos sociais. Não podemos todavia ignorar a existência de situações que determinam a sua inevitabilidade.

É por isso que no melhor espírito de co-responsabilidade e de cooperação com as instituições privadas que possuem equipamentos colectivos temos procurado com a nossa acção contribuir para humanizar as condições de funcionamento de tais equipamentos que como último recurso se revela indispensável, adoptando medidas de sensibilização, informação e apoio técnico, promovendo programas de formação e reciclagem de pessoal e conferindo rigor aos critérios relacionados com obras de remodelação dos estabelecimentos designadamente no que se refere a limites desmassificadores de lotações, desses estabelecimentos e aos custos de investimento e manutenção a suportar. Há que sobrepôr sempre a suficiência digna e humanizada a todo o supérfluo ostentatório.

E nesta linha não haverá nenhum equipamento nesta Região que não tenha recebido e não receba hoje o apoio do Governo, sempre com a preocupação de potenciar os efeitos da aplicação dos recursos públicos, promovendo a ajustada comparticipação das instituições nos investimentos e nos custos de funcionamento, estimulando o sentido das obrigações dos familiares dos utentes quanto à comparticipação dos que possam contribuir para os encargos a suportar.

Mas no domínio dos equipamentos colectivos reafirmamos também que será sempre de evitar que os lares/internatos se ofereçam como recurso primeiro e tendencialmente exclusivista.

Há que caminhar a explorar outras soluções — os chamados equipamentos abertos como os centros de dia para idosos, bem como aprofundar o recurso a soluções imaginativas e que evitam o recurso a grandes investimentos. Estão entre estes:

- O apoio domiciliário;
- As amas. com licenciamento, apoio técnico e eventualmente financeiro do Governo.

Estes são dois dos muitos exemplos de soluções alternativas ao internamento, muito menos onerosas e cumulativamente e socialmente muito mais ajustadas. Com criatividade muito longe se pode ir.

Expostos os princípios que orientarão a nossa acção no domínio deste sector e dispensando-me também aqui de repetir a explicitação que consta da resposta do Plano para 1983, vamo-nos referir ao sector de emigração:

Nesta área manteremos o esforço muito especial no sentido de manter bem viva a ligação entre a comunidade emigrante e emigrada — expresso em várias acções.

Por outro lado continuarão as acções de informação, formação e apoio aos candidatos à emigração.

Mas gostaria de aproveitar esta oportunidade para sa-

liantar a redução que se vem verificando de ano para ano nos níveis migratórios. E essa tendência continua a manter-se de acordo com os números que possuímos e relativos já ao primeiro semestre de 1982. E não podemos deixar de relacionar esses números com os dados resultantes do último recenseamento eleitoral. Os Açores foram um dos lugares onde mais significativamente cresceu em termos percentuais o número dos novos eleitores.

Como também não posso omitir o conhecimento que temos dos muitos casos de emigrantes que vêm regressando à Região, o que tradicionalmente não acontecia. O seu levantamento está em curso e espero em breve poder divulgar números, muitos já recolhidos, que darão bem conta desse movimento de regresso.

E o que fica dito dispensa comentários — fala por si só e a acção dos Órgãos de Governo próprio da Região certamente estará na base da situação descrita.

Muito obrigado.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Adelaide Teles, para formular os seus pedidos de esclarecimento.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Noto que é sua intenção desenvolver o termalismo na Região.

Gostaria de perguntar se é, apenas, destinando verbas para a manutenção das termas do Carapacho que se poderá aproveitar uma estrutura que se encontra subaproveitada e cujas virtualidades são praticamente desconhecidas por parte das pessoas.

Vejo que é também preocupação sua levar os cuidados de saúde até junto das populações.

No entanto, penso que não se tem continuado a seguir uma política — que já foi iniciada e talvez até nem por sua culpa mas sim dos técnicos — no sentido de deslocar especialistas às ilhas mais carenciadas.

Refiro que, já há 3 anos que não vai um oftalmologista à Graciosa, o que causa grandes transtornos. Se existem pessoas que podem deslocar-se a outras ilhas, outras há que devido à sua idade ou dificuldades motoras não podem, de facto, efectuar qualquer tipo de viagem.

Estou também de acordo sobre o ser muito mais humano a integração do idoso no seu meio social e na sua participação na vida das comunidades. Porém, o problema de muitos não pode ser solucionado apenas com apoio domiciliário, necessitando mesmo de internamento. Para isso são necessárias pessoas devidamente preparadas.

Vejo que é realmente preocupação da Secretaria dos Assuntos Sociais efectuar cursos de reciclagem, que tem efectivamente existido, mas são também necessárias instalações condignas.

No Plano para este ano estava previsto a elaboração do projecto para o lar de idosos da Graciosa. Vejo que no Plano para 83 volta a aparecer esse mesmo projecto, a sua elaboração e parece que a quantia para a mesma é bastante elevada no meu entender.

Será que a construção só será iniciada em 1984?

Em relação a projectos, gostaria também de lhe pergun-

tar se não era possível o Governo admitir, nos seus quadros de pessoal, architectos de modo a diminuir as despesas com os mesmos.

É que eu penso que, às vezes, as verbas que se gastam com projectos talvez dessem para executar as obras.

Muito obrigado.

Presidente: Todos terão a palavra. Temos tempo.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que duas das questões que tinha aqui anotadas para levantar, foram colocadas pela Sra. Deputada Adelaide Teles e que as subscrevo integralmente, nomeadamente a que se relaciona com o termalismo e aquela que se prende com a deslocação de especialistas à ilha. Estou inteiramente de acordo com a Sra. Deputada, nós próprios, que residimos lá, sabemos as carências e o bem que poderia advir duma tal deslocação, uma vez por outra dentro das disponibilidades dos devidos especialistas, da economia que representaria até a nível orçamental, para não falar das vantagens advenientes para a população que iria usufruir das mesmas. Por isso subscrevo inteiramente as perguntas da Sra. Deputada.

Resta-me, finalmente, uma questão para colocar directamente ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Posto que, no âmbito da sua Secretaria tal como na quase totalidade das outras, vêm inseridas medidas que têm a ver com a disciplina de crescimento de despesas públicas.

Neste contexto, eu colocaria muito objectivamente ao Sr. Secretário uma questão que também enquadra este preceito se tivermos em linha de conta que foi uma informação recebida a título não oficial, servindo de exemplo para muitas outras Secretarias.

Se já se comprou — não sei se já o fizeram mas fala-se nisso — para a Direcção dos Serviços Médico-Sociais de Ponta Delgada, uma viatura na ordem dos mil contos.

Gostaria de saber se é do conhecimento do Sr. Secretário e que emitisse a sua opinião sobre se considera medidas desta natureza, para além de outras que me coibo de colocar aqui, como um contributo para a disciplina a nível do crescimento das despesas públicas da Região, com a qual todos estamos de acordo.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Devem ser das outras coisas que se dizem por aí.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Há também casos escritos por Sua Excelência.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Daniel de Sá para pedir esclarecimentos.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu vou resumir a pergunta sem explicar as implicações óbvias dum serviço deste género!

O Sr. Secretário dos Assuntos Sociais pensa que é possível colocar em freguesias, estrategicamente situadas no sentido geográfico e demográfico, ambulâncias que possam servir as populações, evitando que carros de praça ou particulares sirvam, por exemplo, de sala de partos ou até por vezes de morgue?

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Melo Alves para formular as suas perguntas.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Neste debate tem-se incidido bastante sobre o Plano, pouco sobre o Orçamento e quando sobre este último, pouco sobre as receitas embora já se tenha frisado, congratulando-me por isso, quanto às despesas o que se tem feito para a contenção das mesmas, designadamente através da racionalização dos serviços e dum aumento de produtividade.

É uma tarefa que está em curso, com a qual nos congratulamos dado que é, de facto, um dos aspectos fundamentais da reforma administrativa e do melhoramento da administração em que estamos interessados.

Verificamos, além disso, também a existência, anunciada no Orçamento e explicada nesta Casa, de medidas destinadas a conter as despesas nos consumos supérfluos e sabemos dessa mesma existência.

Temos conhecimento, muitos de nós, de que para a Secretaria da Administração Pública que só tinha um carro e outro velho, oferta dum colega, foi comprado este ano, já depois de eu ter saído de lá, não tendo a decisão partido de mim, um pequeno carro, um «Golf» a diesel, que era muito necessário para a poupança.

Porém, uma das formas do Governo realizar a sua política não é apenas o Plano mas também o Orçamento.

Muitas das medidas de política, contidas no Plano, são realizadas pelo pessoal existente, pela máquina administrativa, dos recursos humanos e materiais, tendo portanto o seu reflexo no Orçamento.

Também no orçamento da Segurança Social desta Região se realizam factores importantíssimos da respectiva política.

Eu gostaria de saber quais são as principais características das despesas, do orçamento global da Segurança Social nesta Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para formular perguntas.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Em primeiro lugar, gostaria de formular votos para que a campanha de prevenção da doença se aplicasse já nesta Sala de forma a que também o Deputado, como indivíduo, tivesse a defesa do seu estado sanitário através da luta contra o tabagismo.

Membros do Governo Regional: Apoiado! Apoiado!

O Orador: Espero que a presença do Governo sirva para, nesta Casa e a partir daqui, ser exemplar o comportamento do cidadão açoriano na defesa da sua própria saúde.

Depois de formular este voto, gostaria de perguntar a V. Exa. se o Governo e a sua Secretaria têm encontrado dificuldades especiais na implementação do Serviço Regional de Saúde, na sua globalidade, uma vez que já foi aprovada há algum tempo por esta Câmara e, em certa medida ainda não conseguiu a eficácia desejada em todos os seus sectores.

Gostaria de colocar a V. Exa., em último lugar, o pro-

blema, sempre controverso e difícil de resolver, da regionalização dos serviços — já efectuada e suponho que concluída na sua maioria — a cargo desta Secretaria dos Assuntos Sociais.

Pela leitura dos números que lhe dizem respeito, particularmente da carga orçamental corrente que lhe é afectada, ressalta claramente o raciocínio desvantajoso quanto a uma ideia de transferência directa e imediata, em termos de eficácia de rendimento de determinados serviços que, por serem garantidos a todo o cidadão nacional, poderiam, em certa medida, ficar assegurados talvez com maior eficácia burocrática e administrativa, se não tivessem sido transferidos com tanta rapidez nuns casos, como com tanta precipitação noutros, na medida em que a Região talvez não estivesse ainda preparada para os receber.

Gostaria de colocar a V. Exa. esta questão na medida em que muitas pessoas sentem ainda que a rapidez burocrática — na resolução de determinados problemas, relacionados quer com a Segurança Social, quer com a deslocação de doentes residentes forçados a realizá-la para fora da Região — apresenta, por vezes, obstáculos maiores do que encontrariam em situações semelhantes num passado não muito distante.

Isto não quer dizer que eu ou o Grupo Parlamentar do PS se oponham a uma regionalização racional e efectiva de serviços, também por parte dos Assuntos Sociais.

Coloco-lhe esta questão porque, sendo uma Secretaria demasiado importante para qualquer Governo, fosse ele nacional ou regional, não se sentem ainda muitas vezes os benefícios já desejáveis em virtude, talvez, da situação específica da Região mas também devido a uma pressa que carregou em demasia a burocratização do problema administrativo para além da dificuldade prevista na tomada duma posição política eficaz que resolvesse a curto prazo, de maneira menos agravosa para o Orçamento regional, todos os problemas relacionados com a Secretaria.

Presidente: Penso que não existem mais pedidos de esclarecimento, portanto, dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, para responder às questões que lhe foram postas.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É com muito gosto que respondo às questões que me foram postas.

Em relação à Sra. Deputada Adelaide Teles, acerca do termalismo, nós entendemos que é também por este que passa a actuação do sector da Secretaria e da saúde. Contudo, as infraestruturas que recebemos nessa área — pese embora as condições, já várias vezes reconhecidas, das nossas águas — são condições físicas muito degradadas e temos que fazer opções.

Estas opções feitas e claramente resultantes da leitura do Plano para 1983, apontam em primeiro lugar para o desenvolvimento das termas das Furnas e para a simples manutenção das instalações restantes.

Feito este trabalho, então gradualmente se irá passando às restantes.

Não podemos, aliás, esquecer que esta área está muito

especialmente ligada também à área do turismo que será concertada igualmente responsável pela divulgação da sua existência. Penso que essa colaboração, nessa área, terá que vir também das entidades privadas.

Quanto à proximidade das populações que temos procurado implementar, ela tem-se desenvolvido essencialmente ao nível dos cuidados primários e não ao nível das especialidades.

De qualquer forma, sempre que é possível, temos deslocado especialistas às ilhas que não possuem hospitais lá sediados, e isso traz-nos obviamente grande economia por um lado e por outro lado a satisfação das necessidades dos utentes de forma mais correcta. Simplesmente, para que isso seja feito, é indispensável o acordo entre a administração e o profissional e quando o mesmo é possível e este está interessado nessa deslocação: óptimo! É isso que nos interessa. Porém, quando o profissional não está interessado nessa deslocação, temos de recorrer ao esquema, a que temos feito, da deslocação do doente ao local onde poderá encontrar a resposta às suas necessidades.

Temo-lo feito procurando apoiar o melhor possível as diárias de comparticipação na deslocação que têm vindo a ser aumentadas e a par disso o transporte é pago integralmente pela administração.

Estamos assim interessados na deslocação de especialistas e, sempre que é possível o acordo, ela far-se-á. Aliás, isto liga-se a uma questão de legislação que esperamos apresentar a esta Assembleia, relativa à organização e à orientação geral do funcionamento dos estabelecimentos hospitalares na Região, onde um dos princípios, que não poderá deixar de constar, é a responsabilidade legalmente estabelecida de cada um dos hospitais sobre uma determinada área territorial cuja cobertura terá que ser assegurada pelos especialistas, procurando também estabelecer o princípio da deslocação.

Quanto às questões relacionadas com os idosos, é inegável que a filosofia universalmente aceite hoje situa-se na manutenção do idoso no seu domicílio, consagrando também em relação a este, o primado da família sobre qualquer outra intervenção.

Isso tem sido reconhecido variadas vezes, a vários níveis e dentro de vários âmbitos. Porém, como a Sra. Deputada afirma, e bem, conhecendo como conhece a realidade do dia a dia, essa solução não é suficiente. Há, portanto, casos em que nós temos que recorrer ao internamento e é isso que temos feito e continuaremos a fazer no apoio que damos a instituições privadas que actuam nessa área.

Em relação ao caso concreto da Graciosa, é o apoio que temos dado à Santa Casa da Misericórdia e que continuaremos a dar no lançamento de novas estruturas que vêm previstas no Plano.

O projecto para o lar de idosos da Graciosa está em curso, esperamos que seja terminado durante o ano de 1983 e, se o for em tempo útil, nada impede que o natural se lhe siga.

Quanto aos arquitectos para fazerem projectos, é um problema que não me dirá muito respeito, dirá mais ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social mas pelo co-

nhecimento global que eu tenho do assunto o problema será, neste momento, a existência de maior procura que oferta por parte da administração. Isto é, os arquitectos que se têm encontrado disponíveis para colaborar com o Governo integrando os seus quadros estão nestes.

Em relação ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, gostaria de lhe dizer que é, efectivamente, nossa óptica contrariar o crescimento de despesas públicas quando elas não se justificam.

Na área da saúde, que penso ter sido aquela a que se referiu mais directamente, as despesas administrativas não têm um peso muito relevante. O que é na realidade, caio em relação a este sector é a manutenção dos estabelecimentos no que toca a toda uma gestão que poderá ser equiparada à da hotelaria, à dos bens médicos, à do provisionamento e não propriamente as despesas de administração.

De qualquer forma, também nos preocupamos com isso e posso-lhe dizer que, tanto quanto é do meu conhecimento, os Serviços Médico-Sociais de Ponta Delgada não vão adquirir nenhuma viatura que custe cerca de mil contos. Aliás, aqui, como tive oportunidade de referir na minha exposição, somos pela existência duma certa dignidade mas não por esquemas supérfluos e ostentatórios, como me parece que seria esse caso.

Quanto ao Sr. Deputado Daniel de Sá, nós temos vindo a implementar e a desenvolver uma melhor cobertura da Região em ambulâncias.

Sentimos agora, inclusivamente, a necessidade de articular melhor o sistema, de que dispomos, porque aqui, para além daquilo que a própria administração dispõe, há outras entidades que colaboram connosco, nomeadamente os bombeiros voluntários que possuem equipamento deste tipo.

Portanto, sentimos a necessidade duma articulação mas em relação à possibilidade de haver ambulâncias por freguesia, não vejo que isso seja fácil. Nós temos que ter um determinado esquema minimamente concentrado embora não deixe de prever a possibilidade de, em algumas freguesias estrategicamente colocadas dentro de determinadas ilhas, haver uma ambulância. Estou-me a lembrar dos casos do Topo na Ilha de São Jorge, Piedade na Ilha do Pico e de algumas freguesias de São Miguel em que isso poderá ser não só desejável como também razoável.

Quanto à questão apresentada pelo Sr. Deputado Melo Alves em relação ao orçamento da Segurança Social, devo confessar que não tenho números concretos e que seria fastidioso estar aqui a referi-los.

De qualquer forma, posso-vos dizer que para 1983 as receitas previsíveis para o sector da Segurança Social, resultantes das contribuições dos utentes, são de 2 milhões e meio de contos e as despesas previsíveis são de 2 milhões e setecentos mil contos.

A diferença entre as receitas e as despesas, de cerca de duzentos mil contos, é coberta pelo orçamento global da Segurança Social.

Esta despesa distribui-se pelas seguintes grandes rubricas:

- Infância e juventude;
- População activa;
- Família e comunidade;

- Invalidez e reabilitação;
- Idosos;
- Despesas de administração.

Portanto, há despesas em cada uma destas dirigidas quer à acção social, quer às prestações pecuniárias, assumindo a despesa total com a primeira o valor de cerca de 400 mil contos.

Em relação às questões postas pelo Sr. Deputado Martins Goulart, devo dizer que toda a mudança, como aquela que pretendemos em relação ao sector da saúde, é difícil quer a nível de estruturas físicas, quer de organização de serviços e da sua inter-articulação.

É tanto mais difícil quanto as estruturas que nós recebemos — tendo como princípio, orientação e condicionante — estarem aqui instaladas à semelhança dum serviço de saúde num território contínuo. A estrutura que nós teremos herdado não tomava, minimamente, em consideração o facto de vivermos num arquipélago com nove ilhas.

Portanto temos dificuldades daí resultantes, como também as temos ao nível da disponibilidade de pessoal, nomeadamente de médicos especialistas, enfermeiros e de alguns técnicos auxiliares. Contudo, estamos igualmente optimistas de que, a curto prazo nuns casos e a médio prazo noutros, poderemos resolver esse problema.

O Serviço Regional de Saúde, o diploma balizador digamos, oportunamente aprovado nesta Câmara está em execução através das acções que temos vindo a desenvolver, na adaptação daquilo que encontramos às nossas realidades, tentando tirar mais eficácia e eficiência daquilo que temos.

Em relação a isso contamos poder apresentar, num dos primeiros períodos legislativos, uma proposta de reestruturação muito ampla, completa e absoluta da área dos cuidados primários da saúde, para além do diploma, que referi, de esclarecimento das competências que cabem a um hospital sediado numa Região como esta.

Não concordo com o Sr. Deputado sobre a precipitação da regionalização dos serviços.

Penso que, também neste sector os instrumentos têm que estar na nossa mão e assumimos o grande princípio de que à autonomia corresponde igualmente a responsabilidade e, tanto neste sector como nos outros, temos de a assumir.

Aliás, penso que a acção que tem permitido dispôr dos instrumentos, tanto no sector da saúde como também no da Segurança Social, trouxe-nos resultados efectivos em relação, por exemplo, à rapidez de processamento das prestações pecuniárias comparada com o que se passava anteriormente, manifesta uma evolução extraordinária. Em relação ao sector da saúde — pese embora o facto de os meios disponíveis nem sempre serem aqueles que nós gostaríamos — penso que existe também uma evolução que saltará à vista.

Neste como noutros casos, talvez o que exista seja o esquecimento daquilo que era mau e que passou a ser melhor à medida que nos vamos aproximando do que todos nós gostaríamos, ficando-se com a ideia daquilo que há para fazer e que, obviamente, tanto neste como noutros sectores também é muito.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Mesa, após consulta feita aos Grupos Parlamentares e ao

Governo, decide interromper os nossos trabalhos para almoço. Não sei se será uma medida demasiado violenta da parte da Mesa mas retomá-los-emos às 14, 05 horas, a fim de podermos dispôr de uma hora para almoço.

Estão interrompidos os nossos trabalhos.

(Eram 13, 05 horas)

Presidente: Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 14, 05 horas)

Agradecia que retomassem igualmente os vossos lugares.

Pela ordem de inscrições que a Mesa possui, vou dar a palavra para uma intervenção, ao Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

Tem, o Sr. Deputado, a tribuna à sua disposição.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Torna-se cada vez mais evidente para todos os açorianos que o actual Governo Regional promete muito mas faz pouco.

Ao longo da existência do actual Governo Regional, a grande mudança tem sido, de facto, a do tom de voz do mesmo.

Passados os tempos do primeiro Governo Regional em que o tom de voz do mesmo era reivindicativo em função da existência dos Governos da República da responsabilidade do Partido Socialista, passou para um tom de voz resignado a partir do momento em que subiu ao poder no Governo Central a AD.

Presentemente, no tom de voz do Governo, é evidente que este reconhece uma situação de dificuldades: na lavoura, na agricultura, na indústria, no comércio e no mercado de emprego regional.

O Governo já admite mesmo a situação de crise.

Deputado José Pacheco de Almeida (PSD): O Sr. Deputado é que admite!

O Orador: O nível de vida dos açorianos mudou igualmente ao longo destes tempos e destes anos e infelizmente para pior.

Não pomos em causa a necessidade e a importância de infraestruturas básicas: escolas e estradas, portos e aeroportos.

Falando em portos, é bom lembrar que, por exemplo, os terceirenses ainda não esqueceram que o porto da Praia da Vitória já constituía promessa eleitoral em 1969, para a então Assembleia Nacional.

Portos e aeroportos que são necessários, onde as necessidades para o desenvolvimento da Região se fazem também sentir.

Infraestruturas básicas, no campo dos hospitais, que são necessárias e que nós não contestamos.

Para além da necessidade de criar infraestruturas básicas, nós socialistas, pensamos que é preciso reformar também sistemas; medidas positivas de incentivo ao investimento no sector empresarial; medidas de estímulo autêntico para o sector laboral; medidas sociais justas que garantam a igualdade de direitos entre todos; numa palavra, mudar mas mudar para melhor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O sair da situação de subdesenvolvimento dos Açores terá de constituir tarefa colectiva.

O desenvolvimento da Região passa pela criação de riqueza, o que requer uma política realista e equilibrada, empenhada, da facto, no progresso económico, bem estar colectivo e justiça social..

Disse.

Presidente: Uma vez que parece que não existem quaisquer pedidos de esclarecimento, dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Tem a tribuna à sua disposição.

Secretário Regional do Equipamento Social (Vitor Macedo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Encontramo-nos nesta Assembleia para, no cumprimento dos imperativos constitucionais, apresentar a V. Exas. o plano e orçamento da Secretaria Regional do Equipamento Social para o ano de 1983, contido e justificado no Orçamento regional e Plano para o próximo ano.

Acto solene, que enobrece o papel relevante dos nossos Deputados, prossegue na consolidação da Autonomia Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O orçamento da Secretaria Regional do Equipamento Social contido na proposta apresentada, atinge o valor total de 2 188 600 contos com a seguinte distribuição:

Despesas correntes 345 500 contos
Investimentos do plano 1.843.100 contos

Correspondem as primeiras às verbas do funcionamento dos serviços, em todas as ilhas, onde temos um mínimo de estrutura indispensável ao acompanhamento e evolução das obras em curso, para além da assistência que continuamos a prestar às autarquias locais.

Um milhão oitocentos e quarenta e três mil e cem contos é a verba que a Secretaria Regional propõe para 1983, cuja justificação se encontra discriminada no anexo ao Plano e que se destina às actuações nas seguintes áreas:

— Construções escolares para o Ensino Primário 223 500
— Construções escolares para o Ensino Preparatório, Secundário e Normal 584 500
— Instalações para o Ensino Superior 36 600
— Conservação do Património Escolar 14 500
— Construções habitacionais 250 000
— Defesa dos recursos hídricos 15 000
— Equipamento urbano 39 000
— Estradas regionais 550 000
— Calamidades e estragos 30 000
— Instalações e equipamento dos serviços centrais e suas delegações 100 000

Da responsabilidade da Secretaria Regional do Equipamento Social ressaltam dois grandes programas:

— Habitação
— Estradas regionais

Do empenhamento que temos posto na resolução dos problemas relacionados com a rede viária regional, são testemunho as variadas intervenções que se têm feito e estão em curso em todas as ilhas da Região, algumas até de grande envergadura, na certeza que vimos ao encontro das necessidades reais de cada uma delas.

A melhoria dos pavimentos, a reconstrução, a correc-

ção e ainda construções no sector de obras de arte, em algumas das estradas existentes, tem sido preocupação dominante dos serviços desta Secretaria Regional.

O tráfego cada vez mais intenso e de maiores cargas levaram-nos a projectar vias com características que permitam uma circulação com maior segurança e economia.

Ataindo a rede viária regional uma extensão de 1 251 km² e na procura duma intervenção mais económica, introduziu esta Secretaria Regional novas técnicas de pavimentos que pensa desenvolver em 1983.

Outro grande programa da nossa responsabilidade para 1983 é o habitacional.

Ensaçados os projectos de recuperação de habitação degradada e apoio à auto-construção, com resultados francamente positivos, houve que criar condições para a sua continuidade e desenvolvimento, motivo porque dentro do programa habitacional eles absorvem uma percentagem considerável da dotação.

A aquisição de terrenos para posterior cedência devidamente urbanizados e o fornecimento de projectos tipos que permitem congregar a qualidade com as condições mínimas de vivência e economia de construção, são complementos do projecto da auto-construção, que inclui a cedência de materiais para agregados de fracos recursos.

Nalgumas ilhas foram criadas cooperativas de habitação que, como não poderia deixar de ser, encontram neste Plano um esquema de apoio definido por diploma aprovado por esta Assembleia pois acreditamos que seja mais uma via para solucionar a grande carência habitacional.

Outros tipos de intervenção dos serviços desta Secretaria Regional para 1983, vêm na sequência de trabalhos em curso e que são normais dentro da nossa responsabilidade.

Assim podemos referir:

Urbanismo e Ambiente com a finalidade de dotar a Região de estudos de ordenamento, para uma correcta planificação do desenvolvimento urbano, e preservação do ambiente.

Defesa dos Recursos Hídricos cuja importância se reflecte na economia regional, na medida em que pelo seu conhecimento podemos determinar e projectar no futuro o seu aproveitamento. Por outro lado, este programa irá permitir dar continuidade às acções da defesa das nossas águas interiores e da correcção e conservação das linhas de água existentes.

Equipamento Urbano cujo programa contempla a preservação de edifícios e monumentos de interesse colectivo, a construção de parques de máquinas e o projecto de apoio às entidades particulares de interesse colectivo, o que possibilita, além de outras acções a recuperação e adaptação de sedes de agremiações culturais, desportivas e recreativas, a recuperação de igrejas e centros paroquiais.

Calamidades e Estragos é um programa importante pois a Região encontra-se periodicamente sujeita a temporais que destroem ou danificam infraestruturas indispensáveis para o desenvolvimento normal das populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Aqui ficam explanadas algumas das nossas acções para 1983. Programa vasto sem dúvida, mas a garantia do prosseguimento de intervenções dos serviços desta Secretaria Re-

gional conduzem-nos à certeza que podemos garantir a continuidade de uma actuação eficiente. As infraestruturas que o nosso programa cobre são fundamentais para a criação de uma Região que todos nós ambicionamos, dotada das condições básicas de uma vivência sã e correcta. Acreditamos que assim aconteça, para bem de todos os açorianos, motivo porque nos encontramos nesta Assembleia, para apresentar, justificar e aprovar o Orçamento e Plano para 1983.

(Palmas dabançada do PSD e do Governo)

Presidente: Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional, tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

Relativamente ao Programa n.º 16, acerca da parte que se refere à concessão de subsídios a entidades particulares de interesse colectivo, gostaria de perguntar a que se destinam, em princípio, os 1 400 contos previstos para a Ilha do Faial e se o Governo já recebeu alguma solicitação específica que esgote e justifique o total da verba concedida, ou se a mesma continua em aberto a será naturalmente atribuída a quem concorrer durante o ano de 1983 para a finalidade prevista nesse programa.

Presidente: Há mais Srs. Deputados inscritos. Dou a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Pontes.

Deputado Joaquim Pontes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejava formular uma pergunta ao Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Gostaria que me informasse para quando está previsto o início da recuperação da zona degradada da Serra de São Tiago.

Presidente: Também para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Tendo em conta que está prevista a construção do edifício escolar na freguesia da Praia;

E sabendo-se que por proposta da Câmara Municipal foi pedida a recuperação do edifício onde a escola funciona actualmente;

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário do Equipamento Social se já foi iniciado o estudo da referida recuperação.

Presidente: Dou a palavra, agora, ao Sr. Deputado Jorge Cruz para um pedido de esclarecimento.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Equipamento Social:

A distribuição das verbas relativas ao sector da habitação por ilhas, revela enormes discrepâncias em termos de captação de investimento.

Uma das captações mais baixas verifica-se em S. Miguel onde as necessidades neste sector são bastante significativas.

As perguntas são as seguintes:

Será que se encontra analisado comparativamente as carências habitacionais nas diversas ilhas, ou trata-se dum compasso de espera de S. Miguel?

Qual a política que o Governo Regional pensa tomar uma vez que, por exemplo, nas ilhas sinistradas o GAR tem

vindo a actuar com eficiência?

Presidente: Parece-me que não há mais nenhum Sr. Deputado inscrito, portanto dou a palavra ao Sr. Secretário do Equipamento Social para responder.

Secretário Regional do Equipamento Social (Vitor Macedo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Martins Goulart pede um esclarecimento, relativamente à dotação inscrita no Plano para a concessão de subsídios a entidades particulares, acerca da verba de 1 400 contos inscritos para o Faial.

Pois, devo-lhe dizer que na realidade, neste momento, não há qualquer pedido referente a esta verba.

Uma vez que os pedidos surgem, normalmente sempre após a aprovação dum Plano, fizemos a distribuição por ilhas como medida de precaução, reservando esta verba para qualquer pretensão.

O Sr. Deputado Joaquim Pontes interrogou-me sobre a recuperação da zona degradada da Serra de São Tiago.

Devo-lhe dizer que estive reunido, ainda no mês passado, na Ilha da Terceira.

Foram escolhidos terrenos para iniciar a acção nas zonas degradadas de maior densidade populacional, portanto Facho e Santa Iria.

Quanto a esses terrenos vai-se entrar na fase de negociação com os seus proprietários e ao gabinete, a quem fôr adjudicado o plano de urbanização da Praia da Vitória, será encomendado também o trabalho de ordenamento dessa zona.

Portanto, prevemos que esta acção se inicie em 1983, justificando-se deste modo que uma grande percentagem dessa verba seja atribuída a essa zona nas dotações do Plano.

A Sra. Deputada Adelaide Teles interrogou-me sobre a escola da Praia.

Pois, na realidade, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa manifestou interesse não na construção dum edifício, mas sim na recuperação do existente.

Já foram dadas indicações à Direcção de Obras Públicas de Angra e aos Serviços de Urbanização para procederem ao estudo de modo a permitir a execução da obra em 1983, tal como se contempla no respectivo Plano.

O Sr. Deputado Castanheira Cruz coloca o problema do compasso de espera de S. Miguel em relação à recuperação de habitações degradadas.

Devo-lhe dizer que é um programa do Governo em colaboração com as autarquias locais, porque não é de relação directa entre a Secretaria do Equipamento Social e os interessados, mas sim por intermédio das Câmaras Municipais.

As verbas são distribuídas às Câmaras Municipais e são estas que classificam e distribuem aquelas pelos respectivos agregados familiares de acordo com as necessidades.

Esse programa está desenvolvido em todas as ilhas e suponho que tenho aqui uns elementos comigo que demonstrarão efectivamente que S. Miguel não se encontra em compasso de espera.

Desde que este programa foi lançado, foram atribuídas as seguintes verbas à Ilha de S. Miguel:

No ano de 1978, dos 19.300 contos dispendidos neste

ano, 7.400 contos foram para S. Miguel. Em 1979, dos 17.500 contos, 7.174 contos foram para S. Miguel. Em 1980, dos 19.400 contos, 7.290 contos foram para S. Miguel. Em 1981, dos 20.000 contos, 7.700 contos foram para S. Miguel. Em 1982, dos 21.000 contos, 8.245 contos foram para S. Miguel.

Portanto, esta foi exactamente a distribuição das verbas e, através delas, verifica-se que quase cerca de 40% das mesmas foi destinado à Ilha de São Miguel.

Presidente: Não havendo mais perguntas a formular ao Sr. Secretário do Equipamento Social, eu vou dar a palavra, para uma segunda intervenção, ao Sr. Deputado Roberto Amaral.

Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não constitui para nós qualquer surpresa as verbas orçamentadas pelo Governo Regional para o próximo ano de 1983.

Aquando da discussão do PMP 1981/84 e do Orçamento para o corrente ano, tivemos a oportunidade de fazer contrapor a um quadro mal elaborado e autenticamente irrealista apresentado pelo Governo, um outro em que prevíamos que Orçamento para 1983 seria de 16,2 milhões de contos com um défice global de 9,8 milhões de contos dos quais 4, 0 milhões de contos correspondiam a défice do orçamento corrente e 5,8 milhões de contos a défice do orçamento de capital.

Como se vê, são números praticamente idênticos aos agora apresentados, e bastante longe dos então previstos pelo Governo.

Efectivamente, em matéria económica e financeira não se pode improvisar durante muito tempo pois que mais cedo ou mais tarde a realidade acaba sempre por se sobrepôr aos utopismos e demagogias.

É aliás curioso notar o progressivo abandono de objectivos orçamentais enunciados pelo Governo Regional ao longo destes últimos anos.

Assim, por exemplo, no Orçamento para 1979, depois de se apreciar que aquele Orçamento era a expressão caricata das estratégias financeiras para o período considerado, enunciava-se, sem contudo os quantificar, 5 objectivos clássicos de política orçamental. Fazia-se alusão à situação no País (taxa de inflação, desemprego, balança de pagamentos), nas medidas de carácter restritivo e nas repercussões negativas na Região e apontava-se para a necessidade de aprovação de uma ante-proposta de lei elaborada pelo Governo Regional sobre a «Reestruturação do sistema de crédito na Região Autónoma dos Açores e de um Fundo Cambial próprio». Referia-se ainda que estava a ser elaborada uma outra ante-proposta de lei sobre o «Estatuto Financeiro da Região». Enfim, tudo iniciativas e objectivos aparentando um controlo seguro da situação económico-financeira regional e uma determinação que não admitia sequer a dúvida.

No Orçamento para 1980 os objectivos fixados são mais modestos; apenas se afirma desejar prosseguir uma política orçamental de carácter expansionista . . . com ponderação de algumas restrições aos serviços no domínio dos

seus gastos de funcionamento.

No Orçamento para 1981 unicamente se faz alusão à necessidade de não agravar as tensões inflacionistas.

Esta modéstia de objectivos prossegue até ao presente orçamento onde somente se esboça uma justificação para a estrutura orçamental apresentada, que é francamente desequilibrada e desajustada da realidade económica regional.

Passando por cima das contradições existentes na fixação de alguns daqueles objectivos de política orçamental, interpreta-se o próximo abandono da sua enumeração como o reconhecimento por parte do Governo Regional de que tal procedimento no passado não passava de meros exercícios teóricos sem qualquer exequibilidade prática, parecendo até (ou não seria mesmo) que tais objectivos eram definidos «à posteriori» e em função dos resultados orçamentais a que se chegava, isto é, depois do orçamento elaborado.

De facto, no Orçamento para 1983 o Governo Regional praticamente que apenas se preocupou em justificar a estrutura orçamental desequilibrada a que chegou, depois de, no orçamento do ano anterior, ter sentido a necessidade de estabelecer a diferença entre «Orçamento Operacional» e «Orçamento Ortodoxo», em ordem a justificar-se perante a opinião pública pela inevitabilidade da contração de empréstimos para cobertura dos déficits orçamentais.

E assim vai o Governo continuando a iludir-se e a iludir-nos. E assim vai o Governo encobrendo a perda de direitos, de privilégios, de capacidade financeira e de negociação. E assim vai o Governo assistindo quase passivamente ao estrangulamento e asfixia da autonomia regional — ao apertar do cerco, como alguém já lhe chamou — imposta por forças centralistas e por métodos semelhantes aos que outrora esvaziaram de conteúdo a pouca autonomia das Juntas Gerais.

A existência de déficits orçamentais não é em si mesma grave.

O que pode já ser grave é a natureza desses déficits, a sua persistência e os montantes por eles atingidos.

É inegável que a nossa Região, porque durante várias décadas votada ao ostracismo pelos Governos anteriores ao 25 de Abril, necessita de efectuar um grande esforço suplementar de investimento em sectores vitais da economia. Por isso, será natural o surgimento durante vários anos ainda de déficits do orçamento de capital. E felizmente que para fazer face a essas necessidades de investimento, contamos com uma importante fonte de financiamento que é a proveniente do arrendamento da Base das Lajes, cujos montantes compensatórios pela sua utilização precisam de ser actualizados e aumentados por forma a diminuir os déficits de capital.

O que nos preocupa não é tanto a existência desses déficits de capital mas a persistência dos déficits do orçamento corrente e os volumes crescentes que atingem, derivados da diferença no ritmo de crescimento das receitas e das despesas correntes. Enquanto que entre 1978 e 1983 as receitas correntes apenas triplicaram, as despesas correntes aumentaram 5,5 vezes.

Nestas despesas correntes da Região, assume particular relevância os gastos com o pessoal. Efectivamente, segundo números oficiais publicados pelo próprio Governo Regional,

sabe-se que o número de funcionários que se sentam à mesa do Orçamento da Região passou de 3 191 em 1979 para 10 412 em 31-12-81, isto é, em apenas dois anos o seu número mais que triplicou.

Admitindo que este número já exageradíssimo, não sofrerá no futuro aumentos significativos pode-se constatar que 4,2% dos açorianos são funcionários dependentes do Governo Regional, que para cada grupo de 24 pessoas existe um funcionário do Governo Regional, que a totalidade das receitas próprias correntes da Região estão praticamente comprometidas com o pagamento de salários a esses funcionários, e mesmo assim apenas lhes garantindo um ordenado médio mensal de 29 700 \$00 por mês.

Numa outra perspectiva, verifica-se que os maiores aumentos nas despesas correntes ocorreram nas Secretarias da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais que, entre 1978 e 1983, aumentaram respectivamente, 49 vezes e 23 vezes.

Se os Srs. Deputados se derem ao trabalho de somar as despesas correntes previstas para 1983 destas duas Secretarias constatarão que atingem o valor de 4,3 milhões de contos, ou seja, exactamente a totalidade das nossas receitas próprias correntes. Todas as outras despesas de funcionamento da Administração Pública Regional não estão à partida, asseguradas. A sua cobertura fica pois integralmente dependente de transferências do O.G.E., negociadas anualmente com os Governos Centrais e/ou de empréstimos a contrair pela Região.

Em qualquer dos casos, a utilização de recursos na cobertura do déficit do orçamento corrente é *sempre necessariamente feita com sacrifício do orçamento de capital*, isto é, à custa das possibilidades de financiamento de projectos de investimento indispensáveis ao desenvolvimento económico da nossa Região.

A manutenção sistemática destes déficits, na medida em que são a expressão financeira de uma política definida pelo Governo Regional, *sendo por isso da sua inteira e exclusiva responsabilidade*, poderá, a breve trecho, pôr em causa a nossa autonomia económica e financeira; o mesmo é dizer, poderá vir a permitir uma transferência dos centros de decisão para fora da Região, com a consequente perda de controle dos meios e instrumentos indispensáveis à definição de políticas próprias de desenvolvimento económico e social.

A Região não pode, por muito mais tempo, continuar a suportar déficits da ordem de grandeza dos verificados a partir de 1980, déficits que quando confrontados com as suas receitas próprias atingem valores verdadeiramente impressionantes.

Assim, em relação déficits correntes/receitas correntes nos últimos 3 anos foram respectivamente 56%, 80% e 77%. O déficit total em relação às receitas totais da Região foram no mesmo período de 123%, 145% e 152% para o próximo ano de 1983.

Estes mesmo ratios, atingem no O.G.E. valores de, respectivamente, 18% e 33%, valores estes que são já considerados preocupantes e que levam o Governo da República a anunciar para o futuro orçamentos restritivos a que chama «orçamentos de rigor».

Nestas circunstâncias, afigura-se-nos que a negociação

para a cobertura dos déficits regionais serão, a partir de agora certamente ainda mais difíceis.

A pretensão do Governo Regional ver imputados a custos da insularidade a verba de mais 4,4 milhões de contos que admitia obter através de empréstimos, parece pois de difícil concretização, tanto mais que, segundo foi ontem afirmado, estão já quantificados em 3 milhões de contos os custos indirectos da insularidade derivados da acção das empresas públicas TAP, CTM, ANA e do Fundo de Abastecimentos, e que não deixarão de ser lembrados pelo Governo da AD na altura oportuna.

De notar ainda que todas as parcelas de déficits não cobertos das transferências do O.G.E. dão origem à contracção de empréstimos, com o consequente aumento do endividamento da Região.

Até agora, a dívida pública regional não é dívida muito alarmante. Mas, o reduzido volume das nossas receitas, indicador de um P.I.B. reduzido e de uma economia bastante frágil, não consente níveis de endividamento muito para além do actual.

Bastará atentarmos que com o empréstimo de 2,5 milhões de contos efectuado pelo Governo Regional o ano passado, a Secretaria Regional das Finanças viu as suas despesas correntes aumentar este ano para o dobro. Se se efectivar o empréstimo de 4,4 milhões de contos no próximo ano, a dívida pública regional atingirá um valor quase duplo das receitas correntes. Os encargos com os juros dessa dívida pública será de cerca de 32% das receitas correntes de 1983, e, quando essa mesma dívida estiver a ser amortizada o seu serviço da dívida será de 58% o valor das mesmas receitas correntes.

Alguns indicadores mais poderiam ser indicados para evidenciar os perigos de uma dívida pública regional muito elevada.

É esta uma situação preocupante, e que a concretizar-se, levará o Governo Regional nos seus orçamentos futuros a eleger como objectivo prioritário de política orçamental, a contenção da dívida regional, e a relegar para planos secundários os autênticos objectivos de política económica como os de desenvolvimento, de satisfação das necessidades básicas de educação, saúde, habitação e de uma justa distribuição de rendimento.

É esta uma situação que o Governo Regional corre o risco de se ver em breve confrontado.

Disse.

(Palmas da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Roberto Amaral no segundo episódio da sua intervenção anual que, talvez por efeito das telenovelas, é habitualmente também feita em episódios, levantou um problema que decerto ele não hesitará em esclarecer.

Não há dúvida que as despesas do Orçamento regional se avolumaram de 79 para 83 em virtude de, a partir da primeira dessas datas, terem sido integrados no mesmo, em 1980, os serviços da educação e em 1981, os serviços da saúde.

É também por via destas integrações de serviços que se verifica o aumento de funcionalismo que o Sr. Deputado Roberto Amaral apontou, esquecendo-se de mencionar que foi essa a razão.

Portanto, não significa que esse número enorme de pessoas não trabalhasse já no sector público, mas sim que se encontravam inseridos em quadros de âmbito nacional que foram regionalizados dentro da lógica do processo da regionalização.

O esclarecimento que lhe queria pedir era o seguinte:

Entende o Sr. Deputado que o Governo deveria ter mantido, como meta, a aplicação na Região dos parâmetros aceites a nível nacional como um mínimo indispensável quanto à educação e à saúde, ou, se pelo contrário, deveria ter aceite como regra, do que os açorianos teriam em matérias tão vitais para o seu bem estar e para o próprio desenvolvimento da Região, parâmetros inferiores àqueles que constituem as balizas nacionais que, ainda por cima, em termos europeus, se consideram abaixo daquilo que é aceitável?

É da aceitação do primeiro princípio que decorre o aumento, muito apreciável, das receitas correntes como o Sr. Deputado muito bem salientou.

É esta a questão que está em causa, como pano de fundo das nossas negociações com o Governo da República.

É impôr o reconhecimento de que os custos de funcionamento dos serviços essenciais básicos, na Região, são superiores em termos de capitação àqueles que se verificam no Continente.

É este o esclarecimento que desejava pedir ao Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): É com muito gosto que vou responder ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Lamento que o Sr. Secretário Regional das Finanças, que teve que se ausentar por motivos de saúde, não esteja presente e daqui, desde já, também lhe endereço os meus votos de sinceras melhoras.

Quanto ao problema posto pelo Sr. Presidente do Governo Regional, pois, sem dúvida que, em relação aos objectivos de desenvolvimento e de bem estar para todos os açorianos, ninguém discordará tanto com aquilo que eu penso, como com o que pensa o Sr. Presidente do Governo Regional.

Todos nós desejamos assegurar a todos os açorianos, que aqui vivem, um bom nível de vida, com um bom nível de educação e saúde.

Porém, as pretensões são uma coisa; outra coisa é a maneira como são asseguradas e efectuadas.

Eu quando contrapus essas duas Secretarias Regionais, foi no sentido de acentuar que paralelamente com a transferência de competências, destas duas Secretarias e nesses dois domínios de educação e saúde, não foram simultaneamente asseguradas as transferências para a Região dos meios financeiros adequados e necessários para lhes fazer face.

Será talvez escusado lembrar ao Sr. Presidente do Governo Regional que uma das formas utilizadas pelos Governos centralistas para asfixiar a autonomia financeira das

Juntas Gerais, foi precisamente transferir-lhes os encargos do serviço da educação sem concomitantemente ter transferido-lhes verbas para que elas, Juntas Gerais, pudessem fazer face a esses encargos.

Portanto, o que me admira é que tenha sido o próprio Governo Regional a exigir a transferência desses serviços sem assegurar previamente o seu financiamento.

É isto que está em causa, e acho que constitui um preço demasiadamente caro e precipitado para o Governo Regional se livrar de «inspectores do cacimbo», como aqui foi bastas vezes referenciado no passado.

Era tudo Sr. Presidente.

Presidente: O Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Para dar um esclarecimento à observação do Sr. Deputado Roberto Amaral.

Presidente: Tem a palavra.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Na realidade era preciso mesmo vermo-nos livres dos «inspectores do cacimbo», infelizmente eles reapareceram agora noutras modalidades, no entanto em actividades não propriamente ligadas à Administração Regional.

Porém, devo lembrar ao Sr. Deputado Roberto Amaral que as regras, que se tem vindo a definir nas relações financeiras entre o O.G.E. e o da Região têm por objectivo assegurar, numa parcela apreciável e até decisiva, o funcionamento dos serviços.

Coloca-se, portanto, o problema da eventual contracção de empréstimos que, quanto ao financiamento dos investimentos do Plano, cujos reflexos incidem sobre o desenvolvimento da Região e o aumento da riqueza e portanto da matéria colectável, não deixarão de ser considerados justificados em termos económicos e financeiros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Agradeço as palavras do Sr. Presidente e só faço votos para que os argumentos, que avancei aqui, sirvam, em certa medida também, como argumento do Governo a negociar nas negociações que vai, certamente, encetar em breve com o Governo Central, para transferência de verba a título de cobertura do custo de insularidade.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Esses argumentos, e muitos outros mais!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida para pedir esclarecimentos.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais nada devo dizer que, em meu entendimento, algumas das aporções aqui trazidas pelo Sr. Deputado Roberto Amaral, são do maior interesse para a reflexão do problema de como suportar em termos financeiros o desenvolvimento regional, e também quais as medidas de política que é necessário ter como subjacentes a esse mesmo desenvolvimento, com vista à consolidação e alargamento desse esforço de investimento.

A pergunta concreta que eu lhe faria dirige-se para o

plano partidário uma vez que, nesta Câmara, temos sido nós, Grupo Parlamentar do PSD, repetidamente a suportar os déficits regionais que, segundo afirmação sua, são perfeitamente entendíveis, até como necessidade que decorre do esforço de investimento, no que se refere a investimentos em capital.

Tem uma leitura diferente para as despesas correntes e aí, como já foi referido pelo Sr. Presidente do Governo Regional, eu não diria que foi lapso de memória — uma vez que o Sr. Deputado não sofre desses lapsos — mas um esquecimento grave de não referir aqui o volume, que já foi aqui citado, de funcionários transferidos e, ao abrigo normal das transferências dos serviços para a Região, com os encargos decorrentes.

Nós fomos confrontados, no nome, com a contracção dum empréstimo cujo valor ascendeu a 2 500 000 contos, o que não me parece excessivo para a Região, tendo em conta o esforço de investimento feito nestes seis anos.

Seria preocupante, e aí subscrevo o Sr. Deputado, se nós tivéssemos de aumentar consideravelmente, nos próximos anos, o nosso esforço de investimento à força do recurso ao crédito, pelos valores que aqui foram deixados como possíveis, de 4 milhões de contos para este ano ou algo mais e de semelhante em anos seguintes.

O nosso entendimento é de que nós vamos negociar com os Governos da AD ou outros . . .

Bancada do PS: Quais outros?

O Orador: . . . com os Governos da AD ou outros, as condições do financiamento dos déficits da Região e fá-lo-emos com a convicção, com que nesta Câmara o PSD sempre o entendeu, de que o atraso de subdesenvolvimento que se vive na Região, já aqui referido e confirmado pela própria bancada da oposição, é responsabilidade de gerações oprimidas e que viviam a paredes meias com os opressores.

Esse esforço de investimento suplementar que é necessário fazer não nos assusta, apenas pela razão de que o sentimento absolutamente indispensável.

Todas as intervenções da oposição apontaram para a necessidade de maiores investimentos, quer em infraestruturas, quer em esforço de desenvolvimento, que se traduza na criação dum maior produto regional bruto e numa possível melhor distribuição de riqueza.

O problema que se põe aqui, nas intervenções da oposição, é sempre o mesmo.

Por um lado investimos demasiado em infraestruturas e depois falta-nos o que era necessário para investir nos sectores produtivos, sendo acusados do esforço muito grande que fazemos em infraestruturas. Porém quando se aponta para um esforço maior nos sectores produtivos ficamos sem a possibilidade de investir nos tais serviços indispensáveis, que são as infraestruturas de que a Região carecia em absoluto.

Portanto, vou dividir a minha pergunta final em duas que já aqui pus e que a bancada do Partido Socialista nunca foi capaz de me responder.

Se o Partido Socialista pudesse ter sido governo, tinha arrancado primeiro com as infraestruturas, que reputamos indispensáveis ao desenvolvimento económico, ou abstraindo-se delas teria procurado criar, nesta Região, qualquer forma de desenvolvimento que passasse à margem da maio-

ria das nossas comunidades açorianas?

Gostaria de lembrar que há seis anos atrás, talvez nenhuma das nossas comunidades tivesse possibilidade de ter acesso a qualquer forma de desenvolvimento.

A segunda pergunta, que afinal deveria ter sido a primeira, é a seguinte:

Se a bancada do Partido Socialista vai fazer no futuro alguma coisa para que os déficits da Região sejam mais facilmente entendíveis em Lisboa, ou se, até nesta Câmara, vai passar a entender os nossos déficits de maneira mais razoável e a procurar subscrever para os mesmos uma necessidade de em Lisboa se ter, dos nossos problemas, uma leitura diferente?

Também recordo que muitas medidas de política, que permitiriam eventualmente uma muito mais ampla participação da Região na gestão dos seus destinos, de natureza cambial, financeira, fiscal e outra, foram, na última revisão constitucional, cortadas por medidas de política partidária subscritas pelo Partido Socialista.

Não considera isso também importante, em termos de permitir ou não que uma Região se desenvolva?

Se a asfixia vem apenas dum Governo AD que controla meios de pagamento ou se vem de toda uma filosofia do País que não consegue ver para além de Lisboa, Almada ou Setúbal?

Presidente: O Sr. Deputado Roberto Amaral tem a palavra para responder.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na realidade o Sr. Deputado Pacheco de Almeida formula-me duas perguntas, aparentemente simples, mas a que dá o carácter, até, duma segunda intenção sua depois, avançando inclusivamente até argumentos, talvez no sentido de influenciar a minha resposta.

De qualquer maneira, devo-lhe dizer que, aqui a bancada do Partido Socialista não tem obrigação de apresentar, nesta Câmara e nesta altura, nenhum programa de Governo.

Em segundo lugar devo-lhe dizer que a pretensão, manifestada pela bancada da maioria, de ver imputada custos de insularidade de 4.400.000 contos que o Governo à partida admitia obter através de empréstimos não passa duma pretensão razoável como tal, diga-se de passagem, mas de difícil negociação agora, na mesa das negociações com o Governo da República, para a cobertura dos déficits.

Por outro lado devo dizer ao Sr. Deputado que se o Partido Socialista fosse Governo, desde o início, certamente que não governaria da mesma maneira que o PSD o fez até agora, embora os grandes objectivos fossem certamente os mesmos.

Eu não duvido, nem um milímetro, que o Partido Social Democrata não deseja ver asseguradas boas condições de vida ao povo açoriano. Não é isso que está em causa, nem o Partido Social Democrata pode afirmar que nós não pretendemos isso.

O que pode estar em causa são os meios de implementação, as acções políticas concretas, no dia a dia, e mesmo no próprio planeamento do futuro, podendo, aí sim, existir divergências.

Quanto a eu agora, aqui, neste momento, dar-lhe as so-

luções para os problemas com que o PSD e o Governo Regional se defrontam, Sr. Deputado isso é exigir demais de mim numa altura destas e até porque não tenho nenhuma obrigação de o fazer.

Acho que as perguntas eram estas e afinal eram simples de responder.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida para prestar um esclarecimento.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): O esclarecimento é de que eu já estava esclarecido.

O Partido Socialista nunca teve alternativa proposta aqui ou noutro sítio.

Deputado Roberto Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu devo protestar quanto a este mau humor e este mau perder do Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

O nosso diálogo está aqui num sentido construtivo e estas afirmações ou críticas do Sr. Deputado não estão de maneira nenhuma em causa.

Desculpe mas não pode ser.

Presidente: O Sr. Deputado fez um protesto e agora dou a palavra ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida para um contraprotesto.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): O meu contraprotesto não é em relação ao mau humor.

Porém, parece-me que se nesta Câmara a oposição pode repetidamente falar da inviabilidade deste projecto social democrata podia e devia como é norma noutros Parla-mentos, aparecer a discutir as alternativas e ainda adiantei que pelo menos o fizesse fora daqui.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para?

Deputado Martins Goulart (PS): Para não protestar, fá-lo-ei como prestação dum esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para dar um esclarecimento.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dar uma informação à Câmara para, em certa medida, repôr a verdade e a correcção da participação do Partido Socialista nas grandes questões que afectam a vida regional.

O Partido Socialista nunca se eximiu a demonstrar que tem alternativas quando oportunamente a isso foi obrigado, e fê-lo sempre nas campanhas eleitorais.

Como Partido democrático que é, uma vez conhecidos os resultados eleitorais e colocado na posição de oposição, não tem qualquer responsabilidade governativa. Não pode nem deveria ser obrigado a tentar, ou que alguém tentasse de fora para dentro, nos momentos de crise do Governo, de alguma forma resolver os impasses que o Governo Regional detecta na sua acção governativa.

O Partido Socialista está serenamente na oposição, aguarda serenamente pela nova consulta eleitoral e naturalmente que mais uma vez — quando fôr caso disso e se não fôr antecipada a eleição — a alternativa será renovada.

Temos documentos a comprová-lo, temos igualmente compromissos assumidos quanto a questões que foram aqui postas pelo Sr. Deputado Pacheco de Almeida, designada-

mente quanto à participação desta bancada no processo de revisão constitucional e julgo que a bancada do PSD não pode, de forma alguma, dizer que nós não fizemos todos os esforços no sentido de verem garantidos no texto da Constituição, os princípios fundamentais — que também no nosso entender, foram em certa medida e muitas vezes em larga medida, impedidos de ficarem consubstanciados na Constituição — para a defesa dos legítimos interesses do povo açoriano.

Nós concordamos que muito mais deveria ter ficado na revisão constitucional mas não foi por culpa desta bancada, nem do Partido Socialista nos Açores que isso não se conseguiu.

Todos sabem que os centralismos existem em toda a parte e se vemos que há abertura do PSD em reconhecer que dentro da maioria do Governo da República esses problemas também surgem, o Partido Socialista também com a honestidade que é timbre do seu comportamento, não recusa que dentro do seu Partido também existe quem defenda centralismos. Nós, nesse caso, quando representamos esse Partido na Região Autónoma dos Açores somos também vítimas de todo esse comportamento.

Nós também nos sentimos lesados muitas vezes como autonomistas que somos e que defendemos até à raiz do nosso ser, na nossa participação na vida política regional.

(Apoiado por toda a Câmara,

Presidente: Penso que serenamente esclarecemos estas posições. Não havendo mais esclarecimentos a pedir ao Sr. Deputado Roberto Amaral, dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Tem a tribuna à sua disposição.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No documento «Plano a Médio Prazo 81/84», aprovado por esta Assembleia, apontavam-se os grandes estrangulamentos herdados de longa data, ao pleno desenvolvimento do sector agrícola:

- Percentagem excessiva de população activa agrícola em relação à população activa total;
- Inadequada preparação profissional dos agricultores;
- Número elevado de explorações agrícolas de reduzida dimensão, agravado pelo facto de, mesmo aquelas de dimensão adequada, apresentarem uma significativa percentagem de parcelas dispersas;
- Inadequado mecanismo e sistema de preços, que não veio favorecer o aparecimento das necessárias medidas de política conducentes à modernização das explorações agrícolas;
- Necessidade de infraestruturas indispensáveis ao melhoramento quantitativo e sobretudo qualitativo da produção, tais como caminhos de penetração, abastecimento de água e electricidade;
- Deficiente e irregular abastecimento de factores de produção;
- Insegurança do produtor face aos mecanismos de mercado, que por vezes surgiram numa perspectiva de curto prazo, não lhe dando a visão duma situação devidamente programada em termos de preços de garantia;

- Ausência de organização de produtores marcada por adequadas experiências de associativismo económico;
- Insuficiente investigação e experimentação cultural;
- Baixo nível de investimento;
- Procura de «terra», não como factor de produção, mas como forma de capitalização.

Também no mesmo documento se consideravam orientações prioritárias para o sector, as seguintes:

— Definição de uma política coerente com a política económica global traduzida no estabelecimento de um desenvolvimento agrícola integrado;

— Aumento significativo das produções agrícolas com base na correcta afectação dos recursos existentes, com vista a satisfazer quantitativamente a procura interna dos produtos essenciais, contribuir para a melhoria da dieta alimentar da população e para o aumento das exportações;

— Criação das condições que permitem uma progressiva e decidida política de aproximação estrutural e institucional à CEE, de modo a atenuar as diferenças existentes no sector agrícola, entre a Região e a CEE, e a melhor aproveitar ou anular, consoante os casos, as consequências favoráveis ou desfavoráveis que se possam prever;

— Implementação de uma política de estruturas, não como uma finalidade em si mesma, mas como instrumento de uma política que se destina a conferir capacidade e estabilidade ao agricultor açoriano, reforçando a sociedade rural onde se integra.

Não podemos no entanto esquecer, que as virtudes e defeitos da agricultura açoriana, tem muito que ver com o que se tem passado nos últimos anos no Continente, *nosso principal mercado consumidor*. Aí tem sido ditados os nossos preços, já que a forte pressão exercida nos últimos anos sobre um mercado alimentar interno de oferta inelástica, não poderia deixar de ter duas consequências principais: o agravamento do processo inflacionário e o crescimento brusco das importações até níveis considerados insustentáveis.

Como exemplo, podemos referir, que só no milho (principal componente do grupo dos cereais) e para o corrente ano, o valor das importações portuguesas será de cerca de 30 milhões de contos.

A verdade é que em Portugal Continental, no período que decorre de 74 a 79/80, a expansão da procura alimentar interna, com destaque para os produtos de origem animal, não foi convenientemente orientada para um aumento da produção e da produtividade agrícolas.

A partir de 79/80, embora a procura de bens alimentares tenha continuado com tendência para subir, essa procura diversificou-se e, quanto à carne de bovino, tem-se praticamente mantido estacionária, com todas as consequências que esse facto acarreta para um mercado fornecedor como o nosso, contudo, a procura de leite e lacticínios não deixam de aumentar significativamente, confirmando as nossas projecções.

A agravar esta situação, a par de outras que se puseram à agricultura portuguesa, a oportunidade para iniciar reformas estruturais indispensáveis, não foi aproveitada.

Se atendermos ainda, à *questão verdadeiramente fulcral*, de que as reformas estruturais em agricultura são sem-

pre de longo prazo, verificamos facilmente de que a indispensável capacidade de resposta da agricultura às solicitações do mercado tem de ser criteriosamente construída, trabalhando os caminhos possíveis e não cedendo à demagogia da linguagem de políticas fáceis.

Por outro lado, para o estabelecimento de premissas da produção agrícola, é necessário também conhecer e formular as projecções de procura interna de bens alimentares e os possíveis mercados externos. É pois, a partir dos elementos de base referidos, entre outros, que se podem estabelecer com alguma segurança técnica as perspectivas de crescimento da produção agrícola (expressando-a pelos valores de taxa média anual do crescimento do produto agrícola bruto) e avaliar as necessidades quantificadas de investimento para tal requerido (expressando-as em valores percentuais a formação bruta do capital fixo relativamente ao produto agrícola bruto).

Como, qualquer que seja o grau de perfeição e de confiança dos instrumentos técnicos de cálculo, estarão sempre em jogo as capacidades institucionais, as decisões políticas e os meios administrativos que efectivamente poderão garantir a exequibilidade da alternativa escolhida, é sempre necessário formular hipóteses e apresentar resultados, isto é, as consequências a esperar da política implementada.

Contudo não é fácil, devido à insuficiência de dados estatísticos, estabelecer claramente muitos desses parâmetros, situação ainda mais difícil no caso da agricultura, e muitas vezes os que existem são fácil e demagogicamente manipulados.

Por outro lado, a crise que nos envolve, quer a nível internacional, quer a nível nacional, *não permite, a ninguém*, descortinar no médio prazo as dificuldades que teremos de vencer.

Apesar de tudo isto, uma verdade, no entanto, esteve e está presente no caso da agricultura açoriana: o aumento da produção e a melhoria da qualidade dos produtos.

Foi com este objectivo que o Plano de Médio Prazo foi elaborado. Tem sido com este objectivo que o Governo implementou um conjunto de medidas de política indispensáveis no decurso dos últimos anos; é para alcançar este objectivo que apontam as medidas consignadas no Plano para 83.

Criteriosamente, e com toda a segurança, temos vindo a implementar as orientações prioritárias já referidas para os sectores da agricultura, silvicultura e pecuária, procurando que as acções necessárias para se atingirem os objectivos propostos sejam executadas adequadamente.

É prova clara destes factos, o conjunto legislativo elaborado e posto em prática nos últimos anos, cujos reflexos na produção já se fizeram sentir claramente.

Por outro lado, «o conjunto de acções que constituem o apoio que devemos continuar a prestar aos agricultores no âmbito das infraestruturas indispensáveis à produção, no melhoramento vegetal e animal, no da protecção das culturas e animais contra os agentes agressores, nos trabalhos inerentes aos diferentes processos culturais, no apoio com maquinaria e equipamento, à recuperação de incultos, tem sido de forma a serem conseguidos os objectivos necessários ao desenvolvimento do sector.

Podemos com segurança afirmar que o conjunto de in-

centivos e apoios postos ao serviço do agricultor açoriano resultou, tendo em alguns casos excedido o que seria de esperar.

Não podíamos deixar de referir aqui, os problemas relacionados com a integração Europeia.

Decorre da intenção da Região em acompanhar o resto do País em aderir à C.E.E. que o sector agrícola participe activamente no processo de adesão.

Contudo a estratégia negocial deve permitir a compatibilização das posições finais dos diferentes componentes do dossier agricultura com os interesses da agricultura açoriana.

Já na declaração de Portugal, apresentada na 18ª Sessão da Conferência, em Fevereiro de 1982, a nível de suplentes se afirmava: «a integração na Comunidade deverá traduzir-se pela garantia de um melhoramento objectivo das condições actuais de desenvolvimento e modernização da agricultura em Portugal», e «os efeitos da integração deverão contribuir objectivamente no sentido da melhoria das condições gerais de vida dos agricultores, sem que esta melhoria provoque uma alta acentuada e brusca do custo de vida».

São estes os princípios básicos que deverão presidir à procura mútua das soluções mais convenientes, para que «a integração se produza de uma maneira harmoniosa e sem traumatismos irreversíveis».

A Região Autónoma dos Açores deseja um processo de adesão que signifique obrigatoriamente para a agricultura açoriana o seu pleno desenvolvimento, a melhoria dos rendimentos dos agricultores e a viabilização da sua indústria transformadora.

A estratégia regional que o Governo Regional tem assumido, e a aplicação de uma política de modernização de estruturas de produção, transformação e comercialização, no sentido mais amplo (formação profissional, reforma dos agricultores, apoio aos jovens agricultores, vias de acesso às explorações, abastecimento de água, higiene dos produtos, etc.), cujas ajudas venham ao encontro das nossas necessidades, tem tido em conta, nomeadamente, a situação específica dos Açores, e penso que isso responde em parte, Sr. Deputado Roberto Amaral, às suas preocupações.

Embora as negociações do dossier agricultura se encontrem numa fase preliminar, a Região Autónoma dos Açores deverá obter da adesão um benefício financeiro líquido que, canalizado para o sector, tenha como objectivo a transformação estrutural necessária à melhoria das condições de produção e da qualidade dos seus produtos. Por este facto, devemos também procurar garantir a cooperação da comunidade no apoio técnico e administrativo à elaboração e implementação dos projectos indispensáveis a essa transformação, tornando exequíveis e proveitosos os investimentos a realizar, e faço notar que será no decurso de 1983 que este conjunto de projectos, capazes de fazerem a aproximação estrutural, será executado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É cada vez mais notório que o desenvolvimento económico dos Açores terá de passar por um melhor e mais intenso aproveitamento dos recursos vivos, existentes nos mares que rodeiam o arquipélago.

De entre estes, o atum é aquele que oferece características de aproveitamento mais evidentes e imediatas.

Assim, o Governo considera a expansão da indústria do atum como indispensável ao desenvolvimento económico e social integral da Região, e nessa medida tem adoptado as medidas concretas necessárias para a consecução desse fim.

Os objectivos que podem ser assumidos consistem em capturar, transformar e comercializar, nos Açores, 12.000 toneladas de atum em 1986, com acréscimos sensivelmente proporcionais durante os anos intermédios. No final da década actual os objectivos podem ser elevados para cerca de 20.000 toneladas.

Estes objectivos, que são considerados de consecução possível uma vez que o estudo dos recursos o permita e se verifica importante ociosidade da capacidade de transformação das fábricas durante a contra-safra, podem, no entanto, ser modificados se assim o aconselharem as análises bio-estatísticas, quer nacionais, quer das organizações internacionais.

A expansão das empresas açorianas existentes, ou de outras que se venham a instalar na Região em condições semelhantes, é um dos caminhos a prosseguir, pois parece ser o mais conveniente para a economia regional e o mais apto à defesa dos interesses da indústria existente, requerendo uma estreita colaboração e um esforço conjunto do Governo Regional e das empresas.

Foi pois possível implementar, no sector das pescas, um conjunto de medidas legislativas, algumas delas inéditas, e definidoras também de apoios financeiros, cujas primeiras respostas começam agora a surgir, e que o ano de 1983, esperamos ser o ano de respostas já mais significativas.

Assumiram também destaque especial, pelas conclusões de carácter técnico-científico que permitem, as experiências de pesca levadas a cabo no corrente ano e que devemos continuar no próximo, tendo em vista a experimentação de modernas técnicas de captura de pescado.

É também importante aqui referir os êxitos técnico-científicos alcançados pelas I e II Semana das Pescas, aliás referidos em documentos e reuniões internacionais.

São também de referir as obras efectuadas, e a efectuar, para a melhoria das condições de operacionalidade nos nossos portos de pesca.

No âmbito da formação profissional, onde muito temos de fazer, os esquemas iniciados este ano permitem fazer frequentar os meios de formação nacionais por um número elevado de profissionais da Região.

Quanto à investigação, quer no sector da agricultura, quer no sector das pescas, têm merecido uma cuidada atenção. Não é possível resolver muitos dos nossos problemas sem um conhecimento adequado nos nossos estrangulamentos, conhecimento que só a investigação pode dar. Os protocolos estabelecidos com organizações internacionais poderão permitir avanços qualitativos na área da investigação e desenvolvimento. O apoio a prestar aos Departamentos de Ciências Agrárias e de Oceanografia e Pescas deve ser o mais adequado a estas nossas exigências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As prioridades apontadas para 1983, são as correctas e

as possíveis, no caminhar seguro da implementação do Plano de Médio Prazo.

Necessário se torna continuar a dotar a Região dos mais adequados mecanismos capazes de responder às solicitações que os sectores da agricultura e das pescas colocam face à necessária evolução das estruturas produtivas.

É nisso que estamos empenhados. É nisso que vamos executar.

Muito obrigado.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pôr três questões ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Estão consideradas como prioritárias, neste Plano para 1983, algumas medidas de política.

Relativamente à nova estrutura orgânica da Secretaria, gostaria de perguntar para quando se prevê a mesma.

Relativamente ao apoio aos jovens agricultores, a Secretaria preconiza medidas de apoio e eu perguntaria quais são concretamente esses mecanismos de apoio.

Em relação à já tradicional reconversão da vinha, independentemente das linhas de crédito bonificado que eu suponho que o IFADAP irá lançar para este caso concreto, eu perguntaria que trabalhos estão a ser realizados no sentido de se definir concretamente e regulamentar acções de incentivo à reconversão da vinha, à semelhança do que se fez, por exemplo, recentemente para o caso do fomento à horticultura.

É só. Obrigado.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Daniel de Sá.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas já nos habituou a ser muito linear, exacto e «terra a terra» nas suas exposições o que realmente louvo uma vez que nos faz entender imediatamente a problemática posta.

Pedindo precisamente a mesma linearidade na resposta, perguntava-lhe se não acha que há uma desproporção demasiada entre as infraestruturas não imediatamente produtivas, como por exemplo vias rápidas, e o melhoramento ou construção de portos de pesca, esses sim mais directamente relacionados com a produção?

Presidente: Ainda para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado João Medeiros.

Deputado João Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Sabemos que a acção do IFADAP está a ser implementada na Região, porém gostaríamos de saber se o SIFAP vai também funcionar na Região.

Se assim for, para quando se prevê e se vai ou não funcionar em moldes idênticos aos do Continente?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles para formular igualmente os seus pedidos de esclarecimento.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Desejava perguntar ao Sr. Secretário se considera que existem técnicos para divulgar a reconversão da vinha e acompanhar os viticultores.

Gostaria de perguntar também se considera que a Graciosa vai continuar sem veterinário e se acha que esta situação é justa.

Presidente: Penso que não há mais pedidos de esclarecimentos.

O Sr. Secretário Regional tem a palavra para responder às perguntas que lhe foram formuladas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Devo dizer ao Sr. Deputado Valadão que a lei orgânica da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas vai sair muito brevemente.

Quanto ao apoio aos jovens agricultores, o esquema é o que existe na Directoria da CEE e é esse que vamos tentar implementar na Região, adaptado às nossas realidades.

Quanto à reconversão da vinha e encaixando a minha resposta de ontem uma vez que me parece que estava presente, as acções de incentivo são equivalentes, no seu ponto de vista metodológico, àquelas que foram utilizadas muito recentemente para outras culturas.

Quanto ao Sr. Deputado Daniel de Sá, eu não sei se entendi completamente a sua pergunta, mas penso que se situava no saber se não parece haver alguma contradição entre o excesso de caminhos e de vias de acesso à exploração pecuária e os portos de pesca.

Pois, eu por mim, podia ser suficientemente egoísta para lhe dizer que gosto muito mais de caminhos de penetração do que vias rápidas, mas é uma posição egoísta da economia.

Quanto ao Sr. Deputado João de Brito, em relação ao SIFAP, eu diria que o mesmo vai ser implementado na Região, adaptado às nossas condições e características e com aquelas linhas de crédito necessárias ao nosso desenvolvimento.

A Sra. Deputada Adelaide Teles pergunta-me se eu considero que existem técnicos para divulgar as campanhas, pois, embora não haja ainda os suficientes para lá caminharmos.

Quanto à não existência de veterinário na Graciosa, é um problema difícil de resolver constituindo provavelmente um dos meus dramas passionais. A hipótese que me resta é, quando deixar de ser membro do Governo, como veterinário que sou, ir fazer uma comissão de serviço à Graciosa.

(Risos)

Gostava no entanto de terminar, respondendo ao Sr. Deputado Roberto Amaral, cuja intervenção agrícola eu achei muito interessante e até elogiosa dos meus relatórios de diagnóstico do Plano de Médio Prazo, porque ao fim e ao cabo, as suas preocupações são as que estão lá consignadas.

Gostaria de lhe chamar apenas a atenção para um pequeno pormenor que é a manipulação, não no mau sentido do termo, errada dum índice que foi aqui referido por si do número de vacas leiteiras por hectare, a comparação entre este e os países da Europa do Mercado Comum e depois a correlação com os níveis de produção.

Na realidade isso não é bem assim. Para terras de pastagem, onde os animais passam os doze meses do ano pasto-

reando, não é o caso do indicativo da CEE porque há uma potencialização da terra utilizada pelo animal pois a alimentação de Inverno é dada por outra via.

Portanto, em igualdade de circunstâncias, nós temos nos Açores cargas iguais, por hectare, às dos países da CEE que alimentam com erva e para as mesmas circunstâncias.

Quanto ao nível de produção leiteira por animal, é aí que reside talvez uma das nossas vantagens regionais. O nosso nível de produção por vaca leiteira aproxima-se, por exemplo, do da França e da Irlanda, dois países produtores de leite, por excelência, da C.E.E..

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral, para prestar um esclarecimento.

Deputado Roberto Amaral (PS): Eu quando falei no indicador, vacas por exploração, foi baseado em números fornecidos pela própria Secretaria Regional.

No seu Plano a Médio Prazo diz que a dimensão média das explorações é de 4,6 hectares.

Sabendo-se que o encabeçamento por hectare, aqui na Região, é à volta de uma cabeça e meia por hectare, chega-se à conclusão de que o número de efectivos pecuários que esta dimensão média comporta é de sete a oito vacas.

Foram precisamente estes números, de sete a oito vacas que eu confrontei com as médias comunitárias que nem sequer avancei quais eram, mas que julgo ser à volta das 40 a 60 vacas leiteiras.

Portanto é todo este conjunto de indicadores que eu referi, e não isoladamente, as potencialidades da Região que eu sei que se assemelham aos níveis da Irlanda e da Holanda, como acabou de afirmar, que deve ser visto e analisado.

Presidente: O Sr. Secretário tem a palavra para prestar um esclarecimento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): A utilização linear das médias da CEE para as da Região contém, em si mesma, uma certa contradição.

Dentro da própria situação da CEE, existem desde o minifúndio, por exemplo o alemão, até à exploração mais bem dimensionada a nível europeu, que é a inglesa.

Isto até causa posições distintas dos diferentes governos no próprio seio da Comunidade.

Os ingleses continuam a dizer que pagam a ineficiência alemã e os alemães continuam a dizer que precisam do dinheiro porque têm uma exploração apenas com cinco vacas por produtor.

Portanto a comparação, às vezes, demasiado fria desses números induz conclusões que não me parecem muitas vezes as mais, se me permitem, correctas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral para pedir um esclarecimento.

Deputado Roberto Amaral (PS): Eu queria perguntar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas se sabe que um dos objectivos de fundos comunitários, nomeadamente do FEOGA Orientação é precisamente modificar essas estruturas de exploração que referiu como sendo de minifúndio, tentando aproximá-las de dimensões económicas viáveis.

Presidente: Se o Sr. Secretário me dá licença, há mais um Sr. Deputado inscrito e para não se cair num diálogo, eu

darja em primeiro lugar, a palavra ao Sr. Deputado Daniel de Sá para pedir os seus esclarecimentos e depois podia responder em conjunto.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Secretário, a relação directa que eu tinha posto era entre portos de pesca e infraestruturas não imediatamente produtivas como por exemplo, as vias rápidas, mas como respondeu que acharia os caminhos de penetração prioritários em relação às vias rápidas, creio que considerará os portos de pesca com a mesma prioridade.

Se não é assim então poderá responder, senão considero-me esclarecido.

Presidente: Não havendo mais perguntas a fazer, para já, tem a palavra para responder o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): A minha figura regimental será a da resposta, não é?

(Risos)

Eu diria Sr. Deputado Roberto Amaral que é realmente assim.

A FEOGA Orientação concorre para a correcção dessas deficiências de carácter estrutural e que, como sabe, levam algum tempo a corrigir mas efectivamente não é só o FEOGA Orientação mas também o FERER.

Quanto ao Sr. Deputado Daniel de Sá, que me tem vindo a tentar a corroborar totalmente a sua afirmação, eu diria que não. As vias rápidas também são economicamente necessárias à Região.

Quanto aos portos de pesca já não serei tão peremptório no meu egoísmo agrícola porque muitos dos nossos portos de pesca confundem-se hoje, ao fim e ao cabo, com os portos comerciais.

Teríamos que deixar um pouco aquilo que se considera os chamados, quase 70 pequenos portos de pesca da Região, que efectivamente necessitam de alguns melhoramentos pontuais, mas a coluna vertebral do desenvolvimento das pescas passa por alguns, senão pela maioria esmagadora, dos actuais portos comerciais. Aí as infraestruturas indispensáveis, parece-me que para o actual estado de desenvolvimento do sector das pescas são bastante suficientes.

No entanto direi que se as nossas projecções de médio prazo, até ao final da década de 80, se vierem a confirmar, muitas destas infraestruturas têm que ser adequadas às mesmas, mas mais nas instalações de conservação do pescado em terra do que em termos de acostagem de barcos de pesca ou similares.

Portanto é mais uma infra-estrutura portuária de apoio à conservação do pescado.

Presidente: Encerrada esta intervenção e o debate subsequente, dou agora a palavra, para uma intervenção ao Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano anual tem sido muito criticado pela longa explanação de medidas de política, indicando-se que parece um programa de Governo repetitivo.

Parece que interessará fazer aqui algumas distinções.

O Governo teve o seu programa que foi inicialmente

aquele do Partido Social Democrata, o que foi apresentado ao eleitorado. Uma vez eleito o Partido maioritário, o programa do Governo foi submetido a esta Assembleia e aprovado.

O programa do Governo é uma enunciação dos grandes princípios que orientarão a política deste, durante os 4 anos para que está mandatado.

O programa do Governo era um documento com 82 páginas. Logo a seguir apresentou a esta Assembleia o Plano a Médio Prazo, documento em que se consubstanciavam diversos grandes programas tendentes a executar o programa que havia sido proposto.

Depois passámos aos Planos anuais.

Tanto num caso como noutro, não se trata dum Plano de mero investimento. Nem o Plano a Médio Prazo, nem o Plano anual são planos dos investimentos do Governo, são sim de desenvolvimento económico-social.

Deste modo, logo na primeira página do Plano a Médio Prazo se escreve que o mesmo irá servir de elemento orientador para as acções de desenvolvimento que o Governo Regional conduzirá até 1984, traduzindo na prática os princípios fundamentais do seu programa político.

Assim situados, temos presente o Plano de 1983, que nos aparece num volume com 98 páginas, depois num anexo com 193 páginas e num documento de análise da evolução económica mais recente que nos aparece com 89 páginas, totalizando 380 páginas.

Porém, para a análise do actual Plano e para os trabalhos desta Assembleia foi-nos presente um documento, respeitante à execução do Plano anual de 1982 no seu primeiro trimestre, de 278 páginas.

Temos assim, neste momento e nesta Assembleia, um conjunto de 703 páginas com interesse e incidência directa nos trabalhos que estamos a desenvolver aqui.

É deste modo que, dum programa de Governo necessariamente sintético porque portador dos grandes princípios, passamos a um Plano a Médio Prazo bastante maior, de 427 páginas, enquanto temos as 703 páginas agora para o anual.

Estes números têm alguma razão de ser uma vez que temos de reflectir sobre o que tem sido a nossa própria vida aqui, nestes seis anos.

Somos, assim, levados — a minha bancada e eu próprio — a regozijarmo-nos com este facto.

A Região e os seus representantes, aqui presentes, têm portanto uma política definida em grandes parâmetros e depois toda a documentação necessária para a verificar até quase ao pormenor.

Não será bem de Assembleia Municipal, como diria o Sr. Deputado Martins Goulart, mas o Governo tem a coragem de apresentar aqui, bastante pormenorizadamente toda a sua política para nós, representantes da Região, a discutirmos, a apreciarmos e até a criticarmos, ao mesmo tempo que o público tem acesso a ela através dos meios de comunicação e de tudo o que se desenvolve à volta desta discussão que será transmitida não só por estes mas também pelos próprios participantes depois nas suas terras.

É assim, com gosto, que vemos que é possível a democracia funcionar e que ela está funcionando com todas as suas consequências. De facto, é exigente, trazendo exigên-

cias muito grandes para o Governo e para nós próprios Deputados, mas é possível e positivo chegarmos a este ponto depois de seis anos, em que realmente avançámos com ânimo, com bastante sonho e ambição — podendo à vezes chegar a ponto do desânimo, mas felizmente que não chegou — encontrando-nos hoje numa situação muito avançada em relação ao ponto donde partimos.

Julgo, portanto, que o Plano de 83 é válido porque, descendo ao projecto, permite ao Parlamento um conhecimento muito perfeito e acentuado da forma como vai desenvolver-se a política do Governo, ao mesmo tempo que nos permite uma discussão exaustiva de toda essa política, vindo a possibilitar uma apreciação fácil, por parte deste Parlamento, da execução do mesmo.

Por outro lado, apresenta as célebres medidas de política e isso é ambicioso, mas se é admissível duvidar da possibilidade de tudo ser executado, não julgo que seja crítica válida o criticar-se o facto de lá estarem essas medidas de política.

É certo que algumas não terão a melhor enunciação, uma vez que não fica com clareza se vão ser ou não computadas no presente ano, mas constitui um grande desafio que o Governo põe a si próprio por escrito, publicamente nesta Assembleia.

É ambicioso e vai ser muito exigente o cumprimento deste Plano mas o facto dele existir significa a possibilidade, que temos de fiscalizar e um compromisso muito forte do Governo perante esta Câmara e perante a Região.

A sua existência é a garantia de que o Governo fará tudo para o cumprir.

Temos consciência de que nem tudo será possível fazer mas porque ele existe e foi aqui discutido, temos a certeza de que terá o maior empenho do Governo e da máquina administrativa pois também resulta dela.

Porque está aqui e porque o vamos aprovar, este Plano ambicioso, é certo, não será só do Governo mas sim dos Órgãos de Governo Próprio da Região, em que os parceiros sociais e as autarquias também participaram.

É verdadeiramente um Plano para a Região que será certamente mobilizador da vontade e da resistência do Povo Açoriano.

Deste modo louvamos a existência e a validade deste Plano, achando que está valorizado mesmo em relação aos anos anteriores.

Há aqui na verdade, cada vez mais, uma ideia de planeamento embora isto seja criticado por alguns sectores. Ele é, cada vez mais, um plano e não um mero alinhamento de aspirações das populações ou de ideias lançadas pelos mais diversos quadrantes. Tem, cada vez mais, em conta as realidades e as dificuldades para a sua execução. Apoia-se, cada vez mais, em estatísticas e em números.

Ele possui, como já foi aqui referido, também agora os programas dos maiores investimentos das empresas públicas.

Este nosso apoio ao Plano não implica que não estaremos muito atentos à sua execução.

Por outro lado, não queria deixar de realçar, neste momento, a regularidade e a prontidão dos relatórios de execução. O nosso louvor também ao Governo, por nos apre-

sentar esses documentos, além de outros, agora com grande regularidade que permitem uma análise da evolução da situação económica da Região. A máquina administrativa do Governo está a funcionar cada vez melhor.

Já não trabalhamos com meras intuições, demos um passo em frente que será seguido de outros.

Não se trata, neste Plano, duma mera carta de intenções. Na realidade é ambicioso mas baseia-se em números e experiência, sendo realista.

Relativamente ao Orçamento, agora apresentado, julgo que também é realista, trazendo uma previsão realista das receitas e das despesas.

É certo que não ignoramos que uma parte das receitas terá que ser ainda negociada mas julgo que também foi um acto de coragem apresentar este Orçamento com a clareza com que ele foi apresentado e queremos aqui realçar o mérito do Governo, ao ter aceite algumas das sugestões desta Assembleia relativamente à estrutura das receitas, designadamente quanto às resultantes dos artigos 60.º e 85.º do Estatuto.

Neste Orçamento, assim como teve o mérito de nos apresentar explicações sobre as receitas, seria também interessante, embora não seja obrigatório, que contivesse alguns dados sobre as principais despesas.

No entanto, esta omissão do que, na minha opinião seria desejável, tem sido, nesta discussão, substituída pelos esclarecimentos que têm sido dados aqui.

Ressalto ainda o esforço de racionalização, de aumento da produtividade e de rigor que levou à diminuição real das despesas correntes previstas. Na realidade as mesmas pesam muito nas nossas finanças.

Há que saber onde aumentar e onde conter e ainda onde cortar.

Assim, já se começou a fazer, está-se a fazer e se continuará a fazer.

O rigor não pode ser nem é algo de excepcional, tem que ser uma rotina para que possamos evitar a austeridade.

Apesar de tudo o que possa ser necessário, dada a situação das nossas finanças e da nossa economia, como temos os pés no chão não repudiamos o recurso, um dia, à austeridade. Pois, se necessário for, corajosamente o faremos.

Na batalha do rigor, em que estamos envolvidos, se favorece os caminhos para isso, pois com ela se fortalece o carácter dos homens e, se necessário, são eles preparados para de rigorosos se tornarem em austeros.

Tenho dito.

(*Palmas do PSD e do Governo*)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Melo Alves:

Ouvi atentamente a sua intervenção e é, perfeitamente legítimo que eu não esteja de acordo com o seu ponto de vista, daí que estejamos em bancadas opostas.

No entanto queria-lhe colocar apenas uma questão.

Face ao rigor da sua matemática — que nos permitiu saber das 703 páginas enquanto eu tinha chegado às quatrocentas e tal apenas — eu perguntar-lhe-ia se num espaço tão

curto de tempo como aquele que nos foi facultado para nos debruçarmos atentamente sobre as 703 páginas, inclusivé, que o Sr. Deputado nos apontou, acha que esse tempo é o suficiente para que a nossa análise seja a mais profunda e melhor feita possível?

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves para responder.

Deputado Melo Alves (PSD): Na verdade, Sr. Deputado Carlos Mendonça, o tempo disponível para nós apreciarmos os dois documentos que mencionei, foi pequeno.

No entanto não quis deixar de realçar a existência dos mesmos porque representa um esforço muito grande da Administração, o fazê-los chegar às nossas mãos.

O ideal teria sido que nos tivessem chegado duas ou três semanas antes, mas eu estive no Governo e sei o que representa o esforço que está a ser exigido à nossa Administração para se chegar a estes resultados.

Estamos finalmente a trabalhar no planeamento e na avaliação dos seus resultados. Temos já, em todas as Secretarias, pessoas que trabalham a tempo inteiro na sua execução.

Porém este aspecto da máquina administrativa regional é bastante recente.

Tivemos que formar toda essa gente e criar também a mentalidade nos outros sectores para aceitarem o planeamento e a função de controle que há sobre ele, possuindo finalmente resultados palpáveis. Não chegaram na sua totalidade na data desejável, embora alguns o tenham feito.

Acho contudo, inteiramente justo que este facto seja realçado.

Pedia licença para realçar e dirigir também, aqui, uma palavra de louvor e estímulo àqueles que na máquina administrativa, contribuíram para isto.

Muito do que temos feito aqui não é apenas fruto da vontade política dos governantes embora esta seja igualmente indispensável e imprescindível.

Para os bons resultados que temos obtido em vários campos muito tem contribuído a boa vontade, o espírito de sacrifício e de profissionalismo de alguns dos funcionários da Administração Regional que julgo merecerem, nesta Câmara, uma palavra de apreço.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenientes neste debate, provocado pela intervenção do Sr. Deputado Melo Alves, dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Os vários Membros do Governo Regional têm trazido aqui explicações e linhas de orientação da sua actuação e daquilo que tem sido exposto e muito criticado no Plano por linhas de orientação política.

O Plano, como se tem afirmado várias vezes aqui, não é nem um caderno de encargos, nem a política do Governo Regional é um fontismo. Não se trata de enumerar uma série de obras públicas.

O Plano é muito mais do que isso, como creio que fi-

cou expresso de modo bem claro, principalmente nos sectores sociais, nomeadamente da educação e cultura, onde não só é, mas tem que ser muito claro.

O Plano, antes de mais, aponta para a valorização das pessoas. Diz-se, claramente, nas tais linhas políticas de educação e cultura, que o que se pretende é investir no homem, aprontando a Região para o progresso e recreando os Açores.

São essas orientações que me parecem de realçar nesta exposição, que tenho a honra de fazer nesta Câmara.

É verdade que não se poderá avançar, por exemplo, no ensino se não existirem infraestruturas. Porém, o que se afirma e se defende é que o investimento nos professores e na acção social escolar é essencial para que seja possível existir a igualdade de acesso ao mesmo.

Foi também aqui dito várias vezes que alguns sectores ficavam de fora. Certamente que ficam, porque o que está em causa e o que se pede a quem governa, são as opções de fundo em relação a estes sectores, uma vez que governar é optar.

Elas são corajosamente assumidas e são-no quando se opta pela escolaridade obrigatória, de nove anos em todas as ilhas, e até por medidas complementares que possibilitem o acesso efectivo e real à mesma.

Numa região pobre como a nossa, com graves deficiências sociais e económicas dentro das próprias comunidades rurais, muito grande as escolas têm que ter mecanismos que possibilitem que as crianças, ao terem acesso a essa escolaridade, encontrem nas mesmas a receptividade que, durante muitos anos, não encontraram.

Em relação às escolas dos meios urbanos, falarei, nomeadamente, das preparatórias, por exemplo, de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e da Horta, que foram tradicionalmente estruturas montadas para servir populações urbanas.

Hoje elas têm responsabilidades de acesso e de transmissão de conhecimentos, de cultura e de adaptação à vida, a muitos adolescentes que vêm das zonas ruralizadas que, à partida, possuem dificuldades na possibilidade de acesso a essas estruturas que, durante muito tempo, não foram preparadas para todos os açorianos.

Como consequência destas opções, tem-se vindo a investir em sectores como a acção social escolar, à preparação de professores e até complementar da acção pedagógica e da sua inovação dentro da formação dos mesmos, o que permite vir retirar esta carga de dificuldades de acesso à escolarização.

Também já foi aqui realçado, por alguns dos Srs. Deputados, e muito bem, que esta política tinha a sua expressão nas despesas correntes. É um facto que, por esta razão, os orçamentos das Secretarias da Educação e Cultura e dos Assuntos Sociais têm um peso muito significativo nas mesmas.

Gostaria, aliás, de realçar que, por exemplo, na Secretaria Regional da Educação e Cultura as despesas com pessoal ascendem a 1 811 000 contos. Isto parece-me ser positivo porque reflecte para além dum elevado número de professores que os mesmos têm uma preparação que, cada vez mais, lhes permite ascender a níveis técnicos que têm obviamente que ser monetariamente compensados.

Em publicações, complementares do Plano, que foram distribuídas, está expressa por formas gráficas a evolução que a preparação dos quadros docentes tem tido.

O número de professores efectivos profissionalizados tem vindo a aumentar progressivamente a partir do ano de 1979, em relação ao qual tenho aqui dados disponíveis, enquanto o número de eventuais com habilitação própria tem vindo obviamente a descer.

É precisamente nesta área que, durante muito tempo, se investiu, no meu entender, para se pagar menos porque nada obteria a preparação destes com habilitação própria, para serem profissionais efectivos.

Sem dúvida que, com um esforço do OGE, investindo em novas formas de pedagogia, estes podiam ser transformados em profissionais efectivos como, aliás, nestes seis anos se tem feito.

Isto tem-se feito enquanto se mantem, como os mesmos gráficos documentam, a formação em exercício a um nível de continuidade.

Isto só pôde ser feito porque houve uma necessidade que foi preparando os quadros essenciais para atender a estas dificuldades.

Por outro lado, medidas legislativas têm possibilitado criar nas escolas preparatórias quadros, por exemplo, para professores do ensino geral, permitindo que profissionais destas áreas encontrem possibilidades e meios para se fixarem em zonas que, até então, eram proibitivas.

As escolas preparatórias dos Açores estão preparadas para poderem absorver os corpos docentes de professores do curso geral do ensino secundário.

Isto é uma medida legislativa inovadora e que, creio, está numa linha correcta para a preparação duma rede escolar e dum corpo docente para nove anos de escolaridade, que se deseja e que é anunciada em todas as propostas duma lei de bases de ensino que infelizmente tarda em aparecer em Portugal.

Gostava de também chamar a atenção para alguns aspectos relacionados com sectores que estão dentro dum conceito lato de educação; aspectos relacionados com a cultura e com o desporto.

Nestes sectores tem-se investido também essencialmente no homem, procurando-se, antes de mais, criar condições para a circulação de ideias e para a criatividade.

Creio que deve e tem sido uma das linhas orientadoras da Secretaria Regional da Educação e Cultura, a possibilidade dos cidadãos poderem ser criativos. A cultura não deve ser dirigida nem pode ser imposta. É no aproveitamento do espírito associativo, iniciativo e de criatividade cultural, que podemos encontrar um largo consenso e interesse por estes assuntos culturais.

Um dos programas que tem sido criticado aqui, aparecendo com a necessidade de ser incrementado de outra maneira, é o do apoio às filarmónicas.

Se as pessoas criticarem e atenderem apenas à situação financeira, expressa no programa, dizendo que se vão comprar instrumentos, estão deformando a proposta feita pelo Plano. Esta situa-se, na realidade, no aproveitamento do espírito criativo dessas associações, podendo auxiliá-las de maneira a preparar as próprias pessoas, reformando sem dú-

vida o acesso a uma técnica melhor.

É por isso que estes programas têm tido um acompanhamento, por exemplo, de formação através dos Conservatórios Regionais. Sucessivamente, ao mesmo tempo que estes têm posto à disponibilidade dos regentes e músicos, formação administrada na própria sede dos Conservatórios, têm tido equipas móveis que passaram por todas as ilhas, criando obviamente essa possibilidade de renovação.

Portanto, não creio justo o afirmar-se que as nossas filarmónicas e as nossas bandas continuam a tocar e a repetir os mesmos «passos dobles» ou as mesmas «overtures» que tocavam há 100 anos. Não é correcto e creio que constitui uma injustiça.

O esforço de renovação que os «maestros», os regentes e os próprios músicos dessas bandas têm feito, parece-me merecer realce aqui, e note-se que a grande percentagem, em alguns casos até a quase totalidade dos principais actuantes e animadores das mesmas são jovens.

A nível do desporto não posso deixar de chamar a atenção de que as linhas de fundo de orientação têm que ser as mesmas.

Não compete nem deve competir ao Estado sobrepôr-se à iniciativa dos cidadãos. É e tem sido, nesta Região, a estes que tem competido, através de associações, de clubes e de iniciativas junto, até, de alguns conjuntos que não formam verdadeiramente um clube mas que estão interessados em dinamizar alguns aspectos desportivos.

É precisamente a estas associações que temos, antes de mais nada, auxiliado e mais uma vez uma das expressões que esse auxílio tem que ter, situa-se na preparação de infraestruturas. Não se pode pedir, nem sequer propôr, de as pessoas pratiquem determinados desportos se, de facto, não lhes são fornecidos os meios para possibilitar a sua actuação.

Portanto, parece-me de realçar esse espírito associativo e de iniciativa em primeiro lugar, só depois é que compete ao Estado possibilitar a informação, a formação, a disponibilidade de infraestruturas e de materiais para que as pessoas se sintam cada vez mais, motivadas a organizarem-se e a praticarem esses desportos.

Evidentemente que ficam de fora muitos aspectos que podiam e deviam ser realçados aqui, a nível de sectores que são complementares dum sistema de educação.

A necessidade de ir junto dos deficientes, não só físicos mas também afectivos, que levou a criarem-se equipas móveis de apoio a crianças com deficiências afectivas.

A educação permanente, com uma folha de serviços que me parece importante e que já aqui foi evocada, tem surgido com o pedido e com o auxílio às pessoas que pretendem aprender.

A animação, junto das Casas do Povo, onde todas as iniciativas dos cidadãos têm sido apoiadas.

De forma que todos esses aspectos terão que ficar apenas aflorados.

Para terminar gostaria de fazer um reparo a algumas das perguntas que foram postas aqui após a apresentação do Plano e ao longo do debate.

Eu tive ocasião de ir respondendo pontualmente àquelas que foram surgindo, como esclarecimento.

Porém, o Sr. Deputado do CDS que aliás se foi embora,

podíamos dizer que deixou o ovo e foi chocar outro ninho, . . .

(Risos)

. . . deixou-nos aqui algumas perguntas que creio que merecem uma resposta e antes de mais um reparo.

O Sr. Deputado do CDS vai-me desculpar a sua ausência mas não posso deixar de dizer que a maior parte das perguntas que aqui são feitas foram de quem não quis, talvez, ler a proposta do Plano.

Quando se pergunta a razão das salas custarem 1 500 contos na escola do Livramento e 3 000 contos na escola da Várzea, não se acrescentou, não se viu ou não se quis ver que a do Livramento está em construção, onde já se gastou uma parte do investimento, e que a da Várzea vai-se começar e assim sucessivamente.

Por que é que se constroem ainda pré-fabricados na Terceira e em São Jorge?

Não se leu tudo o que se diz lá, uma vez que este dinheiro destina-se a continuar a pagar o compromisso assumido com a inscrição dessas verbas.

O vir dizer ou propôr que se faça uma escola preparatória na costa Norte de São Miguel, na zona da Maia e Lomba da Maia, é falar para não estar calado porque o Plano a Médio Prazo aponta para essa solução e faz essa mesma proposta.

Portanto, perguntas destas não se justificam.

Ficaram aqui algumas reflexões que me parecem poder contribuir para explicar as linhas de orientação da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Estou consciente de que não se poderão atingir de imediato todas as propostas que se fazem. Em todo o caso creio que ao fazerem-se propostas, ao apresentarem-se soluções e ao estabelecerem-se metas a atingir, está-se efectivamente a planear e não se pode reduzir^o mesmo a um conjunto de obras, de escolas, aqui ou ali.

Muito obrigado.

(Fim da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Martins Goulart, para pedir esclarecimentos.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Ouvi com muita atenção a exposição de V. Exa., e tenho algumas questões para lhe colocar em função do que disse e do que consta no Plano Regional para 1983.

A primeira refere-se ao problema da Universidade dos Açores e à problemática geral que envolve a mesma.

Todos reconhecem que já foram dados passos muito positivos para a consolidação dessa instituição, importantíssima para o desenvolvimento sócio-económico e cultural da nossa Região, mas devido à complexidade do problema gostaria de ouvir a opinião de V. Exa. sobre as eventuais soluções que possam estar a ser consideradas, relativamente à estabilização efectiva e definitiva da mesma, tendo, possivelmente, em vista a definição duma ou mais vocações específicas no contexto da Universidade Portuguesa.

Relativamente aos ensinamentos preparatórios e secundários, as problemáticas referentes ao equacionar das soluções de estágio de professores são sempre controversas e, mais uma

vez, nos parece que, na Região, algumas anomalias continuam a verificar-se ou a ficar sem resolução, afectando todos os anos um número substancial de professores que, duma ou doutra forma se sentem prejudicados não só quanto à abertura de estágios, consoante o local e as valências de ensino a que dizem respeito para além das próprias disciplinas, como devido à consequência do reconhecimento dos estágios integrados que colocam em situação de desfavorecimento, muitas vezes, pessoal docente qualificado que fica, à partida, impedido de se efectivar numa zona onde, por dada experiência e por formação profissional reconhecida, fica preterido por recém-formados da Universidade dos Açores que, tendo o estágio integrado no seu curriculum, têm naturalmente acesso imediato e que os substituem.

A cultura é uma matéria tão vasta que não poderá, de modo algum, ser analisada sob a forma de pergunta, nem a que farei tentará esgotar as dúvidas e atingir os objectivos que preferia abordar numa situação mais profunda.

De qualquer forma, quanto aos problemas desta, gostaria de lhe referir que julgo serem, mesmo assim, insuficientes as opções do Plano, as dotações orçamentais previstas e consagradas em três projectos, do programa nº 6.

Para a Ilha do Faial, por exemplo, contempla-se apenas o apoio financeiro às filarmónicas desta ilha.

Julgo que o cinema é cultura e que as associações e grupos de cidadãos que fomentam a actividade cinematográfica em ilhas carecidas dessa manifestação cultural têm direito a apoio.

Julgo que deve ser dado apoio específico e directo à animação cultural, visando por exemplo a animação teatral.

Julgo que todas as formas de animação e divulgação cultural poderiam estar acolhidas em projectos deste programa. Porém não estão e gostaria de saber se restrições de ordem orçamental estão na base da quantificação restrita que aparece nesses projectos, ou se o Governo pensa dar execução à política prioritária, que julga mais conveniente neste sector, com os mesmos projectos.

Quanto ao desporto, refiro uma situação em particular porque estive envolvido nela e penso continuar como Deputado pela Ilha do Faial. Refiro-me à construção do ginnodesportivo da Horta.

Tenho na minha frente a resposta ao requerimento que, em devido tempo, apresentei a V. Exa. e que me deu a honra de responder, mas cujo conteúdo penso não satisfazer de forma alguma os pedidos de informação.

O que mais me surpreende, e por isso coloco a pergunta e repito as questões nesta altura, é que me parece que se desvirtuou o objectivo principal para a qual foi projectada a construção deste ginnodesportivo.

Recuando um pouco no tempo e tentando situar a questão em termos correctos, direi que, embora tenha sido decidido e votado unanimemente pela Assembleia Municipal da Horta que o mesmo fosse construído numa zona escolar, não foi porque a sua finalidade principal fosse a resolução da carência da infraestrutura escolar, quanto a ginásio.

A finalidade principal seria dotar a cidade da Horta com um ginnodesportivo que, por estar situado numa zona escolar, ajudaria a resolver as carências de infraestruturas

das escolas preparatória e secundária.

Ao responder-me da seguinte forma: «O pavilhão gimnodesportivo que está a ser implantado na Horta, tem por fim essencial servir, como infra-estrutura de apoio, às aulas de educação física da Escola Preparatória e Secundária da Horta, e em segundo lugar o de apoio às actividades desportivas das associações locais», penso que se devirtua o objectivo principal da construção desta obra que, por ser grandiosa, não pode transformar-se num ginásio numa escola.

Portanto, se as correcções a serem introduzidas — segundo V. Exa. confirma nesse requerimento — resumir-se-ão a melhorar as instalações sanitárias e não a garantir que — uma vez feito um tão vasto investimento — esta infra-estrutura esteja, à partida dimensionada e dotada com a possibilidade de serem praticadas na cidade da Horta, as modalidades desportivas correspondentes a este tipo de recinto — quer no respeito pelas dimensões máximas oficiais nacionais e estrangeiras, quer quanto ao tipo de modalidade — nós vamos colaborar na construção duma solução errada, para não usar uma palavra que foi muito utilizada e esteve em voga na polémica jornalística sobre o assunto na cidade da Horta. Deste modo teremos dois pavilhões gimnodesportivos — o que é um luxo num meio urbano, nos Açores — sem que qualquer dos dois reúna condições de satisfazer as qualificações oficiais, que uma obra desta envergadura merece.

Portanto, tanto o pavilhão gimnodesportivo que é pertença dum clube desta ilha como aquele que será oficial e se transformará num ginásio, não permitirão a prática oficial de algumas modalidades e não terão o aproveitamento integral que um investimento público desta ordem merece.

Peço desculpa, Sr. Secretário, por ter desenvolvido o meu pensamento mas para caracterizar devidamente o problema vi-me obrigado a fazê-lo e julgo que ainda vai a tempo de serem introduzidas as correcções necessárias para que, neste caso, a Horta disponha dum pavilhão gimnodesportivo que honre quem o acabar de construir — porque suponho que a obra está parada — dignificando, decerto o empenhamento do Governo na construção duma solução desportiva que, ao ficar concluída em termos correctos, dignificará a pessoa humana e a finalidade para que foi construída.

Para finalizar, gostaria de perguntar ainda em relação ao desporto, se a política desportiva do Governo tem em conta e já assenta numa definição clara — que deve ser transmitida transparentemente às associações de cidadãos, aos clubes organizados, às associações oficiais e delegações dessa Secretaria — no sentido de todos os participantes no fenómeno desportivo terem a informação mínima respeitante aos apoios, com critérios claros e definidos, não só quanto ao futebol — porque felizmente não tenho essa obsessão — mas quanto a toda a modalidade desportiva que o Governo, no seu entender, deva acolher como prioritária, sempre que o esforço imediato do cidadão se torne insuficiente para realizar os altos objectivos a que se propôs quando se associou. Para a resolução destes as pessoas ainda precisam do apoio que aqueles que representam o sentido de servir e o interesse colectivo, têm obrigação de lhes dar.

Não lhe perguntarei se concorda ou não com a eliminação do desporto da INATEL; não lhe pedirei para definir a

forma mais correcta de articulação do desporto federado entre si ou do fenómeno associativo inter-regional; contudo, gostaria de saber se o Governo tem uma opção clara sobre a política desportiva. Como a concretizará? Em que prazo e em que medida? Aceitará a colaboração dos cidadãos que, de forma associada, individual ou oficial, trabalham para bem do desporto na nossa terra?

Presidente: O Sr. Deputado fez perguntas com largos preâmbulos. Levou 12 minutos.

Dou a palavra agora ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida, para prestar esclarecimentos.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de subscrever, em absoluto, as considerações que o Sr. Deputado Martins Goulart aqui deixou acerca do gimnodesportivo a construir na cidade da Horta e pedia que me permitisse adiantar mais algumas reflexões que julgo úteis para o entendimento e compreensão deste problema, e até à cerca da polémica que se gerou à volta dele.

Este complexo gimnodesportivo esteve previsto e indicado para uma zona muito diferente da cidade, concretamente no coração da freguesia das Angústias, onde, como aqui já foi dito, se destinava a servir apenas a população em geral sem qualquer possibilidade de apoio e utilização, para e pelas massas estudantes.

Foi um conjunto de cidadãos, referindo aqui gostosamente que o mesmo incluía diversas tendências políticas, que após largos debates mas por consenso, estando quase todos eles ligados a associações de pais das Escolas Preparatória e Secundária da Horta, entenderam que era um bom e saudável princípio juntar dois investimentos num só. Dotar as escolas da capacidade, urgentemente necessária, para o exercício da prática desportiva, concretamente da ginástica, sem perder a polivalência inicial.

Qualquer solução que não contemple a definição inicial seria coxa à partida, no meu entendimento.

Apenas como apontamento final diria que aquilo que às vezes parece lunático, de luxo ou de capricho, não é mais do que a resposta certa e justa às necessidades da prática desportiva em moldes e padrões, pelos quais também se rege toda a humanidade.

Lembraria que no ano de 1980, se não me falha a memória, disputou-se um campeonato europeu de andebol nas Ilhas Feroe, com 40 000 habitantes. O mesmo distribuiu-se por várias ilhas de escassa população em que os pavilhões que serviam a mesma sem possuírem quaisquer luxos como pude verificar através das fotografias e imagens televisivas, tinham as dimensões mínimas, aqui referidas, para além duma pequena capacidade para o público.

É tudo quanto eu gostaria de acrescentar aqui à intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart que subscrevo em absoluto.

Presidente: Agora dou a palavra ao Sr. Deputado Daniel de Sá.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, a atenção com que me ou-

viu, porque respondeu pontualmente a todas as dúvidas que então tinha posto.

De qualquer maneira desejava colocar ainda duas questões.

A primeira relaciona-se com a prática de desportos pobres, nos Açores, que não estão integrados a nível nacional e se estão é quase ficticiamente.

Há o caso recente do União Desportiva que foi eliminado escandalosamente da Taça de Portugal de hóquei em patins;

Há o caso do volei que talvez já possua nível suficiente para entrar também em campeonatos de divisões inferiores a nível nacional;

Enquanto que em futebol temos na realidade uma macrocefalia com mais três mil contos para as obras ciclópicas de Santa Engrácia do Estádio de Ponta Delgada a prová-la.

Portanto, gostava de saber se a Secretaria da Educação e Cultura tem ou pode ter, directa ou indirectamente, alguma interferência em casos como o do União Desportiva ou eventualmente no sentido do voleibol e até mesmo o andebol poderem competir a nível nacional.

A segunda questão relaciona-se com o saber se há alguma dotação especial e considerável para a distribuição de material didático, de educação física, pelas escolas sobretudo do ensino primário.

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

O Plano e o Orçamento, que serão aprovados por esta Assembleia, como já afirmei e repito, uma vez que são aprovados são também desta.

Porém, não se-lo-ão apenas por terem sido aprovados aqui mas também porque ela já se começou a debruçar sobre eles, nas suas Comissões onde, com os colegas da oposição, tivemos uma análise aprofundada de alguns sectores e contactos com alguns membros do Governo.

Deste modo, vejo que o Plano e o Orçamento saem desta Assembleia não como aquele documento pequeno e seco mas sim com algumas críticas pontuais, envolvidos em alguma expectativa, ansiedade, dúvidas e também e sobretudo, num entusiasmo e numa crença nas virtualidades e possibilidades do povo açoriano.

Por isso precisamos de nos esclarecermos, e ainda bem que todo o trabalho que vem desde a Comissão conjuntamente com o deste debate tem apontado nesse sentido.

Assim, temos visto os êxitos do Governo nalguns campos como o da educação, da saúde, da segurança social e do emprego, e noutros em que investimos menos, um êxito menor como nos sectores produtivos para além do que está à vista de todos nas infraestruturas.

Porém, não deixa de nos preocupar o problema das despesas permanentes, referido aqui bastante incisivamente pelo Sr. Deputado Roberto Amaral.

É assim que, numa despesa corrente de 2 276 000 contos no sector da educação e sem esquecer que o Governo, após a aprovação deste Plano, elabora o Orçamento Regional especificado onde se indica a finalidade de cada verba

no seu destino e que poderei ter acesso a ele na minha qualidade de Deputado, gostaria que o Sr. Secretário Regional, se possível, nos desse uma ideia das principais rubricas que integram o conjunto dessa enorme despesa e, designadamente, quais as suas finalidades.

Gostaria de ouvir a sua opinião, na qualidade de interveniente e de observador inteligente e perspicaz do processo político português, sobre um problema pertinente aqui levantado.

Nós fizemos a regionalização do sector da educação em determinada fase do processo de institucionalização da autonomia, sem a garantia das verbas necessárias para o respectivo Orçamento e Plano.

Nós optámos e existem esquemas previstos no Estatuto, para a cobertura do déficit e para a participação do Estado nas despesas do Plano.

Portanto, não fomos para uma das soluções possíveis optámos por uma outra.

Gostaria de perguntar-lhe se tivéssemos optado pela solução de pretender uma garantia de cobertura dessas despesas, se teríamos podido realizar, de facto, a política que temos realizado. Isto é:

Se com cuidado, de daqui a dez ou quinze anos, não vírmos a autonomia esvaziada do seu conteúdo não teríamos à partida estrangulado a própria nos primeiros três ou quatro anos da sua vida?

Obrigado:

Presidente: Penso que não há mais pedidos de esclarecimentos, portanto dou a palavra ao Secretário Regional da Educação e Cultura para responder.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Não há dúvida que as matérias da Educação e Cultura são controversas e as perguntas e pedidos de esclarecimentos chovem. O que é muito bom sinal e que só vem permitir um diálogo mais alargado sobre problemas de fundo e que preocupam a comunidade.

É óbvio que os Srs. Deputados, como legítimos representantes do povo açoriano, tragam aqui os problemas que, antes de mais, preocupam aqueles que representam e que eu não o faço, apenas, porque ocupo um lugar no Executivo Regional.

Foi, porém, com muito orgulho que fiz também parte das listas para Deputado da Assembleia Regional.

O Sr. Deputado Martins Goulart enumera, em termos filosóficos, uma série de problemas que são fundamentais.

O problema da Universidade dos Açores, que o Sr. Deputado aborda numa forma inteligente, é de facto, o problema desta no contexto das universidades portuguesas.

A Universidade dos Açores é e pretende ser uma universidade portuguesa. O sistema de ensino superior português é aquele a que nós aderimos. A universidade portuguesa tem uma universidade nos Açores.

Ela tem características especiais por existir numa Região Autónoma e obviamente problemas a solucionar, antes de mais, de contexto dentro da universidade portuguesa que tem que ter em consideração as necessidades e as linhas de orientação do desenvolvimento numa Região Autónoma in-

sular, para além de problemas administrativos que têm reflexo numa legislação especial.

Isso é matéria que está ultrapassada hoje em dia. A legislação existe e, como o Sr. Deputado sabe, vive-se hoje numa paz de consenso sobre essas matérias administrativas.

Eu tenho defendido sempre que à Universidade dos Açores cabe contribuir, antes de mais, para ajudar a solucionar problemas da Região Autónoma dos Açores.

Essa primeira fase, que teve uma incidência especial no problema da preparação dos quadros, creio que está, numa forma geral, conseguida e ultrapassada.

A Universidade dos Açores prepara, em alguns sectores vitais da economia e da sociedade açoriana, os quadros de que nós necessitamos.

Tem-se até encontrado esquemas de colaboração com outras universidades que permitem facilitar o acesso a alguns cursos que, devido à nossa pequenez e problemas organizativos da Universidade, não poderemos ter nos Açores, nomeadamente a medicina veterinária, engenharia agrónoma e outros.

Devido à colaboração com as outras universidades portuguesas tem sido possível criar os primeiros anos desses cursos, facilitando o acesso a outros.

Porém, o problema de fundo situa-se dentro da investigação, que possui pólos cuja obrigação é dar resposta imediata a problemas que são postos por sectores do desenvolvimento económico regional, nomeadamente:

Nas pescas, onde o Sr. Deputado se encontra por dentro dos problemas, tendo até, há pouco tempo, ajudado a resolver, e creio que bem, o problema da compra de equipamento para algumas investigações específicas nessa área;

No estudo dos solos que se está fazendo e desenvolvendo em colaboração com outras universidades, até estrangeiras;

No estudo da biologia;

Nos estudos específicos da Região no campo das humanidades como, por exemplo, no sector da História ou da Literatura.

Eu creio ter percebido que o problema, colocado pelo Sr. Deputado no contexto das universidades portuguesas, se situava no saber se a Universidade se pode preparar nalgum campo em que assuma a responsabilidade, dentro do contexto português, por uma área específica de investigação científica, podendo colaborar para o desenvolvimento dum todo nacional, dentro da sua orientação, aspiração e dum universalidade de conhecimentos.

Creio que sim!

Como o Sr. Deputado sabe certamente, estão-se preparando e estudando os passos a dar dentro da vulcanologia e da sismografia que são sectores para os quais temos tido a compreensão e o apoio dos sectores de investigação portuguesa nestes contextos. Sabemos que os Açores podem e devem ser o centro preferencial dessas investigações. Foram assinados despachos conjuntos dos Governos da República e Regional, formando grupos de trabalho que terão planos, projectos e propostas concretas, até ao fim deste ano, para que, na Universidade dos Açores, se desenvolva esse núcleo específico de investigação.

Quanto aos problemas que coloca em relação aos está-

gios integrados e aos estágios em exercício, é um problema dum dialéctica.

Creio que tanto uns como os outros não se aniquilam uma vez que são, antes de mais nada, complementares.

É dentro desta complementaridade que nós os temos montados porque creio que o ensino preparatório e o secundário só têm a enriquecer se as vias de acesso à profissionalização puderem ser diversificadas e se poder aceitar e admitir que, essa mesma profissionalização, se faça não só num curso específico de formação de professores mas que outras pessoas, que tenham formação académica em licenciaturas que, talvez numa expressão infeliz, se costumam chamar «licenciaturas científicas», tenham também possibilidades de profissionalização. É isso, precisamente, que se passa na Região.

O ideal seria poder criar núcleos de estágio em todos os lugares para que todas as pessoas, sem qualquer problema ou dificuldade na sua vida pessoal, pudessem ter acesso aos mesmos.

Isto não é possível. Tem-se feito os esforços possíveis para se criarem os núcleos de acordo com as necessidades e a vontade dos candidatos, mas às vezes tem sido necessário deslocarem-se dum lado para o outro.

A verdade é que se tem tentado estudar a formação desses núcleos de forma a contemplar, no espaço físico da Região, o maior número de escolas, satisfazendo as preferências dos candidatos.

Aceito e admito que, às vezes, nem todas as pessoas tenham ficado servidas, tendo sido necessário fazer-se algumas deslocações.

Quanto aos problemas que põe em relação à Cultura, creio que a minha intervenção foi nesse sentido.

Tentei explicar que não se poderia avaliar o esforço de desenvolvimento e de investimento só pelos programas, desligados daquilo que se diz num contexto geral.

É verdade que a Cultura assume aspectos de tal forma globais e globalizantes que nos levariam aqui a uma longuíssima discussão.

Porém, atendendo apenas aos pontos concretos colocados aqui pelo Sr. Deputado, direi que não estão em causa os problemas de ajuda, de incentivação e de animação cultural em várias zonas, nomeadamente na Horta que foi o caso referido.

A criação das Casas da Cultura com os seus estatutos e orçamentos próprios, vêm atender a esta necessidade de animação cultural.

Poderei adiantar que estão reservados cerca de 23 000 contos no Orçamento corrente para estas acções culturais o que é muito pouco porque terão que atender a uma gama muito diversificada de interesses. Contudo, contemplam também estas Casas da Cultura que têm sido motor e incentivação animadora de variadíssimos grupos culturais, nomeadamente no cinema.

Estou de acordo, com o Sr. Deputado, que o cinema é uma forma de cultura, até preferencial no nosso contexto social actual, que poderia e deveria ser mais dinamizado e levado junto das pessoas.

É com mágoa e com desgosto que vejo que, nos Açores, as empresas exploradoras do cinema não acompanharam a

evolução do interesse que, em Portugal, existe pelo mesmo.

Mais uma vez os cidadãos associados têm dado um exemplo notável neste campo e têm vindo suprir essa falta, abrindo a cova onde se hão-de enterrar essas exploradoras, e bem bom que assim é.

Os cine-clubes de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e espero que muito brevemente o da Horta, têm vindo a trazer junto das pessoas o tal conjunto de filmes e a tal preocupação do estudo do cinema que, de facto, as exploradoras — algumas delas com responsabilidades e desenvolvendo-se junto de associações culturais — não têm sabido trazer.

Creio que aqui também se tem que fazer uma chamada de atenção e dizer que, nesse campo, o esforço tem sido meritório por parte da própria televisão. Ela tem trazido, talvez não com a frequência que nós gostaríamos, junto dum camada muito vasta de espectadores alguns filmes notáveis.

Ainda durante esta semana, para aqueles que tiveram ocasião de ver, apresentou um maravilhoso filme de Troufeu que focava no fundo, o cerne deste problema: a cultura, o acesso de todos à mesma e a grande verdade de que a cultura salva-se e prevalece na realidade, na cabeça dos homens e não nos livros.

O que posso dizer é que se o cine-clubes da Horta for por diante como espero e vejo pelo interesse que este assunto tem despertado, terá o mesmo apoio que têm os outros cine-clubes da Região. Tendo até sugerido que os mesmos devem estar inter-ligados entre si para facilitar a circulação dos próprios filmes que, como o Sr. Deputado sabe, até não são fáceis de adquirir.

O problema do desporto foi aqui referido em duas tónicas.

Uma particularizada, à qual a resposta da Secretaria já foi dada.

É uma resposta que não é aceite e tanto a bancada da oposição como a da maioria estão de acordo, o que é notável e interessante, e eu tomarei as recomendações em consideração.

Uma vez que já foi dito que se estão estudando soluções que possam permitir o melhoramento das condições de acesso ao público, não só em instalações sanitárias como em espaço e visibilidade, creio que o problema de fundo que se põe é o das dimensões internacionais.

As mesmas, pelos estudos que foram feitos, para poderem existir pressupõem um alargamento do vão do pavilhão gimnodesportivo que custa mais 10 000 contos.

Como existe consenso sobre esta matéria, talvez caiba agora ao Governo tentar encontrar dinheiro, dentro dos seus programas, uma vez que não pode aumentar a sua proposta de despesas, e creio que, também em relação a isto, estão todos de acordo.

Portanto, é preciso encontrar uma forma de remediar este aspecto, inclusive pedindo o auxílio de algumas instâncias no Poder Local da Horta que talvez possam estar interessadas em ajudar.

De forma que o problema fica anotado e certamente se fará um esforço para se encontrar uma solução.

Porém os outros problemas, que aqui se põem, são de

política desportiva e dum diálogo que também acho que deve existir entre os sectores da Secretaria da Educação responsáveis por este assunto e as próprias associações.

Esse diálogo tem existido e é aliás através da existência desse que tem sido possível, ao longo deste tempo, vir a melhorar o problema do desporto a nível regional porque parece-me que aí é que residia um dos pontos difíceis.

A existência de três associações de futebol e dos desportos, que não contactavam entre si, que eram filiadas independentemente nas federações e que se encontravam mais depressa com estas do que entre si, veio trazer e cavar fossos na Região que só este ano foi possível ultrapassar, com esse tal diálogo e incentivo, a incapacidade que elas tinham em organizarem, por exemplo, um campeonato regional de futebol.

Desculpem falar no futebol especificamente uma vez que já sei que não é uma das modalidades que mais interessam aos Srs. Deputados mas assume, sem dúvida, uma importância dentro do nosso desporto que não podemos esquecer, não só pelo número de adeptos como até pelo próprio dinamismo das associações respectivas e creio que também se deve apoiar.

Quanto ao Sr. Deputado Daniel de Sá, uma vez que os outros problemas que pôs e que eu ouvi com atenção, como aliás é meu hábito e obrigação, estão esclarecidos, refere-se agora ao problema dos desportos pobres nos Açores.

Eles têm sido, talvez, os mais beneficiados. Creio que as associações de desportos, que têm a seu cargo esses desportos pobres, têm sido até aquelas que se têm dinamizado e especializado mais, formando até, nos casos de São Miguel e Terceira, associações específicas, nomeadamente para o atletismo ou certas modalidades.

Quanto ao problema da participação a nível nacional, o caso do hóquei em patins, que aqui foi invocado, é, de facto, um triste caso porque o que está em causa é o nível atingido, por parte do nosso hóquei, que permite-nos competir a nível nacional sem vergonha e a verdade é que temos ganho algumas das etapas que estão em disputa.

Acontece que as deslocações são caras. O hóquei não gera por si receitas que permitam cobrir todas essas despesas.

No tal diálogo, que houve com as associações, foi possível encontrar-se, dentro dos nossos projectos, apoio para que essas equipas de hóquei disputem os campeonatos nacionais.

Isto foi combinado com a Federação e embora esta diga, há última da hora que não tem dinheiro, a verdade é que, no fundo, o que não tem é vontade de solucionar o problema do pagamento das equipas a nível nacional.

Só as virtudes do diálogo, principalmente da Associação de Hóquei em Patins de Ponta Delgada que se pode impôr junto da Federação, a que pertence com os mesmos direitos que os outros, poderão fazer ver que as coisas não podem correr desta maneira.

Isto tem sido acompanhado pela Direcção Regional da Educação Física e Desportos, pela Direcção Geral e pela Secretaria de Estado e creio que o problema se poderá ultrapassar.

Não podem exigir aos açorianos que sendo associados das federações as mesmas se recusem a cumprir, para com

estes o mesmo que fazem com os outros, só porque são dos Açores.

O problema, creio eu, tem que ser discutido nesse lugar e aí é que deve ser solucionado.

Quanto às dotações especiais para material desportivo, devo-lhe dizer que, de facto, existem e estão previstos 7 000 contos no Fundo Regional do Desporto para esse efeito, principalmente a nível das escolas.

O Sr. Deputado Melo Alves coloca-nos aqui dois problemas.

O primeiro, que é de resposta imediata, refere-se à distribuição das grandes verbas das despesas correntes da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Já tive ocasião de revelar uma delas, que é a mais substancial, sendo de 1 800 000 contos para pessoal.

Para a acção social escolar estão previstos 125 000 contos dos quais 123 000 contos são para auxílios directos aos alunos — desde os transportes, bolsas de estudo até aos problemas da alimentação — e 1 600 contos para equipamentos das cozinhas, principalmente das escolas secundárias.

Prevêem-se 43 000 contos para material didáctico nas escolas, nomeadamente 13 000 contos para as primárias, que é um programa que aparece este ano substancialmente dotado, não esquecendo que estão entrando em funcionamento uma série de escolas novas, tipo P3, que põem problemas de equipamento especial e específico.

Para o Fundo Regional do Desporto estão previstos cerca de 48 000 contos.

Quanto ao problema, que foi muito discutido aqui, sobre se os serviços não tivessem sido transferidos se teria sido possível conseguir-se os êxitos que se conseguiram, nomeadamente no campo da educação.

A minha opinião é de que, se não tivessemos regionalizado esses serviços e tivessemos ouvido as vozes dos velhos do Restelo que dizem que as Juntas Gerais perderam a sua autonomia financeira precisamente por serem afogadas nessas despesas, não teria sido possível.

Eu diria que o que fez chegar a situação de ensino nos Açores a um ponto de ruptura não foi só a falta de dinheiro mas, acima de tudo, a falta de capacidade política.

As Juntas Gerais não possuíam uma autonomia política que lhes permitisse traçar o que devia ser uma política de ensino na Região.

O problema das Juntas Gerais nem sequer foi sempre apenas falta de dinheiro, foi sim um problema de colagem à política nacional de ensino, mesmo quando ela era uma aberração.

Eu ontem tive ocasião de invocar os anos de 1933, pela entrevista que Salazar deu, e não posso deixar de dizer que as Juntas Gerais, rectas como sargentos, fecharam as escolas dos Açores, quando as podia ter abertas, só porque a voz de ordem de Lisboa era que se fechassem escolas.

(Bancada do PSD e Governo: Muito bem! . . . Muito bem! . . . Palmas)

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa decidiu fazer um intervalo de 20 minutos para um ligeiro descanso.

Retomaremos os nossos trabalhos às 17.30 horas e podia que fossemos pontuais.

Estão interrompidos os nossos trabalhos.

(Eram 17.10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 17.30 horas)

Dou a palavra ao Sr. Deputado Martins Goulart, para uma intervenção. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Depara-se a esta Assembleia a importante tarefa de decidir e, dentro em pouco, de votar os documentos que são os mais importantes, anualmente, para a vida política, social e económica da Região Autónoma dos Açores.

Sendo preparados de acordo com legislação específica, têm de ser profundamente analisados e já há alguns dias estamos aqui a cumprir essa importante missão. Vários Deputados, em Comissão, prepararam um parecer para este esforço de análise, a fim de habilitar esta Assembleia, de uma forma positiva, para a importante tarefa de permitir ao Governo responsabilizar-se, publicamente, com as tarefas da governação para o próximo ano.

Infelizmente, por razões que serão explicáveis, não foi respeitado integralmente nem o espírito nem a lei na feitura e apresentação destes documentos, por parte do Governo, porquanto não foram cumpridos os prazos que a lei estabelece para que a discussão e a apreciação anterior do seu conteúdo se fizessem nas melhores condições.

O Governo Regional dos Açores, tão elogiado pelo esforço quantitativo dos seus departamentos, não nos satisfaz na qualidade do produto e do seu compromisso temporal, e a Assembleia ficou dependente, uma vez mais, da falta de rigor, dum Governo que nos tenta confundir com a quantidade em detrimento da qualidade.

Mal iríamos nós se, como alguns outros tentam fazer impôr nesta Assembleia, o critério da quantidade excessiva prevalecesse sobre o critério da qualidade.

Estou, todavia, confiante de que determinados processos que decorrem, em certa medida, de algumas situações a modificar a curto prazo, venham de facto, a permitir que durante o próximo ano, na discussão do Plano Anual para 1984, tanto a Assembleia como o Governo participem numa forma mais coadunável com o prestígio das instituições autónomas e com a finalidade grandiosa que representa o esforço de tanta gente para bem servir a comunidade que representam.

Não gostaria de deixar de salientar, nesta altura, o contributo, assaz positivo, que duas instituições, que também participaram na elaboração deste Plano, merecem, através dum realce particular. São elas a Câmara do Comércio dos Açores e a Assembleia Municipal da Horta.

Não há dúvida que no contexto das participações, previstas na lei, das autarquias e dos agentes económicos e sociais, estas duas instituições, pelo seu trabalho e pela profundidade do seu esforço, sobressaem de modo efectivo de tal forma que quase que ensombram, talvez, a menor qualidade do trabalho que se poderá retirar ao parecer da Comissão especializada da Assembleia Regional dos Açores.

Aqueles dois pareceres, não pelo seu conteúdo nem pelo que defendem, na perspectiva dos interesses que neles estão contidos mas pela atenção e pelo cuidado que, tanto a

Câmara do Comércio dos Açores como a Assembleia Municipal da Horta, demonstraram ter sobre a importância deste acto, merecem um realce muito particular.

De facto, nós Deputados que, talvez, descurámos um pouco a qualidade do nosso esforço — e digo «nós» num sentido colectivo sem qualquer particularização — tenhamos algo a aprender com o esforço dessas duas instituições que, no caso particular da Assembleia Municipal da Horta, conseguiu ser tal que se obteve uma unanimidade entre três forças partidárias, nela representadas.

Por isso e porque, talvez, também nos mereça uma reflexão, a necessidade possível de ser alterada a legislação que enquadra o processo de feitura e participação de diversas entidades na elaboração do Plano, não só quanto a prazos mas também em termos qualitativos; o Grupo Parlamentar do Partido Socialista julga que talvez seja muito útil que todo o processo de renovação da Assembleia, também passe pela verificação e aferição da eventual incorrecção de normas que possam estar a dificultar, neste momento, o Governo ou as entidades participantes na elaboração do Plano ou aquelas que, neste caso particular, Comissões e Plenário da Assembleia têm que fazer para que, do esforço de todos, resulte um aproveitamento máximo e positivo para que a governação dos Açores e os interesses de toda a população sejam respeitados com a máxima eficácia.

Esta é a preocupação que me norteia ao trazer a esta Assembleia um pensamento em voz alta que não está, de forma alguma, concluído mas que já foi debatido, com alguma profundidade no Grupo Parlamentar e que também se enquadra no espírito duma renovação que não se pode situar apenas na forma de representar o Plenário desta Assembleia nos actos da sua Direcção mas também numa mudança qualitativa em todos os actos em que este participe; em todos os trabalhos em que os Deputados fazem valer a legitimidade das suas funções, para que o Povo dos Açores sinta, duma vez por todas, que de facto em momento de crise conjuntural e estrutural que ainda se acentua embora alguns digam que está a ser esbatida o desânimo não mereça nem nunca tenha como resposta o «desânimo».

Se nós, os homens públicos, bons ou maus, dando o melhor do nosso esforço, não formos capazes de incutir o estímulo da esperança e do optimismo, especialmente em momentos de dificuldade, naturalmente que ninguém poderá acreditar ou animar-se e dar a sua participação porque nem terá condições nem de forma alguma objectivos a cumprir uma vez que, por mais democrático que seja o sistema, haverá uma crise que ultrapassa o regime e uma situação de rotura que tentaremos evitar a todo o transe.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Ao tomarmos esta atitude, neste momento, não nos preocupam razões partidárias.

Julgo que chegou o momento das forças democráticas olharem para o desafio que a situação nos impõe.

Não podem descaracterizar, de facto, as diferenças reais existentes entre as forças políticas representadas, por exemplo, neste Departamento.

Nenhum de nós quererá, de forma alguma, descaracterizar ideológica ou partidariamente qualquer dos homens ou

mulheres que estão aqui, nas suas respectivas bancadas, a defender os interesses programáticos, ideológicos e, acima de tudo, regionais que nos trazem a esta Casa.

Porém, há momentos em que o interesse colectivo se sobrepõe ao do Grupo e em que as situações são tão graves que o regime tem que ser defendido à custa do sacrifício e muitas vezes até das metas particulares e fáceis daqueles que tentam colher os frutos fáceis da demagogia e da dificuldade que atinge todos, colocando-se na posição defensiva.

É por isso que nós temos norteado a nossa participação, na discussão do Plano e Orçamento regionais, com muita seriedade e uma reflexão bastante assinalável.

Procuramos orientar a nossa participação em critérios rigorosos, embora não exaustivos, que permitiram a Deputados da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, trazer a esta Câmara motivos de reflexão suficientemente importantes que, conjuntamente com outras reflexões das outras bancadas que estão aqui presentes, deverão merecer o maior respeito e atenção de todos.

Espero que o Governo, ao ouvir as críticas da oposição, não sinta mais que lhe opomos as nossas ideias apenas por sermos oposição.

Espero que o Governo e a maioria considere que o dever duma oposição é, acima de tudo, fiscalizar, acompanhar e criticar a acção governativa pela qual não pode ser responsabilizada.

Temos cumprido essa missão com erros de percurso certamente, mas sempre com um norte bem definido.

O norte tem sido sempre o da defesa do regime autónomo, dos interesses regionais, da democracia, da liberdade e da justiça.

Se cometemos erros, como certamente o fizemos, que não confundam a nuvem por Juno porque do interesse colectivo e compromisso que vimos assumindo — de há seis anos a esta parte, entre intervenções acaloradas, que também se justificam, entre momentos altamente controversos, entre conflitos que são normais e naturais num debate parlamentar — sobressai a constante, sempre visível, de não recuarmos perante o compromisso autonomista e democrático que nos trouxe a esta Casa.

Gostaria de lembrar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que o Partido Socialista dos Açores é autónomo no seu comportamento.

É autónomo e afirma a sua autonomia como acabou de fazer, há muito pouco tempo, através do seu Congresso Regional.

No mesmo Congresso estabeleceu definitivamente uma estrutura que virá permitir dar frutos, num muito curto prazo, em todo o sentido da participação partidária do PS na vida política regional.

A solidariedade existente entre os órgãos do Partido Socialista, quer na sua participação institucional quer na sua participação pública, demonstrará a unidade essencial que se exige também ao maior Partido da oposição para que ela se desincumba da tarefa importante de defender legitimamente o grande extracto da população açoriana que também representa.

Assumimos aqui solidariamente, como um Partido unido, a tarefa de sermos oposição.

Espero que todos os presentes tenham-se apercebido de que a nossa intervenção tem como finalidade exclusiva garantir aos Partidos democráticos e ao Governo desta Região que o Partido Socialista — sem colaborar em termos activos com o Governo na defesa da sua política e dos princípios ideológicos partidários — colabora, juntamente com as forças democráticas, na consolidação do regime, especialmente em momento de crise.

Nada faremos para dificultar a prossecução das tarefas regionais e nacionais que se colocarão a curto prazo no nosso horizonte e que deverão merecer uma resposta positiva e de compromisso do Partido Socialista também.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O nosso compromisso situar-se-á, sempre, na defesa da Autonomia e da Democracia.

Tenho dito.

(*Palmas de toda a Câmara*)

Presidente: Dou agora a palavra, para uma intervenção ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas poucas notas recolhidas vieram encontrar o eco final na intervenção do Sr. Deputado Martins Goulart que acabámos de ouvir e de aplaudir gostosamente.

Ao longo dos debates que caracterizaram a discussão do Plano e Orçamento e que constituíram uma boa parte dos trabalhos desta Sessão da Assembleia Regional dos Açores, o tom crítico das intervenções, provenientes da bancada do Partido Socialista — nem outra coisa seria de esperar nem tão pouco desejável — não foi sempre construtivo na nossa leitura, talvez por não se enquadrar no plano ideológico em que nos situamos.

As intervenções tiveram o nível que, ao longo das mesmas, tivemos oportunidade também de referir numa ou noutra ocasião.

Conduziram a reflexões profundas sobre a forma como vamos acompanhar e consolidar o nosso desenvolvimento económico e a autonomia que permite o mesmo.

Sem significar consenso no plano ideológico dos Partidos representados nesta Câmara, do que aqui ouvimos e do que aqui foi deixado fica-nos a certeza de que estas reflexões, feitas sobre o Plano e Orçamento, são aproximações extremamente úteis, mesmo quando, no plano crítico e no caso da bancada da maioria, há o comprometimento, aqui mais uma vez renovado, para com a execução deste Plano.

Este Plano é, em boa parte, a execução duma tranche do Plano a Médio Prazo que foi largamente discutido aqui, tendo já merecido a nossa aprovação e sobre o qual temos vindo a trabalhar, acompanhando a passo e passo, não só a sua execução como também a preparação dos Planos anuais que o integram.

Acreditamos no Plano e nas suas virtualidades, porém não o consideramos a última palavra em Plano nem entendemos que contém todas as respostas para as nossas necessidades de desenvolvimento, aliás, pensamos que tal seria impossível neste espaço de tempo.

Como já foi referido pelos diferentes Secretários e Presidente do Governo Regional e em muitas intervenções, ele

contém grandes linhas de orientação, a resposta que procuram ser e a necessidade de desenvolvimento que merecem a confiança dos açorianos que têm vindo a apoiar maioritariamente, ano após ano, a sua execução, de alguma maneira, através do sufrágio em sucessivas eleições.

A confiança que temos merecido do eleitorado açoriano é uma resposta, em nosso entendimento, muito afirmativa às linhas gerais do Plano e às suas grandes preocupações.

O Plano é um documento que revela uma grande preocupação pela melhoria da qualidade de vida dos açorianos. Aliás, nem de outro modo podia ser uma vez que os Partidos que se integram na área do humanismo reformista — como é caso de ambos os Partidos representados nesta Câmara — não podem deixar de ter como preocupação prioritária o homem na sua inteira aceção e entendimento como pessoa, com direitos e com a possibilidade de, no mais curto prazo possível, ter acesso a melhores condições de vida.

Este Plano contemplou recursos da Região como, por exemplo:

A agro-pecuária;

As pescas e diferentes recursos do mar;

As eventuais possibilidades energéticas que possam vir a ser confirmadas pela geotermia;

A possibilidade, que desejamos ver lançada, dum desenvolvimento industrial mais efectivo;

O aparecimento de serviços geradores de emprego e que façam entrar divisas na Região como, por exemplo, o turismo.

A utilização plena de alguns destes recursos toma-se difícil devido:

À dispersão e distanciamento das ilhas entre si;

À necessidade de multiplicar infraestruturas e diferentes serviços, o que, em boa parte, justifica o número excessivo, em muitos casos, de empregos que urge criar só porque os polos, onde se inserem os diferentes serviços, se encontram afastados, sem ligações fáceis e efectivas entre si;

À nossa muito escassa dimensão demográfica e ao pequeno mercado que somos;

Ao envelhecimento da população que foi largas vezes referido aqui;

À impreparação da população para assumir, com rapidez, todas as tarefas de modernização da economia e do desenvolvimento em geral;

A uma, quase total, ausência de infraestruturas básicas de desenvolvimento.

Estas são algumas das linhas do quadro físico, geográfico e humano em que nos situamos e no qual tentamos desenvolver um projecto que procuramos que seja coerente e dê resposta às preocupações que aqui nos trazem, quando, ao serviço desta Região, reflectimos em voz alta com os nossos companheiros de trabalho, e neste caso com a oposição também, sobre as grandes questões do futuro da Região dos Açores.

Isto não é fácil, como já foi aqui dito, devido:

À grande crise que se vive na conjuntura mundial;

À crise que se vive na conjuntura nacional, que foi referida muitas vezes e até bastante bem retratada aqui;

Ao progresso que se sente na Região ser necessariamente de alguma crise.

Se não caminhamos à velocidade que desejaríamos é porque não nos é possível, como aliás não o é nem ao País nem a espaços económicos muito mais alargados e poderosos, escapar às condições gerais em que se movimentam as regiões, os países e até os grandes espaços económicos, nos quais quase não pesamos.

Como é que nós, no Partido Social Democrata, apesar de tudo, ainda conseguimos encontrar o optimismo e a coragem de trazer aqui um Plano arrojado que, à partida, aparece com um déficit orçamental que ultrapassa os 9 milhões de contos?

A cifra, encarada friamente, podia esmagar-nos pelo seu volume, ou fazer-nos desanimar pelas dificuldades que virá a criar, na tentativa de encontrarmos a cobertura desejável para essas dificuldades que iremos ter no Orçamento para 1983.

Se me permitissem, gostaria de fazer a leitura de três artigos do Estatuto, ao abrigo dos quais penso que podemos encontrar ou a tranquilidade de estarmos aqui propondo corajosamente um orçamento e um plano que possuem algo de arrojado, ou então, se a leitura dos mesmos não trouxer consigo a resposta adequada a nível do País, contestarmos junto do mesmo o desrespeito por aquilo que vou ler, e que está consagrado num documento que nos acompanha, no dia a dia dos nossos trabalhos nesta Casa.

No artigo 80º diz-se:

«A solidariedade nacional vincula o Estado a suportar os custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos amplos, de dimensão nacional e internacional».

Este é um compromisso que está expresso, neste documento, de maneira tão clara que me tranquiliza em absoluto quanto à responsabilidade do Estado, senão não faria sentido, nem a solidariedade nacional nem sequer a nacionalidade e é assim que eu o entendo.

Penso que no artigo 84º vamos também encontrar uma boa dose de confiança e tranquilidade, que terá que vir pela via negocial, uma vez que aí se diz:

«Os benefícios decorrentes de tratados e acordos internacionais directamente respeitantes à Região tal como definida no artigo 1º deste Estatuto, serão afectados a projectos de desenvolvimento desta».

Este direito dá-nos acesso a benefícios que precisam de ser negociados por nós, e, se necessário, ainda com maior vigor e firmeza porque são um direito nosso constitucionalmente consagrado.

No artigo 85º diz-se:

«De harmonia com o princípio da solidariedade nacional, o Estado dotará a Região dos meios financeiros necessários à realização dos investimentos, constantes do Plano Regional, que excederem a capacidade de financiamento dela, de acordo com um programa de transferência de fundos, a acordar entre o Governo da República e o Governo Regional».

Nada se diz sobre qual o volume das receitas, a transferir para a Região, para a cobertura do déficit que se deve aprovar. O que se diz é que cabe a esta Câmara a responsabi-

lidade de aprovar as verbas necessárias para essa mesma cobertura.

Por isso, na sede própria, temos vindo a assumir aqui, repetidamente, nem sequer com muita coragem porque não a consideramos necessária para isto mas sim com a muita firmeza, que entendemos necessária, a cobertura dos déficits que resultam da elaboração e execução de Planos que, uma vez aprovados, são, no nosso entendimento, razão de progresso, de consolidação da democracia e do Estado de Direito que é Portugal.

Para terminar gostaria de fazer ainda algumas breves reflexões que são agora de preocupação porque a nossa passagem por aqui não podia ser de euforia nem de irresponsabilidade.

É tarefa urgente deste Governo, deste Parlamento e de quem detenha toda e qualquer responsabilidade pública nesta Região, fazer o possível e o impossível para que se diminuam as despesas correntes e se trave o seu crescimento, condição indispensável para que os déficits não se agravem até níveis que não só não possam como, sobretudo, não devam ser suportados.

Por outro lado temos que ser imaginativos. A revisão da Constituição não foi a desejada — e subscrevo o que aqui já foi dito a esse respeito — embora procurada nesta Câmara com suporte em ambos os Partidos que, tendo contudo leituras diferentes, trabalham aqui hoje. Não permitiu que a nossa imaginação pudesse vir a introduzir algumas alterações à Constituição que nos permitissem aumentar as receitas desta Região, ficando aquém daquilo que ambos os Partidos desejavam.

Outra preocupação que desejava deixar aqui situa-se na procura de fontes de financiamento que podem não se encontrar apenas naquelas que foram já referidas aqui, nos artigos do Estatuto que citei, e que se reportam à solidariedade nacional, aos custos da insularidade e à negociação dos acordos internacionais, directamente ligados à utilização dos Açores.

Eu referiria de maneira muito breve, porque o Grupo Parlamentar do PSD não pode deixar de referenciar, numa palavra final com vista à aprovação deste Plano, os esforços, que já foram feitos e àqueles que ainda há que fazer, para despertar a consciência da comunidade internacional para com esta Região.

Existe já algum trabalho feito, alguns dos Deputados aqui presentes têm participado desse trabalho e o Governo, nomeadamente na pessoa do seu Presidente, tem contactado e buscado, repetidamente, essa consciência e solidariedade internacional.

No consenso das nações, nomeadamente no que se refere às regiões periféricas da Europa, os problemas são, em muitos casos, idênticos aos nossos com a diferença; muito bem citada hoje aqui pelo Sr. Dr. Álvaro Monjardino, de nenhuma dessas regiões se encontrar à distância que nos encontramos nem possuir os condicionamentos que nos advém do termos vivido tanto tempo sob a tutela colonialista a que tivemos sujeitos e de estarmos abrigados por um País tão pobre como o nosso.

Portanto, a minha esperança reside em que do consenso internacional, nomeadamente o europeu, de responsabilidade

de para com as regiões como a nossa, possa também vir alguma ajuda que nos facilite avançar pelos caminhos do progresso, que nos trouxeram aqui e ao abrigo dos quais se inserem os trabalhos deste Plano, permitindo concluir no ano de 1983 algumas obras importantes para esta Região e lançar algumas outras na esperança de que tanto as que vamos concluir e as que vamos lançar como também aquelas em que ainda estamos pensando, quando totalmente implementadas, consigam instalar nesta Região uma comunidade que, embora pequena, viva em condições mais dignas do que aquelas que nos foram legadas.

Penso ser este o principal objectivo que nos trouxe aqui para que aqueles que, no futuro, estiverem envolvidos nos trabalhos desta Assembleia Regional e do Governo possam afirmar que se produziu um trabalho cujo objectivo era a dignificação da qualidade de vida de quem está connosco nesta Região.

Tenho dito.

(Palmas de toda a Câmara)

Presidente: Não há mais intervenções, portanto, a pedido do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

É regimental e às 18, 30 horas estaremos aqui impreteivelmente para votar estes dois documentos.

Estão interrompidos os nossos trabalhos.

(Eram 18, 10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos e agradeça que retomassem os seus lugares.

(Eram 18, 30 horas)

Vou pôr à votação a proposta do Plano para 1983, apresentada pelo Governo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam, com este Plano para 1983, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do Plano para 1983 foi aprovada por 18 votos a favor do PSD e 8 votos contra do PS.

Presidente: De seguida vou pôr à votação a proposta do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1983, com os seus dois anexos.

O anexo I possui uma alteração introduzida pelo Governo Regional em sequência do parecer da Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros.

Suponho que é do conhecimento dos Srs. Deputados, o que dizia o parecer, portanto, escuso-me de adiantar mais explicações.

Os Srs. Deputados que concordam, com esta proposta de Orçamento, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do Orçamento para 1983 foi aprovada por 18 votos a favor do PSD e 8 votos contra do PS.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou con-

tra as propostas do Plano e Orçamento regionais para 1983.

Fê-lo assumindo uma posição coerente, desde há um ano assinalada e prevista por aquela que tomou ao votar contra o Plano a Médio Prazo.

Cito a parte final da intervenção do representante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao dar a indicação de voto, nessa altura:

«Por tudo isto e muito mais, que o tempo não nos permite abordar mas que os meus camaradas de bancada já claramente expressaram, é que o Grupo Parlamentar do PS não poderá aprovar este Plano nem tão pouco os Planos e Orçamentos anuais dele emergentes.

Não poderá sequer continuar como tem vindo a fazer até agora, a conceder-lhe o benefício da dúvida. Irá portanto votar contra.

Não quer isto porém dizer que esta atitude se mantenha imutável no futuro pois que admitimos uma mudança de opinião, caso o Governo Regional, o Grupo Parlamentar e o único Partido que o apoia venha a criar condições que permitam uma revisão de objectivos, de medidas de política e de outros instrumentos de actuação, contidos e definidos no Plano a Médio Prazo que foi apreciado».

Naturalmente em atitude de coerência — porque este Plano anual para 1983 quase se enquadra nas previsões que lhe diziam respeito quando apresentadas o ano passado — não tínhamos outra alternativa.

A nossa posição, exprimida através do voto, não contradiz em nada o que referi na intervenção feita há poucos minutos em nome do Grupo Parlamentar do PS.

Ela insere-se no direito que a oposição tem de — ao manifestar um direito próprio e um voto livremente qualificado e fundamentado — participar, de forma responsável, na construção do Estado Democrático e da vida autónoma consolidada que pretendemos para a Região Autónoma dos Açores.

As críticas que apresentámos durante o debate, as críticas que fundamentámos e que fundamentam o nosso voto não prejudicam o sentido geral da nossa participação nem o compromisso que, mais uma vez, reiterei, em nome do Grupo Parlamentar do PS.

Porém a situação específica com que nos confrontámos e as características, ainda não mudadas, que caracterizaram todos os documentos que foram apreciados, não garantiram ainda ao Partido Socialista as condições mínimas para o fazer mudar de opinião e de posição de voto.

Considerando que ainda não existe uma estratégia global de desenvolvimento da Região;

Considerando que o planeamento não está ainda alicerçado em opções claramente afirmadas e conseguidas pelo Governo;

Considerando que ainda falta ao Governo Regional uma solução de planeamento que ultrapasse, definitivamente, o improvisado, a solução casuística, pontual e política dada à questão do planeamento.

Nós, baseados nestas razões fundamentais, votámos contra.

Para além de já termos indicado o compromisso genérico que fundamenta a nossa actuação como Grupo Parlamentar nesta Assembleia, não podemos deixar de, apesar de

tudo, referir nesta oportunidade que o sentido de voto não se opõe, de maneira alguma, a que determinados projectos, que consideramos de vital importância para a Região, sejam levados a cabo pelo Governo.

O sentido de voto global, porque se tratou duma votação na generalidade, não está contra qualquer das medidas pontuais positivas que, de facto, constam do Plano.

Presidente do Governo Regional: (*Mota Amaral*): É contra, é contra tudo!

O Orador: É uma opinião do Sr. Presidente do Governo Regional que muito respeitamos mas, como a campanha eleitoral está à vista, sabemos que essa será uma das tónicas do processo.

Membros do Governo Regional: Ah!

O Orador: Contudo saberemos responder porque temos documentos e posições políticas que demonstram, de facto, que estamos de acordo em situações pontuais e em soluções de criação de infraestruturas, desde há muitos anos, porque ainda me lembro de, quando era membro da Junta Regional dos Açores ter, em nome do Grupo Parlamentar do PS, exprimido a resposta ao desafio que se colocava quanto à questão infraestrutural do crescimento dos Açores.

Afirmei até em duas revistas estrangeiras que possuo e a nível nacional, que o desafio era naturalmente grandioso e que tinha que ser atacado de imediato.

Portanto, essa opção nunca foi rejeitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Casa, nem pelo Partido Socialista nem por qualquer dos seus representantes.

O que criticamos todavia, é que pouco mais do que isso se faça ou se proponha fazer na Região, e que as respostas dadas, quanto ao desenvolvimento e planeamento no crescimento, implantação e construção das nossas infraestruturas, não tenham subjacentes a elas uma estratégia global de desenvolvimento, uma garantia para além de factos visíveis e uma garantia que faça mexer com a renovação da sociedade açoriana que é desejada naturalmente por todos nós e particularmente querida ao Grupo Parlamentar do PS.

Vou terminar, referindo uma vez mais, o optimismo que caracteriza a nossa participação nesta Assembleia Regional.

Estamos, de facto, confiantes de que, cada um dos que representam interesses diferentes nesta Região, diversificados e caracterizados ideologicamente em Partidos diferentes, dessa diferença e da dialéctica natural que é criadora dum espírito renovado, nesta Assembleia não haverá certamente apenas as duas alternativas que apocalípticamente foram já hoje referidas, no contexto da discussão e das dificuldades financeiras que sobressaem notoriamente para quem analisou e aprofundou os dados orçamentais da Região.

Na ausência dum documento precioso, do instrumento estratégico económico-financeiro do Plano;

Na ausência, embora com a esperança, de garantias que permitam, com serenidade, aceitar-se a solução orçamental proposta pelo Governo.

Era inevitável que a apreciação do Plano ficasse conjuntamente marcada pela posição que temos relativamente ao Orçamento.

Daí que a nossa posição de voto tenha que ser entendida especialmente no sentido de que não sentimos que tenha havido ou que haverá condições para a cobertura do déficit

regional, por mais que a lei nos garanta esse direito, sem mudanças políticas assinaláveis a nível regional e nacional, porque temos um Governo Central altamente centralizador, um Governo Regional que já não possui a margem de negociações que possuía noutras alturas e também porque a verba em causa é naturalmente bastante vultuosa.

Não queremos augurar por isso qualquer situação pessimista mas sim mudança e, porque acreditamos nela, quando se verificar estaremos dispostos a mudar também.

Tenho dito.

(*Palmas da bancada do PS*)

Presidente: Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em boa verdade a declaração de voto do Partido Social Democrata foi já, repetidamente, expressa nesta Câmara hoje, ontem e no dia anterior.

A nossa declaração de voto, sem ser como tem sido aqui dito, uma vez ou outra, a dos «yes men», é a de quem assumiu um compromisso por seis anos e não vem aqui a não ser para o renovar em cada ano que passa sobre os nossos trabalhos.

Porém também sentimos que o Plano é um documento político e mal seria se não o fosse.

É um documento que compromete a social democracia no desenvolvimento dos Açores e no ajustamento, das suas estruturas produtivas e sociais, ao desafio da sociedade moderna para a qual desejamos caminhar rapidamente.

Caminhamos mais uma vez sós. A jornada tem sido solitária, porém não nos impediu de, a par e passo e muitas vezes a pulso, termos sabido conquistar aquilo que progressivamente se vai afirmando, como um bem estar e viver melhor das nossas gentes.

Não basta dizer que o Plano é mau, não contempla tudo e é um rol ou um enumerado de projectos porque quem se insere no contexto político da Região, sobretudo quem penetra no seu tecido social e convive com ele, recolhe a leitura exacta de que, havendo ainda muito que fazer, a aproximação que fazemos às pessoas, às coisas e às necessidades encontra realmente eco que não é de palavras nem de números mas sim de necessidades satisfeitas, de realidades objectivadas, de infraestruturas conseguidas e de desafio que se procura acompanhar.

(*Bancada do PSD e Governo: Muito bem! Muito bem!*)

O Orador: O nosso compromisso vai durar mais alguns anos, no presente e ao abrigo deste Plano mais dois anos.

Vai sofrer a erosão da crise que se vive no mundo, contudo ajustar-se-á, ano após ano, às inflexões da mesma, do nosso viver quotidiano e em cada ocasião saberemos dar a resposta mais ajustada e sobretudo, de maneira realista, a possível.

Não nos peçam que tragamos para aqui a utopia. Este não é o reino da utopia.

Membros do Governo Regional: Muito bem!

O Orador: Nós temos de centrar a nossa actividade, cada vez mais, no reino do possível e o possível é o imediato talvez como nos dizem, mas é do imediato, do hoje e do amanhã que vive cada um dos homens da nossa terra.

É nesse hoje e nesse amanhã que vamos construir sem

medo o futuro. O PSD não tem medo do compromisso que assume agora ao aceitar um déficite orçamental de 9 milhões de contos que esmaga muita gente e até boas intenções que estão aqui reiteradas — e que registamos gostosamente como tal — de que num futuro, que não sabemos quando, talvez possamos já não estar sozinhos.

Claro que seremos nós a construir esse futuro, sendo tanto mais fácil quanto a vida quando passarmos a caminhar mais acompanhados, e assim o desejamos.

Há sempre quem tenha a missão do pioneiro e o pioneirismo tem muito de aventura, de arrojo, de coragem, de desafio e da vida que se dá, como todos aqui a dão, pelos outros em que nós também nos incluímos.

Terminava a minha intervenção, ao apresentar a declaração do Partido Social Democrata, lembrando de novo que nesta Câmara nós não nos representamos a nós próprios. Não vimos aqui trazer a nossa vontade pessoal.

Trazemos connosco os desejos e as necessidades de 250 mil açorianos que acreditam em nós, não para citarmos números, friamente, ou para com eles articularmos metáforas muito bonitas de como poderia ser um plano ou daquilo que deveria ser um orçamento.

Os açorianos precisam e desejam ver obra feita, e ela faz-se com trabalho, mesmo que implique algum precalço de caminho percorrido menos bem, porque a perfeição é inimiga do bom.

Nós não procuramos a perfeição mas sim o bom afim de podermos atingir o óptimo.

Agora vou na realidade terminar, recomendando àqueles que vão ter a responsabilidade de conduzir os destinos desta Região por mais um ano, que façam connosco, não apenas agora mas repetidamente, a leitura dos artigos do Estatuto e da Constituição que os consagra, e que dão a esta Região o direito de procurar o seu desenvolvimento ao abrigo de compromissos de solidariedade, que nós nos recusamos a aceitar que nos venham a ser negados quando deles tivermos necessidade, podendo ser já em 1983.

Não será um favor, será sim a satisfação duma obrigação, porquanto se, como açorianos sempre somos portugueses e é nessa qualidade de tratamento solidário que esperamos ver tratados os nossos problemas magnos, de cobertura do déficite e realização dum Plano.

Que não se entenda mal uma outra questão que quero também deixar ao terminar.

Se as relações com os Governos Centrais nunca foram boas, devo deixar aqui claro que a bancada do Partido Social Democrata nada se preocupa com esse tipo de questões.

Óptimo seria que em Lisboa as pessoas tivessem um entendimento vivo das questões regionais, não só das regiões insulares dos Açores e da Madeira mas de todo o País que também tem regiões insulares, em alguns casos, até mais carecidas de atendimento, por parte de Lisboa e dos Governos Centrais que governam o País, do que nós.

Nós reclamamos aquilo que é um direito de quem é periférico neste País e quem é periférico neste País tem o direito de claramente exigir da nação, o compromisso das responsabilidades colectivas que lhe cabem.

Portanto, não temos medo. Caminhamos com o Governo claramente, assumimos as responsabilidades da cobertura

do déficite da execução do Plano e de ajustamentos que já foram recomendados aqui e que subscrevemos.

É este o voto do PSD.

(Palmas da bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, ainda não terminaram os nossos trabalhos uma vez que ainda temos que apreciar a proposta de alteração do Plano Anual do GAR.

É uma proposta que veio com um pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, portanto tem um regime especial de debate.

Como nenhum dos Srs. Membros do Governo a deseja apresentar, declaro desde já abertos os debates sobre esta proposta.

Não havendo intervenções vou pô-la, de imediato, à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, com esta proposta, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: A proposta foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos de imediato à apreciação da proposta do Plano de Actividades do GAR para 1983.

Não havendo apresentações por parte do Governo Regional, declaro abertos os debates.

Também não há intervenientes, portanto vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, fazem o favor de se sentar.

Secretário: A proposta do Plano de Actividades do GAR para 1983, foi aprovada por 18 votos a favor do PSD e 8 abstenções do PS.

Presidente: Temos, para finalizar, o projecto de autorização para a contracção dum empréstimo alemão para o chamado projecto agro-pecuário da Ilha do Pico.

Este projecto foi submetido à Comissão para os Assuntos Económicos e Financeiros que emitiu o seu parecer sobre ele.

Não havendo apresentações por parte do Governo, declaro abertos os debates.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PS dará o seu voto favorável ao projecto apresentado porquanto considera que, pelo seu carácter eminentemente reprodutivo, não irá de forma alguma agravar a situação económico-financeira da Região, constituindo, de facto um desafio e um teste a este Governo pela oportunidade que dá à recuperação de terrenos que, estando incultos, são de capital importância para a segunda maior ilha dos Açores.

O teste ao Governo merece o benefício da dúvida, em termos activos, por parte deste Grupo Parlamentar.

Merece-o porque se o Governo falhar, num investimento deste tipo, naturalmente que não terá o crédito internacional que precisa porque se, de facto, é um investimento com incidências altamente reprodutivas não pode ser negado sob pena da oposição ser oposição por oposição.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida pede a palavra para?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Para uma declara-

ração de voto.

Presidente: Para uma declaração de voto? Mas ainda não votámos.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Mas vamos votar.

Presidente: É verdade, vamos votar. A confusão derivou do Sr. Deputado Martins Goulart ter afirmado que ia votar favoravelmente.

Parecendo não haver mais intervenções, tenho que o pôr, naturalmente, à votação embora já se saiba o resultado.
(Risos)

Ponho então à votação este projecto de pedido de autorização para a contracção do empréstimo alemão para as arroteias da Ilha do Pico.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: O pedido foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pacheco de Almeida para fazer, na ocasião devida, a sua declaração de voto.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Eu peço muita desculpa à Mesa, à oposição e aos Srs. Membros do Governo porém a leitura que fiz era, de facto, apertada de mais porque efectivamente não havíamos votado.

Portanto, antecipei-me aos trabalhos da Mesa, coisa que acontece talvez pela primeira vez.

De qualquer modo o PSD não pode deixar de dizer também aqui uma palavra sobre este empréstimo e sobre esta proposta porque, também nós, sentimos o desafio que está subjacente a ela.

Não vamos referir os moldes em que poderia ou deveria ser aqui tratada, porquanto a bancada do Partido Social Democrata já a estudou e trabalhou.

O Sr. Deputado Martins Goulart deixou aqui referido, e bem, o desafio que representa para o Governo e eu gostaria de referenciar um outro desafio.

Portanto o voto do PSD vai mais no sentido de dirigirmos um desafio à produção açoriana, neste caso concretamente a da Ilha do Pico, pois que o investimento que se vai fazer ali não pode ser apenas obra do Governo.

Membros do Governo Regional: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós vamos procurar fazer, na Ilha do Pico, algo de muito inovador para esta Região, e até, penso que algo de inovador para o País nesta matéria.

Vamos recuperar terras que, em muitos casos, não são apenas incultas mas que nunca produziram e que são necessárias para aumentar a nossa capacidade de produzir bens de consumo que possam ser lançados no mercado.

Porém, o desafio maior que quero referir aqui situa-se naquele que se põe à vizinha Ilha do Pico e aos seus habitantes, porque um projecto desta envergadura para além da capacidade de investimento que requer e exige e das máquinas que vai movimentar, é sobretudo de homens para homens.

Vamos ver a Ilha do Pico envolvida numa transformação substancial do seu viver porquanto o seu potencial, em termos da agro-pecuária, é profundamente aumentado.

Vamos ter de contemplar talvez até problemas de mobilidade de mão-de-obra e ordenamento do território, todo

um conjunto de reflexões de ordenamento agro-pecuário e de ordenamento da propriedade, como já hoje foi referido, e dimensionamento dos armentios a manter em cada uma das pastagens que vier a ser dimensionada.

É este o desafio que queria deixar referido que constitui muito mais do que um desafio feito ao Governo, aos políticos e a quem aqui decide.

É um desafio que quero colocar nas mãos do povo a quem o investimento vai servir.

(Palmas da Bancada do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, fomos bastante rápidos nesta ponta final e a Mesa vai submeter à votação uma proposta de resolução para que a Assembleia delibere dar por terminados os trabalhos do presente período legislativo de Novembro.

Os Srs. Deputados que concordam, com esta resolução, fazem o favor de permanecer como se encontram.

Secretário: A proposta de resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, antes de nos despedirmos eu desejaria, em meu nome e no da Mesa, formular votos de um bom Natal e dum próximo ano feliz e próspero, anunciando desde já, que por consenso estabelecido entre os diferentes Grupos e o Sr. Presidente do Governo, a Sessão do período legislativo de Janeiro fica marcada, embora sem ordem do dia fixada e que será posteriormente comunicada aos Srs. Deputados, para o dia 25 de Janeiro de 1983.

Com isto encerramos os nossos trabalhos.

Muito obrigado e muito boa noite.

(Palmas de toda a Câmara)

(Eram 19. 00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD — Emanuel Silva; PS — Avelino Rodrigues, Dionísio de Sousa, José Manuel Bettencourt, Roberto Amaral).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD — Carlos Teixeira, Carlos Bettencourt, José Rodrigues Melo, Renato Moura, Borges de Carvalho, José Silva, Manuel Melo, Duarte Mendes, Vasco Garcia; PS — Fraga Pimentel, Jesuíno Facha, João Lima; CDS — Fernando Monteiro).

O REDACTOR de 2.^a classe: Eduardo Elias da Silva.